

COORDENAÇÃO

Carlos Guardado da Silva

Joaquim P. Gonçalves

Luís Corujo > Jorge Revez

2

OS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS EM PORTUGAL

IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO



OS
PROFISSIONAIS
DE INFORMAÇÃO
NOS ARQUIVOS
MUNICIPAIS
EM PORTUGAL

IDENTIFICAÇÃO
E CARATERIZAÇÃO

Colecção CA – Ciência Aberta

Direcção: Jorge Revez

Títulos publicados:

- 1 **Organização do Conhecimento no Horizonte 2030:**
Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal
Carlos Guardado da Silva, Jorge Revez, Luís Corujo (Coordenação)
- 2 **Os Profissionais de Informação nos Arquivos Municipais em Portugal**
Identificação e caracterização
Carlos Guardado da Silva, Joaquim P. Gonçalves, Luís Corujo, Jorge Revez
(Coordenação)

Carlos Guardado da Silva > Joaquim P. Gonçalves
Luís Corujo > Jorge Revez

COORDENAÇÃO

OS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS EM PORTUGAL

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO



Edições Colibri

FICHA TÉCNICA

Título: Os Profissionais de Informação nos Arquivos Municipais em Portugal: Identificação e caracterização

Coordenação: Carlos Guardado da Silva, Joaquim P. Gonçalves, Luís Corujo, Jorge Revez
Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Prefácio: Rodrigo Furtado
Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Autores: Alexandra Centenico, Ana Lúcia Filipe, Carlos Guardado da Silva, Joaquim P. Gonçalves, L. S. Ascensão de Macedo, Paula Almeida
Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Mapas: André Melícias
Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Edição: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa & Edições Colibri, em parceria com a BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação.

Capa: Raquel Gil Ferreira

ISBN 978-989-566-309-5

DOI 10.51427/10451/57698

Depósito Legal: 517 050/23

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/00019/2020

Lisboa, junho de 2023

SUMÁRIO

Prefácio	7
Lista de siglas e acrónimos	23
Introdução	25
1. Os Arquivos Municipais: revisão de literatura	29
1.1. Principais conceitos e teorias.....	29
1.2. Arquivos Municipais	32
2. Metodologia	39
2.1. Definição da problemática.....	39
2.2. Metodologia de recolha de dados	41
2.3. Apresentação da análise dos dados recolhidos	45
3. Identificação e caracterização dos Arquivos Municipais Portugueses – apresentação e análise dos dados	45
A) Caracterização dos Arquivos Municipais Portugueses.....	46
1. algarve (NUTS II).....	46
1.1. Algarve (NUTS III)	46
2. Alentejo (NUTS II).....	52
2.1. Alentejo Litoral (Nuts III)	52
2.2. Baixo Alentejo (NUTS III).....	54
2.3. Lezíria do Tejo (NUTS III)	59
2.4. Alto Alentejo (NUTS III)	64
2.5. Alentejo Central (NUTS III)	69
3. Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II).....	73
3.1. Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III)	73
4. Centro (NUTS II).....	81
4.1. Oeste (NUTS III).....	81
4.2. Região de Aveiro (NUTS III).....	85
4.3. Região de Coimbra (NUTS III).....	90
4.4. Região de Leiria (NUTS III)	95

4.5. Região de Viseu Dão-Lafões (NUTS III).....	99
4.6. Região de Beira Baixa (NUTS III).....	103
4.7. Região do Médio Tejo (NUTS III).....	106
4.8. Região das Beiras e Serra da Estrela (NUTS III)	111
5. Norte (NUTS II)	116
5.1. Alto Minho (NUTS III)	116
5.2. Cávado (NUTS III).....	120
5.3. Ave (NUTS III)	123
5.4. Área metropolitana do porto (NUTS III).....	126
5.5. Região de alto tâmega (NUTS III)	133
5.6. Região de tâmega e sousa (NUTS III).....	136
5.7. Região do douro (NUTS III)	140
5.8. Terras de trás-os-montes (NUTS III).....	146
6. Região autónoma dos açores (NUTS II).....	149
6.1. Região autónoma dos açores (NUTS III)	149
7. Região autónoma da madeira (NUTS II).....	155
7.1. Região autónoma da madeira (NUTS III)	155
B. Análise dos dados das sub-regiões – NUTS III.....	159
1. Gestores de informação	159
2. Mapas nacionais.....	164
4. Responsáveis de arquivos municipais.....	167
Conclusão	169
Propostas Políticas	174
Referências Bibliográficas	177

PREFÁCIO

DA PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E AOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: BREVE REFLEXÃO SOBRE UM PERCURSO

RODRIGO FURTADO¹

Director

Programa em Ciências da Documentação e Informação

Universidade de Lisboa

1. Em 2008, o Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa participou na edição de um dos mais antigos cartulários portugueses, o *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, copiado no primeiro quartel do século XII no mosteiro do Lorvão (Nascimento-Fernández Catón, 2008). Não foi, obviamente, o único cartulário produzido no território português. Basta olhar para o extraordinário *Livro Preto* da Sé de Coimbra (Costa-Augusto, 1999) ou o *Liber Fidei sanctae Bracarensis ecclesiae* (Costa, 1965-1990), entre algumas dezenas de outros exemplos, para perceber que o esforço de preservação documental está bem atestado no território português desde tempos relativamente precoces. Mesmo quando estes cartulários resultam de esforços de recuperação documental do século XII ou XIII, eles implicam a existência de uma anterior política de “preservação dos documentos” (com algum tipo de critério de selecção), sobretudo em âmbito monástico. A existência de um arquivo do rei tem também de ter sido relativamente precoce, desde seguramente os tempos de Afonso Henriques, sobretudo com Mestre Julião Pais, que permaneceu à frente da chancelaria régia entre os reinados de Afonso Henriques e Afonso II. Por sua vez, a chancelaria régia “portuguesa” teve de ter herdado as práticas documentais da chancelaria condal de D. Henrique e de D. Teresa (Azevedo, 1958; Costa, 1975, pp. 145-147).

¹ Como Director do Programa em Ciências da Documentação e Informação desde 2015, o meu mandato aproxima-se do fim. Que este texto sirva de balanço dos últimos oito anos e de penhor do meu reconhecimento.

De qualquer modo, o primeiro livro de registo da chancelaria deve datar apenas da época de Afonso II (Azevedo, 1967). Este “arquivo régio” deve ter sido itinerante até bastante tarde (algures entre o fim do século XIII-fim do século XIV), ao sabor do carácter ambulante da própria corte portuguesa. Também foi comum a prática de uma espécie de arquivo múltiplo, em que, de um mesmo documento, se faziam várias cópias para figurarem em vários arquivos privados (de novo, sobretudo em mosteiros), de modo a melhor assegurar a sua preservação. O arquivo régio estabilizou na segunda metade do século XIV e sobretudo a partir do momento em que ficou guardado na chamada “Torre do Tombo”, no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, já provavelmente no reinado de Fernando I, quando surge documentado um pedido régio ao vedor João Anes “para este passar huma Certidão da Torre do Castello de Lisboa” (Ribeiro, 1819, p. 13). Aqui se guardaram os documentos expedidos bem como os registos da chancelaria régia e a documentação dos “bens próprios da Coroa”. O “núcleo primitivo do arquivo” estende-se até 1826.

2. Os primórdios do interesse pela documentação guardada em arquivos antigos surgem associados à publicação de grandes recolhas documentais, que na Península Ibérica se fez sentir principalmente a partir do século XVI. É, no entanto, sobretudo no século XVIII, com os eruditos da Academia Real da História e da Academia Real das Ciências, que se verifica um investimento maior na recolha sistemática e publicação de documentação, que exigia uma formação adequada nas emergentes “disciplinas” ou “ciências” da “Paleografia” e da “Diplomática”. O objectivo ainda não era tanto, na altura, a organização ou gestão dos arquivos de acordo com determinados princípios ou hierarquias, mas sobretudo garantir o acesso ao documento, quer na sua tipologia e reconhecimento quer na sua leitura e identificação de produtores. João Pedro Ribeiro (1758-1839) merece ser recordado neste esforço. Começou por trabalhar nas recolhas documentais promovidas pela Academia das Ciências; em 1796 foi nomeado professor da nova cadeira anexa de Diplomática na Universidade de Coimbra (a primeira do género em Portugal); e, em 1798, publicou umas *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica portugueza*, que incluía uma parte “Sobre o estado actual dos cartorios do Reino e necessidade de acautelal pelos meios opportunos a sua total ruina” (Ribeiro, 1798).

Apenas 5 anos depois da sua fundação, em 1801 a cadeira de Diplomática foi transferida para Lisboa, para funcionar anexa à Torre do Tombo; passou então a ser obrigatória para todos os que quisessem trabalhar neste arquivo ou exercer o ofício de tabelião (Ribeiro, 2006, p. 50). Esta mudança é extraordinária, porque estabelece o panorama que vai durar de forma praticamente ininterrupta até aos anos 1980s (e mesmo para lá deste período) em Portugal, assente em pelo menos dois paradigmas:

- um paradigma fortemente historicista/patrimonialista, pelo qual se via o trabalho em arquivo como ligado à preservação documental e subsidiário da investigação histórica;
- e um paradigma mais claramente prático ou profissionalizante, com um objectivo descritivo e técnico.

Estes serão os paradigmas dominantes da *École Nationale des Chartes* (1821) e também da *Scuola speciale di Paleografia e di Storia Comparata*, no Arquivo Secreto do Vaticano (1884) (Ribeiro, 2006). O curso do Vaticano, que ainda hoje funciona, é praticamente contemporâneo da fundação do Curso de Bibliotecário-Arquivista em Portugal, em 29 de Dezembro de 1887. No mesmo decreto que instituía a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, determinava-se a criação em Lisboa de “um curso de instrução superior, denominado de bibliothecario-archivista, formado pelas seguintes disciplinas: 1.^a Historia patria e universal (1.^a cadeira do curso superior de letras); 2.^a Philologia comparada ou sciencia da linguagem (3.^a cadeira do mesmo curso); 3.^a Litteratura latina e grega, e introduccão sobre as suas origens (4.^a cadeira do mesmo curso); 4.^a Litteratura moderna da Europa, e especialmente a portugueza (5.^a cadeira do mesmo curso); 5.^a Diplomatica; 6.^a Numismatica; 7.^a Bibliologia” (*Diário do Governo*, 1888, art.º 13.º, p. 19).

As aulas destas três últimas disciplinas deveriam funcionar “junto do real archivo da Torre do Tombo ou da bibliotheca nacional de Lisboa, sendo regidas por empregados d’estes estabelecimentos, de qualquer categoria, para isso nomeados pelo ministério do reino, sob proposta da inspecção geral” (*Diário do Governo*, 1888, art.º 14.º, p. 19). Este curso funcionava anexo ao Curso Superior de Letras, no Convento de Jesus, próximo dos antigos conventos de São Bento da Saúde (já então Palácio das Cortes, onde se situava a Torre do Tombo) e de São Francisco ao Chiado (onde se encontrava a Biblioteca Nacional). Era uma formação considerada de nível superior, de natureza eminentemente técnica, destinada à formação dos profissionais dirigentes de bibliotecas e arquivos. Em 1901 o curso foi alargado para três anos (*Diário do Governo*, 1901).

Com a República, e até 1931, esta formação foi alvo de sucessivas reformas, que mantiveram, no entanto, os dois paradigmas fundamentais identificados acima: a centralidade da formação historicista, assente na Paleografia e sobretudo na Diplomática; e a vertente profissionalizante do ensino.

Em 1931, desanexou-se o curso da Faculdade de Letras de Lisboa, para o ligar exclusivamente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, acentuando sobretudo o seu carácter “profissional” (*Diário da República*, 1931; Ribeiro, 2006, p. 55). Foi esta a primeira, mas não a última, tentativa de afastar a Faculdade de Letras de Lisboa do ensino de uma matéria em relação à qual, na época, era a única instituição de ensino superior com experiência suficiente para lhe garantir um cunho não apenas médio (isto é, técnico), mas “superior”.

Inesperadamente (terão de se estudar melhor estas movimentações), a decisão durou poucos anos. Logo em 1935, “pelo facto de nela existirem o Arquivo e Museu de Arte e a Biblioteca Geral”, foi criado na Universidade de Coimbra (onde desde 1801 nunca tinham funcionado os anteriores estudos) um novo curso de Bibliotecário-Arquivista, com dois anos e seis meses de estágio (*Diário da República*, 1935a). No mesmo ano, em Lisboa, extinguiu-se o curso criado há apenas quatro anos; não foi, no entanto, reintegrado na Faculdade de Letras de Lisboa: aqui apenas foi reintegrado o curso anexo de Paleografia e Diplomática (*Diário da República*, 1935b). Por alguma

razão, preferiu-se conservar na Universidade de Coimbra o exclusivo da formação de Bibliotecários-Arquivistas.

Ter-se-á de esperar pelos anos a seguir ao 25 de Abril para o panorama voltar a mudar. Em 1979, o decreto-lei 280/79, de 10 de Agosto, regulamentou “as carreiras de pessoal afecto às áreas específicas dos serviços de biblioteca, de arquivo e de documentação da Administração Central”. Aqui se determinava que o acesso a estas carreiras se deveria fazer “por concurso documental de entre indivíduos habilitados com licenciatura complementada” pelo curso de Bibliotecários-Arquivistas (*Diário da República*, 1979, art. 4.º, alínea d, p. 1873).

Em 1982, o curso da Faculdade de Letras de Coimbra foi finalmente extinto, para dar lugar ao novo “Curso de Especialização em Ciências Documentais” (CECD) com a duração de dois anos (*Diário da República*, 1982; *Diário da República*, 1983a). A regulamentação deste curso em Coimbra aconteceu ao mesmo tempo da refundação em Lisboa de uma formação semelhante (*Diário da República*, 1983b). Estes dois primeiros CECD eram próximos, mas não idênticos.

A principal novidade era a divisão do curso em dois “ramos”, no segundo ano: “Arquivo” e “Documentação e Biblioteca”. As disciplinas pretendiam romper já com o paradigma historicista e custodial.

No tronco comum, previam-se as seguintes disciplinas no primeiro ano: Instituições e Documentos, Sociologia da Informação², Catalogação I e II, Indexação por Assuntos I e II, Informática Documental I e II, Organização, Planeamento e Administração I e II, Tecnologia Documental e Bibliografia. O curso de Coimbra supunha uma opção e ainda a disciplina de Metodologia da Investigação em Bibliotecas e Arquivos; em Lisboa, esta última era substituída por uma segunda opção.

O ramo de Arquivo funcionava em Coimbra, no segundo ano, com as seguintes disciplinas: Diplomática, Organização, Planeamento e Administração III e IV, Paleografia I e II, Arquivologia I e II, Instituições Portuguesas, Informática para Arquivos, Codicologia e duas opções. Em Lisboa, além destas, havia também disciplinas de Gestão dos Dossiers e de Catalogação III.

O ramo de Documentação e Biblioteca funcionava em Coimbra, no segundo ano, com as seguintes disciplinas: Fontes de Informação, Alfabetação, Catalogação III e IV, Indexação por Assuntos III e IV, Informática Documental III e IV, Organização, Planeamento e Administração III e IV, História do Livro, Conservação e Restauro e duas opções. Em Lisboa, prescindia-se de Alfabetação, Catalogação IV e Conservação e Restauro, mas acrescentava-se Estudo do Utilizador da Informação.

A principal novidade do curso equivalente na Universidade do Porto, dois anos depois (*Diário da República*, 1985), foi a introdução de uma disciplina de Legislação e Noções de Direito para Arquivo, que depois as restantes Faculdades também virão a incluir.

Chamo a atenção para quatro características importantes: a manutenção no CECD das disciplinas tradicionais (Paleografia, Diplomática, Codicologia, História do Livro), mas claramente em função subsidiária e não no tronco comum; a aposta nos

² Em Lisboa, chamava-se “Teoria e Sociologia da Informação”.

domínios técnicos, por vezes com quatro semestres de funcionamento (Catalogação, Indexação, Organização, Planeamento e Administração); a aposta nas matérias informáticas (quatro semestres de Informática Documental); a menorização do papel da investigação científica na área (uma única disciplina em Coimbra e no Porto; nenhuma em Lisboa).

Coimbra admitia “licenciados de qualquer área; com conhecimentos de pelo menos uma língua viva (inglês, francês ou alemão)”. Em Lisboa, o curso tinha outras exigências de entrada: “uma licenciatura pelas universidades portuguesas ou habilitação legalmente equivalente; conhecimento de Latim e de uma língua estrangeira para a opção de Arquivo e de 2 línguas estrangeiras para a opção de Documentação e Biblioteca”. E ainda: “Os alunos que se destinam à opção de Arquivo e que não sejam titulares da disciplina de Paleografia das Faculdades de Letras e de Ciências Sociais e Humanas terão igualmente de obter aprovação nesta disciplina, devendo inscrever-se nela e frequentá-la no 1.º ano do curso”.

Na Faculdade de Letras do Porto, as exigências de entrada eram idênticas às de Coimbra; mas com a ressalva lisboeta de que: “Os alunos que se destinam à opção de Arquivo e que não sejam titulares da disciplina de: a) Paleografia das faculdades de letras e de ciências sociais e humanas, terão de obter aprovação nesta disciplina, devendo inscrever-se nela e frequentá-la no 1.º ano do curso; b) Latim, ao nível do 11.º ano do ensino secundário, ou seu equivalente legal, terão igualmente de obter aprovação na disciplina de Latim I da Faculdade de Letras da Universidade do Porto”³.

No entanto, no início dos anos 1980 os CECD, exigindo a licenciatura, não foram pensados ainda como autênticos mestrados, ficando-se por meros “cursos de especialização”. Aponto quatro razões para isso:

- a tentativa de criar os CECD e, assim, de fugir a uma dimensão meramente historicista ou custodial esbarrou contra a falta de preparação das universidades, uma vez que não havia, em nenhuma das três faculdades referidas, docentes “de carreira” capazes de assegurar a maior parte das disciplinas dos novos cursos; de facto, não havia em Portugal pessoal docente doutorado na área, capaz de assegurar e orientar legalmente um curso de mestrado;

- deste modo, em todas as três universidades, no início, se as matérias “tradicionais” continuaram a ser leccionadas por docentes de carreira, para as matérias técnicas contrataram-se docentes não doutorados com a antiga formação conimbricense em Bibliotecas e Arquivos, mas sem vínculo profissional estável ao ensino superior;

- por isso, os novos cursos mantiveram uma forte perspectiva técnica, desvalorizando na prática a preparação dos estudantes para a investigação científica;

- por fim, os cursos de especialização respondiam ao decreto de 1979 de regulamentação da carreira de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. O objectivo continuava claramente a ser o de formar profissionais/técnicos superiores.

³ Acho curiosa, mas deixo por comentar, esta obrigação de cursar Latim I obrigatoriamente na Faculdade de Letras do Porto.

3. Concentrar-me-ei apenas, a partir de agora, em Lisboa, que conheço melhor. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o primeiro “Presidente do secretariado” do CECD foi Eduardo Borges Nunes (1924-2008), Professor Catedrático do Departamento de História, especialista em Paleografia. Ocupou-se do curso nos anos lectivos de 1983/4 e 1984/5. Professores de carreira do ensino superior a leccionar eram apenas, além do próprio Borges Nunes (Paleografia I e II), Isaías da Rosa Pereira (Diplomática), Diogo de Abreu (Métodos Estatísticos) e Martim de Albuquerque, da Faculdade de Direito (Instituições Portuguesas).

Borges Nunes ficou pouco tempo à frente do curso: em 1985 fundou o Mestrado em Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras de Lisboa, separando definitivamente estas áreas do CECD; além disso, no mesmo ano, Borges Nunes tornou-se o primeiro Presidente do Departamento de História da nova Universidade Lusíada. Sucedeu-lhe no CECD Aires A. Nascimento (1939-), logo em Julho de 1985 (recebeu a nomeação para Professor Catedrático no dia 10 de Julho, e presidiu pela primeira vez a uma reunião do secretariado do curso no dia 16).

Aires A. Nascimento tinha-se licenciado em Filologia Clássica (1970) e doutorado em Linguística Latina Medieval (1978), depois de tempos de formação em Santiago de Compostela e em Lovaina. Em Lovaina, contactou com professores e colegas da área da biblioteconomia e arquivística, e desenvolveu sobretudo competências na área da codicologia. Foi provavelmente isso que justificou a sua escolha para director do curso. Repare-se, no entanto, que Aires Nascimento nunca tinha trabalhado profissionalmente como bibliotecário ou arquivista. Era (e é) um filólogo, especialista em latim medieval e em codicologia. Possuía um entendimento, à época ainda razoavelmente raro, do que se esperava do trabalho universitário em humanidades, do ponto de vista da investigação e da produção de conhecimento novo e não meramente como erudição ou mastigação inteligente dos textos. No entanto, o seu interesse científico só raramente se estendeu às “ciências documentais” propriamente ditas, para lá da tradicional codicologia. Aires A. Nascimento é um dos maiores medievalistas portugueses, e o seu interesse pelas bibliotecas e pelos arquivos centrava-se sobretudo na preservação, leitura e edição da documentação e dos textos medievais. Naturalmente, tinha uma consciência mais alargada dos problemas da área, já não apenas afinada no historicismo e patrimonialismo anterior; mas, pelos seus interesses e formação, dificilmente viria a desenvolver trabalho científico nas “ciências documentais” emergentes.

Aires A. Nascimento só deixou a direcção do curso em 1990-1991, quando foi Presidente do Instituto Português de Arquivos. Nesse ano, o responsável pelo curso em Lisboa foi Diogo de Abreu (1947-), entretanto doutorado em Geografia Humana (1988). O regresso de Aires Nascimento à Faculdade, em 1991, significou também o regresso ao CECD, que voltou a dirigir até à sua aposentação em 2008.

Está por fazer a história do CECD em Lisboa. Apesar das várias reformas curriculares, os padrões que identifiquei acima mantiveram-se: pendor profissionalizante do curso, com a separação em dois ramos no segundo ano; separação do corpo docente entre professores de carreira (em regra encarregues das matérias “tradicionais”, mas menos centrais no curso) e docentes convidados (em regra, sem doutoramento, mas

com muita experiência profissional na área, e responsáveis de facto pelas disciplinas centrais do currículo). Ao contrário do que aconteceu no Porto e depois em Coimbra, em Lisboa nunca se apostou até muito recentemente na constituição de um corpo docente próprio na área. Isto resultava, de facto, de uma aposta estratégica da Faculdade de Letras: em Lisboa, o CECD não evoluiu nem para constituição de uma Licenciatura como no Porto (em 2001) e em Coimbra (em 2004), nem de um Mestrado como no Porto (em 1997) e em Coimbra (em 2008)⁴, nem de um Doutoramento, como também aconteceu no Porto (logo em 1989) e em Coimbra (em 1996)⁵. Ao manter-se em Lisboa um curso de especialização, explica-se a opção por um corpo docente com muita experiência de trabalho na área, em detrimento de professores universitários de carreira e, por isso, necessariamente, mais voltados para a investigação.

A introdução do processo de Bolonha obrigou finalmente a repensar o curso em Lisboa. Ainda na época do Professor Aires Nascimento, extingue-se o CECD para constituir então o primeiro mestrado em “Ciências da Documentação e Informação”, criado pela Comissão Científica do Senado a 30 de outubro de 2006, e publicado em *Diário da República*, apenas a 6 de Abril de 2009, pela deliberação n.º 1006/2009. O primeiro ano lectivo funcionou, no entanto, logo em 2007/2008. O mestrado compreendia 2 anos, divididos em 4 semestres, estruturando-se em dois ramos, Biblioteconomia e Arquivística, ambos com 16 unidades curriculares (=78 ECTS) e o trabalho final (42 ECTS). As UCs de Introdução às Ciências da Documentação e Informação, Gestão de Organizações, Tecnologias de Informação I e II, Direito da Informação, Organização do Conhecimento, Métodos de Investigação em Ciências da Documentação e Informação, Codicologia e História do Livro, Conservação da Documentação e Informação, e três opções eram comuns aos dois ramos. Gestão e Serviços de Sistemas Biblioteconómicos, Organização e Recuperação da Informação Biblioteconómica, Bibliotecas Digitais e uma Prática Profissional específica funcionavam no ramo de Biblioteconomia; Arquivística, Gestão de Serviços e Sistemas de Informação Arquivística, Arquivos Electrónicos e a Prática Profissional específica, no de Arquivística.

Já então, os Drs. Margarida Pino e António Gil Matos, assistentes convidados do curso, funcionavam na prática como os coordenadores de cada um dos ramos.

Não creio haver dúvidas sobre a qualidade geral da formação que era praticada na Faculdade de Letras de Lisboa, nem nos tempos do CECD nem nos primeiros tempos do Mestrado em CDI. Afinal, ‘cada árvore conhece-se pelos seus frutos’, e sobre isso escuso-me a perorar em causa própria.

No entanto, há que reconhecer que a passagem de um curso de especialização para um mestrado resultou mais da necessidade de adequar esta formação às exigências do processo de Bolonha, do que de uma decisão estratégica de Aires Nascimento, que, como referi, nunca tinha procurado esta transformação em Lisboa. No entanto, ao

⁴ Aqui com a designação “Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media”.

⁵ Entretanto, proliferavam cursos de vários tipos nas Universidades públicas e privadas (o mais antigo, desde 1988, na Universidade Autónoma de Lisboa).

concretizar-se agora, ela fez acentuar uma desconformidade entre a natureza do curso, agora um mestrado, e as possibilidades reais do seu funcionamento: continuava a assentar sobretudo num conjunto de docentes externos muito experientes e de grande dedicação, mas sem doutoramento na área, e de uns poucos docentes internos de carreira, com doutoramento, mas cujo envolvimento na ciência da informação se ficava ainda pelas matérias tradicionais da Paleografia e Diplomática ou da Codicologia.

A aposentação algo inesperada do Professor Aires Nascimento, logo em 2008, a um ano de se poder jubilar, deixou o curso um pouco órfão, depois de um mandato de mais de vinte anos praticamente consecutivos. Não podendo um mestrado ser entregue a um docente convidado ou sem doutoramento, a direcção do curso coube ao novo docente de Codicologia e História do Livro, o Professor Paulo Farmhouse Alberto (1959-). Era o principal discípulo do Professor Aires Nascimento na Faculdade de Letras. Tinha-se também especializado na área dos manuscritos medievais, na edição e circulação de textos e em codicologia, e acabou por surgir como o seu sucessor mais natural; além disso, tinha já então ampla experiência de gestão académica na direcção da Faculdade de Letras, de que tinha sido vogal e subdirector. Dirigiu o curso de mestrado em CDI entre 2008-2014.

Entretanto, os Estatutos da Faculdade de Letras de Lisboa, publicados pelo Despacho n.º 6287/2009, criaram a figura dos “Programas”, “uma unidade que organiza ou co-organiza exclusivamente cursos de mestrado e doutoramento, podendo ainda associar-se a projectos de investigação” (art. 8.º, n.º 3). Foi só, no entanto, numa nova versão dos Estatutos, publicada pelo Despacho n.º 16390/2011, que surgiu pela primeira vez oficializada a existência na Faculdade de Letras de Lisboa de um Programa em Ciências da Documentação e Informação, que administrativamente ficaria encarregue dos processos de gestão docente e administrativa do curso. Paulo Alberto acumulou então a direcção do programa e a direcção do curso.

As tarefas do director não foram fáceis na altura: com um volume de alunos crescente, Paulo Alberto percebeu que haveria que adequar o curso às novas exigências não apenas de um mestrado, mas também da evolução da área como Ciência da Informação. O curso foi alterado logo em 2010 (Despacho 5454/2010); e, ainda com a colaboração de Margarida Pino e António Gil Matos, a direcção começou a apostar na renovação do corpo docente externo. Coube ainda, já em 2014, a Paulo Alberto concluir o relatório de avaliação que todos os cursos de ensino superior em Portugal têm de submeter periodicamente à agência estatal de acreditação dos cursos (A3ES). Entretanto, tornou-se Director da Faculdade de Letras em 2014 e abandonou a direcção do curso no final desse ano.

Os tempos seguintes foram de mudança e, de algum modo, de refundação. Desde 2015:

– o mestrado voltou a ser reestruturado, simplificando o plano de estudos, mas mantendo oferta diferenciada (ainda que não a distinção entre ramos) em Arquivística e Biblioteconomia, em resposta às necessidades do mercado e à procura dos candidatos (Despacho 10603/2015);

- recusou-se um modelo que duplicasse os cursos de outras universidades: Lisboa continuou a oferecer um mestrado claramente diferenciado;
- manteve-se a opção de não oferecer uma Licenciatura em Ciência da Informação;
- apostou-se na qualificação do corpo docente, sem que isso tenha implicado rupturas com o passado;
- contrataram-se, em 2015, 2020 e 2022, os primeiros três professores auxiliares de carreira na área da Ciência da Informação na Faculdade de Letras de Lisboa;
- entregou-se a direcção do curso ao primeiro dos novos professores auxiliares, o Prof. Carlos Guardado da Silva, com agregação na área;
- desenvolveu-se, com a direcção de Guardado da Silva, o mais duradouro projecto editorial nesta área em Portugal, concretizado na coedição da colecção “Ciência da Informação”, pelas Edições Colibri e pelo Centro de Estudos Clássicos, e neste momento já com cerca de vinte volumes publicados;
- formou-se no Centro de Estudos Clássicos um grupo de investigação em “Ciência da Informação”, com actividade científica e projecção internacional de referência.

Destas alterações, desenvolvo apenas quatro:

A continuidade: o curso de Lisboa desenvolveu-se na continuidade dos recursos humanos, a dois níveis – por um lado, pese embora a sua formação em Coimbra e Évora (em doutoramento ou agregação), os actuais docentes específicos do curso começaram o seu percurso em Ciência da Informação em Lisboa, no âmbito do CECD ou do mestrado em CDI; por outro lado, em 2015, a aposta na qualificação do corpo docente não implicou a ruptura com o passado nem a rescisão de contrato de qualquer colega mais antigo – de facto, Lisboa deve muito a todos os colegas que trabalharam como docentes no CECD e no mestrado em CDI. Eu incluiria também uma continuidade na experiência não académica: todos os actuais docentes específicos de CDI, sendo académicos respeitáveis e com obra publicada, têm também longa experiência de trabalho fora dos gabinetes universitários, de acordo com o que sempre foi a tradição em Lisboa. Por fim, acrescentaria uma continuidade na independência do curso: em Lisboa, mesmo com actualizações curriculares e científicas, é possível reconhecer no actual plano de estudos as apostas das direcções anteriores; além disso, claramente Lisboa não quis imitar os modelos das suas congéneres de Coimbra e do Porto.

Excelência na investigação: apesar de ter sido sempre uma estrutura autónoma dentro da Faculdade de Letras de Lisboa, por razões históricas a Ciência da Informação (para usar apenas a denominação mais recente) manteve uma relação próxima com os Estudos Clássicos desde meados dos anos 1980: desde o Professor Aires A. Nascimento, foram sempre docentes desta área a gerirem administrativamente o curso. Por isso, em 2017, criou-se formalmente no Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa um pequeno grupo de investigação dedicado à Ciência da Informação. Este pequeno grupo de investigação cresceu para, à data de hoje, al-

bergar dezasseis membros, incluindo nove doutorados⁶, seis investigadores com mestrado⁷ e um jovem investigador, licenciado em Estudos de Cultura e Comunicação, e agora com uma bolsa de mestrado em Ciência da Informação atribuída no âmbito do Centro de Estudos Clássicos⁸.

Excelência na formação: o curso de mestrado em CDI formou desde 2015 até 2023, exactamente 100 novos mestres, que se juntam a quase uma centena de mestres formados entre 2007-2015; sem contar com um número menor de estudantes que optou por concluir apenas a formação pós-graduada (sem trabalho final). Este número significa quase 200 dissertações, projectos ou relatórios de estágio, quase 200 temas de investigação original, quase 200 profissionais formados por Lisboa nos últimos quinze anos. Ao longo daqueles mesmos anos, CDI encontrou-se sempre entre os três cursos de maior procura na Faculdade de Letras de Lisboa. Embora continuem a existir pessoas que já estão no mercado de trabalho e procuram o curso para efeitos de formação e progressão na carreira, a maioria dos candidatos, hoje, é composta por jovens licenciados, com formações variadas não fechadas às ciências sociais e humanas. Têm razão na escolha: um estudo recente mostrou que a taxa de empregabilidade dos formados em CDI em Lisboa atinge hoje números próximos dos 100% (Silva-Pinto, 2017). Em parte, este êxito tem a ver também com a diversidade de aplicações que o curso oferece, obviamente já não apenas fechado aos arquivos “históricos” ou às bibliotecas tradicionais; mas também tem a ver com a crescente aposta na ciência e na divulgação dos seus resultados: boa parte dos volumes da colecção em Ciência da Informação, que referi acima, são da autoria de mestres formados em Lisboa.

Equipa: sabemos intuitivamente que a excelência na formação e na investigação não resultam do esforço de um único indivíduo. Uma das características do grupo de Lisboa é precisamente o facto de se constituírem e funcionarem realmente em equipa. Os Professores Carlos Guardado da Silva, Jorge Revez e Luís Corujo constituem hoje o núcleo central da formação em Ciência da Informação na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; a eles associam-se também na docência, em 2022/2023, os Professores Paulo Alberto, Gonçalo Sampaio e Melo, Maria Teresa Costa e Susana Tavares Pedro. A estes, devem ainda juntar-se os investigadores integrados no Centro de Estudos Clássicos.

4. Eu tive a sorte de crescer numa biblioteca pública. A minha mãe foi a primeira (e, durante mais de vinte anos, a única) funcionária de uma biblioteca fixa (a n.º 61) da Fundação Calouste Gulbenkian, numa das vilas da margem sul do Tejo. Durante quase 20 anos fui o leitor n.º 1 dessa biblioteca (e o meu irmão o n.º 2; vantagens de

⁶ Carlos Guardado da Silva (PI), Andreia da Silva Almeida, Jorge Revez, L. S. Ascensão de Macedo, Luís Corujo, Maria Teresa Costa, Pedro Félix, Sandra Patrício, Sofia Bettencourt da Silva.

⁷ Ana Rita Ferreira, André Melícias, Guilherme Canhão, Joaquim Pombo Gonçalves, Matilde Seca, Sofia Silvério Serra.

⁸ Luís Rodrigues.

sermos filhos da funcionária). Do que me recordo, atendia ao público, arrumava livros, preenchia todos os dias as estatísticas de utilizadores e geria a própria sala (que era única). Até ao início dos anos 80, não teve qualquer formação na área; só então, e durante alguns meses, frequentou uma formação em Bibliotecas, Arquivos e Documentação, proporcionada pela própria Gulbenkian. Presumo que a maior parte dos funcionários na esmagadora maioria das bibliotecas e arquivos portugueses fosse também assim. Apenas no final dos anos 1980, foi contratada uma bibliotecária. Entretanto, quarenta anos depois, a biblioteca que existe hoje não tem quase nada a ver com a da minha infância. Não foi apenas porque se inaugurou um novo edifício e se contrataram (muito) mais funcionários. O trabalho alterou-se radicalmente.

Sobretudo, alguém que trabalhe na área da Ciência da Informação lida hoje com a recolha, organização, armazenamento, recuperação, análise e disseminação de informação em diferentes formatos e contextos. Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e o rápido crescimento das fontes de dados digitais, a gestão eficaz da informação tornou-se uma necessidade numa variedade de sectores, que não apenas as bibliotecas tradicionais ou os arquivos históricos e municipais; incluem hoje a economia, o governo, a educação ou a saúde, para dar apenas alguns exemplos. Os profissionais da área são responsáveis por desenvolver e implementar soluções que permitem a organização, a indexação e o acesso eficiente aos dados, projectam e gerem bases de dados e processos de pesquisa, sistemas de recuperação de informação, sistemas de gestão de documentos electrónicos e outras ferramentas necessárias para otimizar a utilização e a disseminação da informação. É por isso que a Ciência da Informação constitui hoje um desafio extraordinário, para quem trabalha, para quem quer vir a trabalhar e para quem faz investigação na área. Os profissionais da informação estão hoje envolvidos na criação de soluções técnicas, na análise da informação, na garantia da segurança da informação e em outras atividades essenciais para lidar com o vasto volume de informação produzida, já disponível ou a disponibilizar.

Isto não se faz já com meros curiosos e apenas com boa vontade (*pace* à minha mãe). A evolução da área exige, antes de mais, profissionais qualificados para enfrentar os desafios contemporâneos. Com a transição para ambientes de trabalho digitais, as organizações enfrentam o desafio de gerir eficazmente os seus documentos, garantindo a sua integridade, acessibilidade e segurança. A disseminação eficiente da informação, por exemplo, é outro dos desafios que as organizações hoje enfrentam. Com a variedade de fontes de informação disponíveis, é necessário desenvolver estratégias para filtrar, avaliar e disseminar informações relevantes e confiáveis.

Isto não significa a morte dos arquivos ou das bibliotecas tradicionais, que continuam a desempenhar um papel absolutamente central em termos de proximidade à informação. Pelo contrário, a evolução da Ciência da Informação amplia as possibilidades de acesso por parte de um maior número de pessoas (a diversificação de públicos e os modos de lhes fazer chegar a informação são possivelmente dos maiores desafios actuais) e a colaboração entre diferentes sectores. Os arquivos tradicionais, como arquivos históricos e institucionais, ou as bibliotecas de bairro continuam a desempenhar um papel crucial na preservação e disponibilização de documentos que são

valiosos para toda a sociedade. Os desafios enfrentados pelos arquivos mais tradicionais continuam a incluir hoje a preservação e conservação de documentos, mas também, e cada vez mais, a digitalização e disponibilização *online* de acervos e a organização e descrição rigorosa de colecções, que garantam o acesso e a segurança dos documentos. Apesar das transformações, as bibliotecas de bairro ou as bibliotecas de escolas e universidades continuam, como no meu tempo de menino, a desempenhar um papel vital na disseminação da informação e no acesso de todos à educação.

Eu sou naturalmente optimista. A evolução da Ciência da Informação coloca desafios urgentes aos profissionais da informação e exponencia as áreas e instituições onde a gestão da informação tem de facto hoje um papel fundamental. Ao mesmo tempo, amplia as possibilidades de colaboração entre instituições.

É por tudo isto que a universidade continua a desempenhar hoje um papel crucial na formação de profissionais da informação de modo a enfrentarem os desafios contemporâneos.

5. O trabalho coordenado agora por Carlos Guardado da Silva, Joaquim P. Gonçalves, Luís Corujo e Jorge Revez, é-me muito grato.

Antes de mais por questões de amizade: são todos meus colegas no Centro de Estudos Clássicos. Não seremos seguramente capazes de gostar de todas as pessoas com que nos cruzamos. É por isso um privilégio que me tenha sido dada a possibilidade de, ainda assim, ser capaz de gostar de muita gente com quem trabalho. O grupo de CDI é seguramente um bom exemplo de pessoas de quem é fácil gostar humanamente e admirar em termos profissionais e científicos.

Depois, porque este trabalho, feito em novos moldes, e restrito aos arquivos municipais, retoma de facto o modelo de João Pedro Ribeiro e do seu “Sobre o estado actual dos cartórios do Reino e necessidade de acautelar pelos meios oportunos a sua total ruína”, o primeiro título de que me lembrei quando me chegou às mãos este texto que agora se publica. Por isso, este volume como que fecha o círculo: depois do recenseamento de Ribeiro, temos agora o trabalho coordenado por Guardado da Silva-Gonçalves-Corujo-Revez. Ambos são instrumentos exaustivos e necessários para o seu tempo e ambos respondem à necessidade de conhecer o estado da questão acerca dos arquivos em Portugal.

Guardado da Silva-Gonçalves-Corujo-Revez recenseiam aqui todos os profissionais de informação a trabalhar actualmente em cada um dos 308 municípios portugueses. Este levantamento é de extrema relevância porque ele é a condição necessária para avaliar o estado dos arquivos municipais em Portugal e para o desenho de soluções para o futuro; ele permite obter uma visão abrangente e pormenorizada da distribuição destes profissionais, identificando os níveis de formação presentes no território; permite mapear as infraestruturas existentes e o potencial dos recursos humanos disponíveis; por fim, possibilita a identificação de lacunas e desigualdades na distribuição desses profissionais, permitindo direccionar esforços e recursos para fortalecer áreas com menor presença ou menor acesso aos serviços de informação.

Ficamos a saber que, na terceira década do século XXI, em Portugal, 14% dos

municípios não tem sequer um Arquivo Municipal organizado, e que, em perto de 42% dos municípios, o Arquivo não está aberto ao público; que apenas pouco mais de 1/3 dos profissionais de arquivo são técnicos superiores e, mesmo assim, apenas 25% têm formação em Ciência da Informação, não chegando sequer a 10% os profissionais com formação mais actualizada depois do CECD. Mesmo entre o pessoal dirigente, cerca de 1/3 não tem formação na área.

Apesar destes dados preocupantes, é importante encarar este estudo como um ponto de partida para a transformação necessária dos arquivos e dos profissionais de informação em Portugal. Ele é o primeiro passo para a implementação de mudanças significativas, uma vez que, a partir do reconhecimento das lacunas existentes, é agora possível continuar o trabalho e traçar um caminho de progresso e superação.

No que diz respeito à formação dos profissionais de informação, é fundamental promover quer a formação de quadros pelas autarquias, quer a contratação de jovens mestres com formação especializada na área. Como este estudo também aponta, é ainda preciso também incentivar a valorização profissional (e salarial) destes profissionais, reconhecendo a importância das suas competências e conhecimentos especializados.

No entanto, o problema central não se esgota apenas em termos locais e na falta de sensibilidade dos autarcas e das estruturas locais para a gestão da informação (que é real); também não se esgota apenas no governo como entidade abstracta (embora também aqui pudesse haver um esforço na valorização dos profissionais e na obrigatoriedade legal de contratar especialistas para dirigir e trabalhar pelo menos nos arquivos tutelados pelo estado, quer central quer localmente). Contudo, e voltando ao meu campo, os problemas que este estudo identifica residem também nas universidades e nas estruturas de ciência e tecnologia.

A missão da universidade não se esgota nas suas paredes nem no estudo e fruição do que de melhor os seres humanos foram capazes de criar. Na missão da universidade sempre se incluiu, desde a Idade Média, o questionamento da realidade e das suas formas de organização, mas também a formação de especialistas capazes de encontrar soluções para os problemas. Desde o século XIX, sempre foi, de facto, esse o objectivo, desde o velho curso de Paleografia e Diplomática, até aos actuais mestrados em Ciência da Informação. Os dados coligidos por este estudo mostram, no entanto, que, em Portugal, todo esse esforço de mais de duzentos anos ainda não foi suficiente. Mostram, aliás, que o que se fez continua muito aquém do necessário:

- as universidades e os actuais profissionais de informação têm de apostar muito mais na consciencialização de que trabalhar em arquivos (ou instituições congéneres) exige formação, para que tenha realmente impacto na sociedade;

- as universidades devem ter consciência de que o caminho trilhado foi bom, mas é preciso apostar mais: em mais formação, em mais recursos, e em mais pessoas que assegurem a formação superior e que invistam em investigação que permita compreender ainda melhor a realidade e encontrar soluções para os seus desafios. Basta atravessar a fronteira, para verificar que em Espanha chega a haver faculdades inteiras apenas dedicadas à Ciência da Informação... Em Lisboa, existem três professores de

carreira; em Coimbra, creio que quatro; no Porto, julgo que cinco (para me cingir apenas às três universidades tradicionais): é manifestamente pouco. É preciso que, no futuro, as universidades queiram continuar a apostar em investigadores e em professores, e em fazer crescer em massa crítica os Programas em Ciência da Informação;

– as instituições e o governo devem promover uma política real de aposta na investigação em Ciência da Informação em Portugal. Nos painéis da Fundação para a Ciência e Tecnologia por exemplo, a Ciência da Informação é incluída nos painéis de Ciências da Comunicação, e em regra sem nenhum especialista na área a avaliar as candidaturas. Isto é incompreensível.

Apesar de tudo isto, ou se calhar por causa do breve percurso que aqui tracei, julgo que devemos ser optimistas. Este volume que agora se publica é a melhor prova disso: ele nasce de uma refundação recente do Programa em Ciência da Informação na Faculdade de Letras de Lisboa. A nossa história é o nosso melhor cartão de visita e a melhor garantia de que o futuro da Ciência da Informação e dos profissionais da informação em Portugal pode continuar a ser encarado com optimismo. Como a história mostra, o futuro poder ser muito melhor do que o passado.

Bibliografia:

- Azevedo, R. (1938). *A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. Parte I: documentos de Afonso Henriques*. Imprensa Académica.
- Azevedo, R. (1958). Diplomática do conde D. Henrique (1095-1112) e de D. Teresa (1112-1128). In Azevedo, R., *Documentos medievais portugueses. I – Documentos régios*. Vol. 1, tomo I. Academia Portuguesa da História, pp. XVII-LX.
- Azevedo, R. (1967). O Livro de registo da chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221). *Anuario de Estudios Medievales*. N.º 4, pp. 35-74
- Costa, A. J., ed. (1965-1990). *Liber Fidei sanctae Bracaraensis ecclesiae*. Junta Distrital de Braga.
- Costa, A. J., Augusto, M A., ed. (1999). *Livro Preto: cartulário da sé de Coimbra*. Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Diário do Governo* (1888). Decreto de 29 de Dezembro de 1887, publicado a 4 de Janeiro de 1888, pp. 18-21.
- Diário do Governo* (1901). Decreto de 24 de Dezembro de 1901, publicado em 28 de Dezembro de 1901, pp. 3678-3681.
- Diário da República* (1931). Decreto n.º 19952, de 27 de Junho. Série I. pp. 1253-1269.
- Diário da República* (1935a). Decreto-lei n.º 26026, de 7 de Novembro. Série I. pp. 1633-1635.
- Diário da República* (1935b). Decreto-lei n.º 26027, de 7 de Novembro. Série I. p. 1635.
- Diário da República* (1979). Decreto-lei n.º 280/79, de 10 de Agosto. Série I. pp. 1872-1874.
- Diário da República* (1982). Decreto n.º 87/82, de 13 de Julho. Série I. pp. 2089-2090.
- Diário da República* (1983a). Portaria n.º 448/83, de 19 de Abril. Série I. pp. 1351-1353.
- Diário da República* (1983b). Portaria n.º 449/83, de 19 de Abril. Série I. pp. 1353-1355.
- Diário da República* (1985). Portaria n.º 852/85, de 9 de Novembro. Série I. pp. 3763-3765.
- Diário da República* (2009a). Despacho n.º 6287/2009, de 25 de Fevereiro. Série II, pp. 7605-7613.

- Diário da República* (2009b). Deliberação n.º 1006/2009, de 6 de Abril. Série II, pp. 13531-13534.
- Diário da República* (2010). Despacho 5454/2010, de 25 de Março. Série II, pp. 15283-15285.
- Diário da República* (2011). Despacho n.º 16390/2011, de 23 de Setembro. Série II, pp. 47340-47348.
- Diário da República* (2015). Despacho 10603/2015, de 23 de Setembro. Série II, pp. 24476-24477.
- Nascimento, A. A., Fernández Catón, coord. (2008). *Liber Testamentorum Coenobii Laurbaniensis*. Centro de Estudos San Isidoro.
- Ribeiro, F. (2006). O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 47-63.
- Ribeiro, J. P. (1798). Sobre o estado actual dos cartorios do Reino e necessidade de acautelar pelos meios oportunos a sua total ruina. In Ribeiro, J. P., *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica portugueza*. Parte I. Academia Real das Sciencias, pp. 1-58
- Ribeiro, J. P. (1819). *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*. Impressão Régia.
- Silva, C. G., Pinto, C. M. (2017), A empregabilidade dos diplomados do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. In Borges, M. M., Sanz Casado, E. *A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC*. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, pp. 645-653.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

- BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
- CI – Ciências da Informação
- CPA – Código do Procedimento Administrativo
- DGLAB – Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
- GTAM-BAD – Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação de Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
- IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
- ICA – International Council on Archives
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
- LADA – Lei de Acesso aos Documentos Administrativos
- LGTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
- MAP – Modernização da Administração Pública
- MEF – Macroestrutura Funcional
- MIP – Metainformação para a Interoperabilidade
- MOREQ – *Model Requirements for the Management of Electronic Records*
- NP – Norma Portuguesa
- NP 4438.12: 2005 – Gestão de Documentos de Arquivo
- NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- ODA – Orientações para a Descrição Arquivística
- PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais
- PCIAAL – Plano de Classificação da Informação Arquivística da Administração Local
- PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
- PRAIM – Programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal
- RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados
- RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais
- SGA – Sistema de Gestão da Qualidade
- SMA – Secretariado para a Modernização Administrativa
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

A sociedade da informação, marcada por profundas transformações tecnológicas e informáticas, tem conduzido à alteração das políticas de comunicação dos Arquivos por forma a corresponder ao aumento do grau de exigência dos utilizadores das diversas áreas do Conhecimento, exercendo esse papel através da promoção do acesso à informação enquanto elemento-base da formação de uma sociedade esclarecida e a qual importa gerir de forma eficaz e eficiente, preservando simultaneamente a memória enquanto fator identitário de cada comunidade, seja local, regional ou nacional.

Neste contexto, também os Arquivos Municipais, enquanto instituições de informação, bem como de preservação e valorização da memória local deverão procurar corresponder aos desafios que se colocam atualmente, dotando-se de infraestruturas, equipamentos técnicos, instrumentos de política e normativos, recursos financeiros e humanos devidamente habilitados e com as respetivas competências para o exercício das suas funções. A formação científica destes últimos distancia-os cada vez mais do papel tradicional técnico, caracterizado pela figura do arquivista, atualizando-o enquanto profissional da informação, gestor de informação com uma sólida formação de natureza técnica e científica, que se pretende que exerça a sua atividade inserido em políticas públicas vocacionadas para a gestão e disseminação de informação num quadro de transparência administrativa ativa no seio de uma Sociedade democrática e o seu impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Este estudo incide particularmente na vertente dos profissionais de informação em serviço nos Arquivos Municipais, enquanto recursos humanos especializados que asseguram o funcionamento dos arquivos e cuja eficiência se pretende que seja constantemente valorizada pela sua intervenção enquanto trabalhadores com especialização na área da ciência da informação, perfilando-se como elementos facilitadores e pro-activos na gestão e no acesso à informação, contribuindo com a sua participação cívica para a concretização dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda UN2030*, fornecendo, na realização da sua missão, dados que se podem tornar essenciais para a definição de orientações e de metas por quem tem de tomar decisões. Um estudo que não procura estudar apenas os gestores de informação, detentores de uma formação específica na área da ciência da informação, mas também aqueles que, não dispendo de formação especializada, atuam diariamente no contexto dos arquivos municipais fazendo da informação o objeto da sua profissão. Assim se justifica a opção por profissionais de informação, ainda que preferamos o termo gestor de informação, porém melhor aplicado quando relativo a recursos humanos especializados.

O âmbito do estudo procura apresentar um panorama a nível nacional de modo a ser possível identificar a quantidade, a distribuição e a caracterização dos recursos humanos afetos aos Arquivos Municipais com recurso às informações obtidas em cada

um dos 308 Municípios através de inquéritos enviados aos mesmos. Paralelamente, pretende-se caracterizar os arquivos em cada Município, quantificando os arquivos existentes, os que se encontram abertos ao público e com um horário que lhes permita cumprir a sua missão, incluindo a informação acerca da adesão dos municípios ao *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais* (PARAM), uma vez que este criou condições para que durante o processo houvesse lugar à integração de um técnico superior em cada instituição aderente.

Foi considerado como enquadramento adequado o desenvolvimento do estudo em termos geográficos de acordo com o sistema hierárquico de divisão do território em regiões das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), nomenclatura criada pelo Eurostat na década de 70 do século XX para harmonização das estatísticas de vários países.

Dos níveis definidos para divisão regional aplicados desde 2015 em Portugal e conforme o referido sistema hierárquico (NUTS I, NUTS II, NUTS III), a identificação e caracterização dos arquivos constantes neste estudo inserem-se na distribuição geográfica da NUTS III, enquanto unidades administrativas que correspondem às “Entidades Intermunicipais”, “Região Autónoma dos Açores” e “Região Autónoma da Madeira”, sendo os dados apresentados, em cada entidade intermunicipal, por ordem alfabética.

Na realização deste estudo, foram fundamentalmente utilizados trabalhos académicos realizados no âmbito de dissertações de mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Curso de Ciências da Informação e Documentação. Foram, também, desenvolvidos contactos com diversos Arquivos Municipais no sentido de completar dados em falta.

O estudo procura responder à pergunta de partida: *Qual o perfil do Profissional Gestor de Informação nos Arquivos Municipais Portugueses no Continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores?*

Para responder a esta pergunta, os inquéritos por questionário foram construídos de forma a recolher dados referentes a algumas especificidades que permitem caracterizar os referidos profissionais, nomeadamente quanto à categoria profissional, sexo, formação académica ou escolaridade e faixas etárias. Para a elaboração do inquérito por questionário foi utilizada a ferramenta *on-line Google Forms*, embora, paralelamente, tenham sido desenvolvidos contactos telefónicos e por *e-mail* junto dos arquivos que, por motivos diversos, não responderam inicialmente ao inquérito.

O estudo é constituído por diversas partes que pretendem apresentar uma componente teórica, de enquadramento temático, e uma componente empírica, na qual realizamos a caracterização dos arquivos e a análise dos resultados obtidos por inquérito.

Assim, no primeiro capítulo, organizamos a revisão de literatura que fundamenta os conceitos e teorias constantes em estudos similares desenvolvidos anteriormente, surgindo como apoio teórico para a temática. Apresentamos, também, um breve enquadramento histórico em que definimos a missão dos Arquivos Municipais, referimos o papel do gestor de informação na Modernização Administrativa e na qualificação das instituições, assim como a importância atribuída ao PARAM quando da sua implementação.

Reconhecemos, porém, que apesar de o PARAM não referir o âmbito de aplicação, presumindo-se, por extensão, ser nacional, incluindo os territórios continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira (Henriques, 2008, p. 7), os municípios de ambos os arquipélagos não apresentaram qualquer candidatura (Henriques, 2008, p. 9).

No segundo capítulo, abordamos a metodologia utilizada enquanto investigação de natureza qualitativa suportada por inquéritos por questionário, definimos a problemática e as variáveis a analisar, e formulamos a pergunta de partida. Paralelamente, salienta-se a pertinência do estudo como forma a obter uma visão ampla do panorama dos profissionais de informação no território nacional. Por fim, referimos a técnica de recolha de dados realizada através de inquéritos por questionário (na ferramenta *on-line Google Forms*) e expomos a hierarquização da apresentação das análises dos dados obtidos.

O terceiro capítulo é constituído pela caracterização dos arquivos dos Municípios que responderam ao inquérito, assim como dos contactados por *e-mail* ou telefonicamente, apresentando com um breve enquadramento com dados sobre o território e a demografia (obtidos nos *sites* dos Municípios e na base de dados PORDATA). A apresentação dos Arquivos Municipais, que constituem cada uma das Regiões NUTS III, encontra-se ordenada alfabeticamente constando, no final de cada uma delas, tabelas que compilam os dados das variáveis em estudo presentes na caracterização de cada um dos arquivos.

No quarto capítulo, procedemos à análise das variáveis em estudo numa abordagem a nível nacional, elaborando a discussão dos resultados em função dos dados recolhidos no arquivo de cada município, sendo a análise dos resultados baseada no somatório dos municípios que constituem as Regiões NUTS III, obtendo dessa forma um panorama generalizado dos profissionais de informação a exercerem funções nos Arquivos Municipais. Saliente-se, no entanto, que diversos arquivos não responderam à totalidade das questões apresentadas e/ou não o fizeram de uma forma esclarecedora.

Por fim, na Conclusão expomos as ideias-chave possíveis de ressaltar a partir da análise dos resultados das nossas análises e, nessa sequência, apresentamos algumas propostas de âmbito político, cuja implementação consideramos se revestiria de uma mais-valia para a Administração Pública pelo contributo que podem disponibilizar para a uniformização dos serviços disponibilizados pelos Arquivos Municipais e para a eficácia e eficiência dos sistemas de informação e dos profissionais que exercem quotidianamente as suas funções nos diversos municípios.

O interesse científico do estudo e a necessidade do conhecimento da realidade nacional para as comunidades de prática justificam, naturalmente, o estudo desenvolvido pela equipa de *Information Science*, no âmbito do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em parceria com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais de Informação e Documentação (BAD). Por outro lado, a pertinência e a atualidade das propostas, assim como a urgência da sua implementação, maioritariamente dependente de condições políticas, justificam o seu envio ao Governo, aos principais partidos políticos com assento na Assembleia da República e à entidade de tutela da política arquivística, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), quando se reconhece a falta de uma política de informação em Portugal.

1. OS ARQUIVOS MUNICIPAIS: REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Principais conceitos e teorias

A organização do ser humano em sociedade impôs a necessidade de se constituírem arquivos para guardar documentação em diversos tipos de suporte, para futura disponibilização de documentos que, enquanto fonte de pesquisa para objetivos diversos, os quais podem ser jurídico-administrativos e/ou histórico-culturais (Navarro, 2001, p. 45), fornecessem informação considerada importante para compreensão da vivência histórica, política, económica e social, numa relação intrínseca com o funcionamento e o desenvolvimento dessas sociedades. Assim, podemos considerar que os «arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuírem para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva [, constituindo] um património único e insubstituível» (*Declaração Universal sobre os Arquivos*, aprovada em 2010 pela UNESCO, 2011, p. 3). A importância atribuída a esta atividade é referida por Petrucci, no *Seminari internacional d'estudis sobre la cultura escrita*, ao considerar que

A formação de um património escrito de textos, de qualquer género (livros, documentos, cartas, inscrições, contas, registos e outros), caracterizou todas as sociedades do passado que conheceram a escrita (embora pouco alfabetizadas). As suas elites, sejam cultas ou sem instruções, sempre entenderam de um modo geral o valor “político” da escrita e do escrito para o governo, que sempre procuraram controlar e regular a sua difusão, o seu desenvolvimento, as expressões ideológicas que os constituíam, a sua conservação e o seu conhecimento, ou pelo contrário, o seu esquecimento e a sua destruição física (Petrucci, 1999, p. 4).

Debruçando-nos sobre sua a origem etimológica, de acordo com Carlos Guardado da Silva, o termo “arquivo”

remonta ao substantivo *arkheion*, palavra de origem grega, que designava o palácio em que residia o magistrado (*Arkhon*, o arconte) e no qual se conservavam os documentos produzidos no âmbito das suas atividades [...], designando hoje, na nossa língua, [...] o lugar onde se guardam os documentos, a instituição, o edifício, o serviço ou unidade orgânica, o mobiliário, o conjunto dos documentos ou a informação produzidos(a) por uma instituição e a própria função de organização dos documentos (2019a, p. 53).

No que se refere ao conceito, considerando a definição apresentada no *Dicionário de Terminologia Arquivística*, “arquivo” representa um

conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação [competindo-lhe assegurar] a aquisição, conservação, organização e comunicação (Alves et al., 1993, p. 7),

competindo-lhe «difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua divulgação» (NP 4041, 2005, p. 19), apresentando-se como «função primordial do arquivo, que consiste em facultar aos utilizadores, atuais ou potenciais, informações, referências e documentos de que disponha e sobre os quais não recaia qualquer restrição de comunicabilidade» (Alves et al., 1993, p. 23).

Deste modo, «embora o termo “arquivista” seja uma criação relativamente recente, a prática e o exercício profissional que lhe são inerentes remontam a épocas bem recuadas, *grosso modo* conotadas com o aparecimento da escrita, cerca de seis milénios a. C.» (Ribeiro, 2005, p. 49).

A noção de comunicação e difusão do acervo documental dos arquivos surgiu no início do século XIX, quando «os arquivistas começaram a sentir que a difusão dos arquivos lhes dizia respeito» (Rousseau, & Couture, 1998, p. 51). A sua divulgação seria, ainda no decurso desse século, potencializada pelo crescendo interesse do público pela ciência histórica e pelo desenvolvimento da historiografia enquanto ciência, passando, segundo Boadas I Raset, «el ciudadano debería ser el referencial principal en todas nuestras actuaciones» (1998, p. 61).

Através da produção de instrumentos de pesquisa que se enquadrassem nas necessidades dos utilizadores, o objetivo principal dos arquivistas incidiu na implementação de procedimentos que possibilitassem a simplificação e a facilitação do acesso à documentação, dado que «La communication proprement dite des documents aux utilisateurs, qu’ils soient administrateurs ou scientifiques, constitue le geste visible permettant l’exploitation des archives» (Rousseau, & Couture, 1998, p. 265).

As funções que os arquivos foram progressivamente assumindo enquanto centros de informação e de repositórios da memória da sociedade, assim como o aumento exponencial de interesse por parte dos utilizadores e a integração do desenvolvimento tecnológico na área da informática implicaram a implementação de políticas de comunicação, que fomentaram a disponibilização de informação arquivística através de conteúdos em ambientes digitais que se revelaram extremamente úteis na disseminação da informação arquivística, pois, de acordo com Ribeiro, «a automatização veio, afinal de contas, valorizar os instrumentos de acesso, graças às múltiplas possibilidades de pesquisa que os sistemas informáticos encerram» (2003, p. 694), tendo o processamento da informação, por objetivo, «a criação de “memórias”, passíveis de serem utilizadas sempre que houver necessidade de recuperar dados (informação) nelas armazenadas» (Silva et. al., 1999, p. 27).

As estratégias dos arquivos destinadas à recuperação, acessibilidade, consulta, difusão e comunicação da informação destinam-se a «promover o conhecimento do respetivo acervo documental» (NP 4041, 2005, p. 19), tendo em consideração que «é necessário recorrer a meios ajustados aos nossos objetivos, às características dos receptores e à especificidade da mensagem» (Rego, 2013, p. 135), mas oferecendo a «possibilidade de consulta de documentos de arquivo, de acordo com as disposições legais e/ou regulamentares» (NP 4041, 2005, p. 19), pois cada «organização depende, para seu crescimento e prosperidade, da manutenção da confiança na sua integridade e no bom senso de sua política de atuação» (Rego, 1986, pp. 57-58).

Neste contexto, compete aos arquivistas procurar desenvolver e disponibilizar aos utilizadores instrumentos de acesso à informação que facilitem e agilizem o acesso à informação preservada, dado que «les instruments de recherche sont au service du public. Il est donc necessaire de connaitre celui-ci et de prendre en considération ses besoins» (Nougaret, 1999, p. 167), pelo que importa aos arquivistas conhecer e analisar os públicos-alvo, e as correspondentes necessidades de informação, procurando adaptar-se às suas solicitações.

Neste contexto, «c'est aux archivistes, en fonction des moyens dont ils disposent, en fonction aussi des besoins exprimés par les chercheurs, qu'il appartient de fixer les priorités pour la réalisation de leurs instruments de recherche» (Duchain, 1992, p. 122), considerando que os instrumentos consistem numa «representação da realidade informacional que constitui o seu objeto e servem de meio para aceder a essa mesma realidade, devendo traduzir com rigor todo o processo de conhecimento científico que, necessariamente, antecede a sua produção» (Ribeiro, 2003, p. 633).

A NP 4041 (2005) define o conceito de «instrumento de descrição documental ao considerar que o mesmo constitui um documento segundo elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas, acervos documentais ou coleções factícias» (p. 18), como seja a elaboração de guias, «para efeitos de comunicação, que abrange, numa perspectiva exaustiva ou seletiva, um ou mais acervos documentais» (p. 17); índices; inventários, «que [...] representa um arquivo: o contexto da sua produção, o(s) plano(s) de classificação (ou, na sua ausência, o quadro) que presidiu/presidiram à sua organização, os conjuntos documentais que o constituem, respetiva articulação e unidades de instalação que ocupam» (p. 18); registos; e catálogos, «que identifica até níveis inferiores ao da série e respetivas subdivisões [...] unidades arquivísticas, provenientes de um ou mais arquivos, ou coleções factícias» (p. 17), devendo ser considerado que «la catalogación de parcelas de documentos sin estar concluídos aquélles» (Herrera, 1982, pp. 39-40).

Assim, para além das atividades inerentes às tarefas destinadas à preservação e à gestão da informação, os arquivos têm-se progressivamente focado na comunicação e difusão do acervo documental e dos serviços disponibilizados, procurando corresponder às necessidades específicas dos utilizadores porque «a difusão adequada pode tornar o acervo notório, possibilitando, assim, também demonstrar sua utilidade e importância» (Cé & Pedrazzi, 2012, p. 77), pois «una información bien almacenada no

resultará enteramente válida si no se dispone de un sistema que presente esa información de manera que facilite su consulta, su interpretación y su uso» (Zazo, 2009, p. 196).

1.2. Arquivos Municipais

Datam do século XVIII as ações realizadas pela Academia Real da História Portuguesa para referência dos acervos dos arquivos municipais, e posteriormente pela Academia das Ciências de Lisboa, promovendo, entre 1788 e 1794, o papel dos arquivos e o valor histórico dos documentos através de iniciativas com o objetivo de inventariar os acervos documentais existentes nos arquivos e, simultaneamente, fomentar as preocupações referentes às condições de conservação dos mesmos (Ribeiro, 1998, pp. 289-292), embora só em 1975 seja apresentado um estudo sobre arquivos municipais do académico correspondente da Academia Portuguesa da História, António Alberto Banha de Andrade (Ribeiro, 1998, pp. 277-278).

Devido ao desconhecimento por parte dos munícipes e dos próprios órgãos de decisão da edilidade sobre a importância do arquivo municipal e do papel dos arquivistas, a sociedade formulou juízos preconcebidos e descontextualizados considerando o arquivo como um depósito de ‘papéis velhos’ ou o local do ‘arquivo morto’, onde quem ali trabalhava tinha por missão impedir o acesso aos documentos.

Impunha-se, e tornava-se pertinente, alterar estes preconceitos através da realização de ações de sensibilização junto da comunidade relativamente à importância dos arquivos, fossem eles públicos (câmaras municipais, juntas de freguesia) ou privados (confrarias, irmandades, casas comerciais, famílias, pessoais), entre outros (Fernandes, 2016, p. 1), pois, entre o património arquivístico protegido encontram-se todos os «documentos dos arquivos públicos e os restantes arquivos e documentos classificados ou em vias de classificação» (Decreto-Lei n.º 16/93-art.º 6.º, citado por Real, 2004, p. 44).

Para a concretização deste objetivo contribuiu o interesse dos investigadores pela consulta e estudo dos documentos autênticos com valor probatório, que surgiam enquanto auxiliares das fontes históricas, interesse que originou durante muitas décadas a valorização da importância dos arquivos históricos face aos arquivos administrativos, motivando a «existência orgânica de diversos arquivos históricos em estruturas de organização municipais [reconhecendo-se o seu] interesse em termos de memória e de valorização da identidade» (Silva, 2019a, p. 60), sobressaindo o valor histórico em detrimento da valorização do documento enquanto elemento de informação, independentemente da idade do mesmo. Neste âmbito, Armando Malheiro da Silva considera que, se a «correta utilização das fontes é uma condição essencial para o sucesso ou insucesso de qualquer investigação histórica», enquanto Sistema de Informação compete ao arquivo municipal propagar e contribuir para a transparência e para o bom funcionamento da respetiva instituição (1998, pp. 125-128).

Resultante de uma maior intervenção administrativa nos processos e nos procedimentos inerentes as essas atividades, o aumento progressivo e intenso das atividades

desenvolvidas pelos municípios durante o século XX originou a produção de documentos que, devido ao seu valor probatório, provocaram uma acumulação excessiva para os recursos disponíveis dos arquivos municipais, que, posteriormente, conduziram ao armazenamento sem nenhum tipo de tratamento arquivístico, sem lhe ser atribuído qualquer tipo de valorização nem definição de políticas ou afetação de recursos humanos, logísticos e orçamentais, fatores que levavam à destruição de massas documentais.

A inexistência, no início da década de 1980, de um conhecimento assertivo do acervo documental existente nos arquivos municipais e, conseqüentemente, do respetivo património documental,

alertou os municípios quanto à necessidade de preservação dos fundos documentais e os induziu para assumirem responsabilidades, nomeadamente na dotação dos seus quadros com técnicos especializados na área de arquivo [registando-se a] tomada de consciência efetiva do valor histórico e cultural dos fundos e coleções produzidos e/ou sob custódia dos municípios (Peixoto, 1997, p. 44),

embora «não se apostando na diversificação de recursos e serviços [até ao] surgimento da *Internet* e das ferramentas da *Web 2.0* (Gabriel, 2019, p. 15).

Desta alteração do paradigma resultou a elaboração (entre 1995 e 1997), no âmbito do Inventário do Património Cultural Móvel, do *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias / Arquivos Nacionais/Torre do Tombo*, em 9 volumes, que apesar de incompleto já se apresentava como uma iniciativa para proceder a um inventário do acervo documental existente em diversos distritos nacionais: Vol. 1 – Distrito de Lisboa (coord. de José Mariz); Vol. 2 – Distrito do Porto (coord. de Maria João Pires de Lima); Vol. 3 – Distrito de Viana do Castelo (coord. de Maria Olinda Alves Pereira); Vol. 4 – Distrito de Portalegre (coord. de Ladislau Pereira de Figueiredo e Silva); Vol. 5 – Distrito de Vila Real (coord. de Manuel Silva Gonçalves); Vol. 6 – Distrito de Faro (coord. de Salustiano Lopes de Brito e João Sabóia); Vol. 7 – Distrito de Coimbra (coord. de Ana Maria Bandeira); Vol. 8 – Distrito de Leiria (coord. de Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa); Vol. 9 – Distrito de Aveiro (coord. de Maria Fernanda Amorim Coelho).

Considerando que o acervo documental dos arquivos municipais é constituído por documentos que se revestem de interesse de âmbito público, não só no âmbito da preservação de memória, mas também jurídico e patrimonial, um arquivo municipal deve ser considerado como arquivo público, caracterizado no *Dicionário de Terminologia Arquivística* como sendo «o arquivo produzido por uma pessoa de direito público» (Alves et al., 1993, p. 10), pelo que os arquivos municipais

têm um papel decisivo a desempenhar no direito à informação, um direito fundamental consagrado pelo Conselho da Europa, como devendo ser garantido por todos os governos democráticos [, pois] arquivos públicos devem assegurar o acesso dos cidadãos/ãs aos documentos necessários à compreensão da história de cada país (Pereira, 2003, p. 1),

enquanto entidade onde se conserva a memória da instituição produtora e o património documental do município, visando a preservação e a valorização da informação e da memória local porque, conforme refere Lima, «uma sociedade que negligencia a informação e como tal os seus arquivos, põe em causa as suas origens, a sua identidade e condiciona o seu desenvolvimento» (Lima, 1992, p. 22).

Neste contexto, e ainda de acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, o serviço afeto ao arquivo municipal é «responsável pela aquisição, conservação e comunicação dos arquivos municipais» (Alves et al., 1993, p. 9), sendo, enquanto «produto natural da atividade municipal, também a memória e a experiência da administração local, e também agentes indispensáveis de continuidade de ação e de preservação dos direitos municipais» (Peixoto, 2002, p. 104).

Conforme referido por Carlos Guardado da Silva (2019a, p. 227), o Arquivo Municipal é o serviço de informação competente pela gestão da informação produzida em cada município, devendo, por isso, implementar procedimentos que promovam o acesso universal a essa mesma informação, numa perspetiva de disponibilização de informação e de memória de uma comunidade (ou mais) no território de um município.

Assim, na atividade diária das autarquias, importa valorizar a importância da organização da informação municipal existente nos arquivos, encarando-os enquanto sistema de informação para a gestão municipal, nomeadamente no contributo para a tomada de decisão, no âmbito da mudança organizacional (projetos de modernização administrativa e de qualificação dos serviços e recursos) ou enquanto centros produtores de conhecimento sobre o território local, quer por parte de utilizadores internos quer de investigadores e público em geral (o conceito de ‘utilizador’ tende «a aproximar-se do de cliente, que cumpre satisfazer por meio do desenvolvimento e da disponibilização de serviços adaptados às suas necessidades» (Gabriel, 2019, p. 20).

O papel progressivamente relevante das autarquias na vida da comunidade como forma de resposta ao desenvolvimento da sociedade no seu todo tem originado uma produção intensa de documentação, fator que impõe a necessidade de reestruturação e modernização administrativa dos Arquivos Municipais com o apoio das novas tecnologias da informação para que surjam como um serviço afeto à gestão municipal e como Sistemas de Informação para um conceito de política de administração aberta (Peixoto, 2019, pp. 15-16), que se encontra enquadrado no *Código do Procedimento Administrativo*, o qual abrange os arquivos e registos dos serviços das autoridades administrativas onde estejam instalados, considerando qualquer tipo de documento, independentemente da sua origem e forma (mapas, rascunhos, ficheiros, etc.).

Este conceito de política de administração aberta representa desafios permanentes à modernização administrativa, apresentando-se os Arquivos Municipais como imprescindíveis para a salvaguarda da democracia e para a promoção da cidadania (Ribeiro, 1995, p. 11), desafios que se tornaram mais prementes e com maior visibilidade no início dos anos 90 do século XX devido à necessidade de «recursos humanos ao serviço da administração como fator decisivo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados» e apoiados pelo recurso às tecnologias da informação (Silva,

2019b, p. 35), pelo que a modernização administrativa impõe a necessidade da integração de uma política pública arquivística que Jardim, citado por Carlos Guardado da Silva (2019b, p. 27), define como

o conjunto de premissas, decisões e acções – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (2006, p. 10).

O recurso às tecnologias de informação implica a necessidade de investimento em instrumentos de acesso que facilitem a recuperação de dados por parte dos utilizadores, fator que deverá ser um elemento favorável à sua fidelização. Deste modo poder-se-á potencializar o papel dos Arquivos Municipais na sociedade, até porque «a automatização veio, afinal de contas, valorizar os instrumentos de acesso, graças às múltiplas possibilidades de pesquisa que os sistemas informáticos encerram» (Ribeiro, 2003, p. 694, citado por Gabriel, 2019, p. 23), dado que «la extensión del uso de las tecnologías de la información y la comunicación han de permitir una explotación más intensa del capital informativo de los archivos y consolidar esta incipiente ampliación de su uso social» (Navarro, 2001, p. 53, Gabriel, 2019, p. 23).

A participação fundamental dos Arquivos Municipais no enquadramento das políticas para a modernização administrativa implica a sua reestruturação, introduzindo medidas de adaptação dos serviços e de construção de instrumentos que facilitem a acessibilidade e permitam o «aumento da visibilidade dos Arquivos [procurando] satisfazer e antecipar as expectativas» dos utilizadores (Gabriel, 2019, p. 15). Peixoto enumera algumas dessas iniciativas:

- 1.º – *Constituir redes informais como forma de partilha de conhecimentos, experiências, sedimentação de parcerias, discussão de políticas e abordagens profissionais por parte dos arquivistas, com os objetivos de resolver problemas técnicos e de aumentar a visibilidade do trabalho arquivístico;*
- 2.º – *Acentuar a promoção da implementação de uma política de gestão integrada de arquivos orientada para critérios de qualidade e existência de recursos humanos especializados no seio dos municípios;*
- 3.º – *Reiterar a necessidade de os arquivos possuírem edifícios devidamente dimensionados para o exercício da sua missão;*
- 4.º – *Assegurar e garantir a efetiva implementação de planos de preservação digital nas autarquias locais;*
- 5.º – *Reforçar a necessidade de os arquivistas intervirem e serem parte constituinte das equipas que definem e orientam as estratégias de gestão documental e de gestão da qualidade, visando a maior celeridade, rapidez, eficácia e eficiência, bem como melhoria contínua, no acesso à informação e ao conhecimento;*
- 6.º – *Reafirmar a transparência dos atos administrativos, a igualdade de acesso dos cidadãos à informação e a permanente democratização da gestão municipal;*

- 7.º – *Reconhecer a pertinente e legítima consagração das carreiras específicas de Técnico Superior, Técnico, Coordenador Técnico, Assistente Técnico e Assistente Operacional na Área de Arquivo;*
- 8.º – *Revisão urgente do Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais – Portaria n.º 1253, de 14 de outubro de 2009;*
- 9.º – *Modernização dos procedimentos administrativos através da inovação de práticas e de instrumentos de trabalho* (Peixoto, 2011, p. 1).

O conceito de modernização administrativa implementado em 1986 com a criação do Secretariado para a Modernização Administrativa, sob a dependência da Presidência do Conselho de Ministros (Silva, 2007, p. 1), possibilitou que os Arquivos Municipais assumissem um papel de maior destaque, que implicou também o reforço dos seus recursos humanos com equipas multidisciplinares, para que fosse possível atender com maior rigor as exigências dos utilizadores.

Em 1998, registou-se o início da implementação do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), programa que durou até 2007,

lançado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo em 1998, como meio para dar execução à Lei-Orgânica fixada no Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março, muito especialmente ao estabelecido na alínea r) do número 1 do Artigo 3.º – “Compete ao IAN/TT [...] apoiar as autarquias no planeamento e construção da rede de arquivos municipais (Henriques, 2008, p. 7).

O PARAM, fundamentalmente um programa de apoio de cariz financeiro e técnico, representou uma alteração estruturante para os arquivos municipais porque, conforme refere Henriques, incidiu

em duas vertentes simultâneas, uma na linha da qualificação dos arquivos enquanto recursos da actividade administrativa (decorrente da implantação de programas de gestão integrada de arquivos), outra numa linha mais patrimonial, de salvaguarda e promoção do acesso ao património arquivístico (decorrente também da implantação de programas de gestão integrada de arquivos, mas, sobretudo, das características das instalações em termos de preservação e acesso à documentação (2008, p. 7),

contribuindo significativamente para o desenvolvimento desses arquivos, pois possibilitou a aplicação de uma política de âmbito nacional ao definir que

São objetivos gerais do PARAM incentivar e apoiar os Municípios na implementação de programas de gestão integrada dos respetivos sistemas de arquivo, bem como promover a criação de uma rede de arquivos municipais integrada na Rede Nacional de Arquivos [e tendo como objetivos específicos] criar condições adequadas à instalação dos arquivos municipais de todo o país e promover o correcto tratamento arquivístico dos seus fundos, através de comparticipação financeira e/ou apoio técnico a acções desenvolvidas no âmbito das seguintes áreas: Obras [...]; Equipamentos básicos [...]; Preservação [...]; Organização e descrição [...]; Transferências de suporte [...]; Formação [...] (Henriques, 2008, p. 47).

A implementação deste programa revela as deficiências existentes no quotidiano de muitos arquivos, quer em termos de recursos humanos quer em instalações e infra-estruturas que, muitas vezes, apresentam condições não adequadas para os serviços disponibilizados. De acordo com António Maranhão Peixoto, «a este panorama associa-se, inevitavelmente, a problemática da organização, compreendendo as massas documentais acumuladas, a conservação e restauro, a gestão documental e os novos suportes da informação» (Peixoto, 2002, p. 98), situação já referida pelo mesmo autor em 1997, ao considerar que as «unidades arquivísticas nem sempre usufruem de pessoal especializado para o exercício das funções, essencialmente técnicos superiores de arquivo» (Peixoto, 1997, pp. 44-45), condição que, segundo Gisela Gabriel, se mantém em 2019, porque «a falta de instalações apropriadas e de recursos humanos especializados» (p. 15) impossibilita que os Arquivos Municipais realizem diversas funções que lhes estão atribuídas por natureza, facto que é representativo das condições dos mesmos.

O século XXI apresenta desafios para os arquivos, incluindo os municipais, para os quais são necessárias soluções que possibilitem a alteração do panorama descrito, pois «o aceitar-se o arquivo como um sistema de informação, cuja unicidade é determinada pelo carácter relacional dos documentos que o compõem, a tendência natural aponta para um modelo necessariamente integrado» (Real, 2003, p. 39) e este conceito contempla a existência de uma rede de arquivos aberta que disponibilize um acesso fácil à informação a um crescente número de utilizadores, independentemente da distância que os mesmos se encontrem do arquivo.

A necessidade de uma rede de arquivos nacional já foi referida em relatório da Comissão Europeia, em 1995, no capítulo 6:

(...) com o auxílio da tecnologia actual, será também possível criar sistemas compatíveis de informação arquivística e integrá-los em redes nacionais e mais tarde transeuropeias...

Na expectativa de uma rede europeia de intercâmbio de informações próprias dos arquivos, conviria desde já uma concertação entre Estados-membros para identificar e seleccionar as normas informáticas de maior interesse para o mundo arquivístico.

Seja como for, qualquer nova iniciativa não poderá deixar de referir-se às realizações já existentes a nível nacional, encorajando a sua coordenação e nomeadamente recomendando a utilização de sistemas abertos (Comissão Europeia, 1995, p. 58, citado por Real, 2003, p. 50).

No entanto,

Esta matéria é particularmente sensível na Administração Pública, onde podemos dar o exemplo das Câmaras Municipais, que possuem sistemas de informação arquivística muito complexos. Para além dos métodos de descrição tradicionais, alguns municípios passaram a dispor de instrumentos bastante avançados de gestão de documentos e da informação. É o caso dos programas *workflow* (GESCOR, SIGMA, etc.) ou de outras aplicações onde se privilegia a

imagem dos próprios documentos (AROP, por exemplo). Eles gerem uma informação de volume exponencial, a qual serve de matéria-prima à própria gestão arquivística (Real, 2003, p. 55),

pelo que a integração dos Arquivos Municipais na Rede Portuguesa de Arquivos apresenta desafios que urge ultrapassar, de modo a potencializar as desejadas adesões dos municípios (registam-se como mais recentes adesões a Câmara Municipal de Mértola, em 11 de novembro de 2022, e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, em 19 de dezembro de 2022) a fim de cumprir as atribuições definidas para a Rede Portuguesa de Arquivos:

Promover a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental para o exercício da atividade administrativa, de prova ou de informação visando a sua eficiência e eficácia, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos;

Promover o desenvolvimento e a qualificação da rede nacional de arquivos, dinamizar a comunicação entre as entidades envolvidas e facilitar o acesso integrado à informação (DGLAB, 2022).

A importância social e cultural, assim como as obrigações afetas aos Arquivos Municipais, encontram-se plenamente expressas por Peixoto ao considerar que

Os Arquivos Municipais são por excelência, fonte de prova, construtores de identidade, gestores de informações orgânicas, guardiões da memória e antecipação dos tempos vindouros. Estas unidades administrativas e culturais têm obrigações acrescidas na preservação e difusão da memória coletiva, na garantia de direitos, sendo o pulsar natural e estruturado da vivência de gerações, a identidade de comunidades que usufruem territórios específicos e únicos (2019, p. 16).

2. METODOLOGIA

2.1. Definição da problemática

Os arquivos portugueses têm procurado adquirir valor organizacional através da assimilação, para os seus serviços, dos desenvolvimentos tecnológicos, informáticos e comunicacionais, de forma a corresponder às necessidades de recuperação de informação por parte de utilizadores externos e internos, procurando fidelizá-los.

Também os Arquivos Municipais desenvolveram políticas de gestão que têm resultado no reconhecimento, pelo público em geral, como «Los archivos son depositarios de la memoria colectiva y son imprescindibles para recuperar y mantener la identidad y para fortalecer la conciencia histórica de los ciudadanos» (Baiget, 2001, p. 46), procurando dotar-se de recursos humanos, apoiados por recursos técnicos e materiais, medidas que Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro referem:

Nas últimas duas décadas a formação especializada de técnicos superiores arquivistas, bibliotecários e documentalistas rege-se, em Portugal, por um modelo formativo ancorado numa conceção epistemológica demasiado fluída que reflete, afinal, a irreversível, mas irregular, evolução desta área desde finais do século XIX (...). As transformações ocorridas no processo histórico originaram, pois, o contexto, propício às chamadas Ciências Documentais, devidas a um impulso voluntarista para abertura de espaço à actividade de um profissional renovado – o documentalista (2021, p. 1),

recurso humano cuja qualificação, prevista na Modernização da Administração Pública, se encontrava definida na Lei n.º 69/93, ao considerar que «Qualificar a função pública, mobilizando-a para um melhor serviço, tendo em conta que a valorização dos recursos humanos, através da formação profissional, é um imperativo» (Silva, 2019b, p. 36).

Este trabalho procura compreender como se adaptaram os arquivos (nomeadamente as disparidades entre os recursos humanos existentes e as necessidades desses arquivos) e qual o universo dos recursos humanos que exercem a sua atividade nessas instituições, com particular incidência nos profissionais gestores de informação, procurando quantificar os recursos humanos e caracterizá-los quanto à sua categoria profissional, sexo, faixa etária e formação (relacionando o nível de formação com os cargos desempenhados).

O Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação de Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (GTAM-BAD) desenvolveu num pro-

jeto, iniciado em 1998 e constituído atualmente por 7 inquéritos¹, que tem como objetivos «Conhecer o *país real* [;] Abrir caminho à transmissão de uma mensagem de sensibilização [;] Criação de uma base de dados / directório nacional dos Arquivos Municipais» (Peixoto et al., 2000, s/p.). No entanto, os autores verificaram que somente responderam 230 dos 308 municípios contactados (74,7%), concluindo que, em análise realizada e apresentada no trabalho “Arquivos Municipais – Situação – Informação Recolhida entre Abril de 1998 e Março de 2000” durante o 5.º *Encontro Nacional de Arquivos Municipais*,

Os resultados revelam o país real e o estado desolador, salvo raras excepções, em que se encontra esta área; [existindo uma] Falta de maturidade político-administrativa do regime democrático; [que se encontra] Hipotecada a administração aberta/ Arquivo aberto; [com] Prejuízo para a cidadania; [refletindo] O imenso trabalho que é urgente realizar (2000, s/p).

Atualmente os dados existentes por município continuam a ser pouco esclarecedores e fracamente consistentes, mantendo-se a dificuldade de aferir, devido à baixa percentagem de respostas aos diversos inquéritos, o número de profissionais existentes nos Arquivos Municipais e a respetiva formação técnica e académica e, ainda, a categoria profissional, o seu sexo e a faixa etária.

Impõe-se, portanto, a necessidade da realização de um estudo que seja representativo de Portugal Continental e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, que permita, através da análise das respostas às diversas variáveis explanadas em questionário, obter uma caracterização dos profissionais gestores de informação numa relação que se pretende que seja direta com as funções exercidas nos Arquivos Municipais.

Neste contexto, este trabalho pretende contribuir com respostas extraídas das análises de dados que permitam demonstrar a necessidade de dotar os Arquivos Municipais com mais recursos humanos, com foco na formação, procurando simultaneamente influenciar futuras políticas públicas que permitam colmatar as necessidades identificadas em cada um dos Arquivos Municipais.

¹ 1.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 5.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais (ENAM), Sintra, março, 2000 – Apresenta dados recolhidos entre 1998 a 2000;

- 2.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 7.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Torres Vedras, abril, 2006 – Apresenta dados recolhidos entre 2005 a 2006;
- 3.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 10.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Leiria, novembro, 2011 – Apresenta dados recolhidos até 2011;
- 4.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 11.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Esposende, novembro, 2014 – Apresenta dados recolhidos até 2014;
- 5.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 12.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Castelo Branco, outubro, 2016 – Apresenta dados recolhidos até 2016;
- 6.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 13.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Cascais, outubro, 2019 – Apresenta dados recolhidos até 2019;
- 7.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 14.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Marinha Grande, outubro, 2022 – Os dados recolhidos ainda não foram apresentados.

Definiu-se como pergunta de partida: *Qual o perfil do Profissional Gestor de Informação nos Arquivos Municipais Portugueses no Continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores?*

Refira-se que a definição da pergunta de partida é fundamental para a construção da estrutura do estudo, pois permite ao investigador caracterizar «aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor [enquanto] fio condutor da investigação [para que tenha] qualidades de clareza, (...) de exequibilidade (e...) de pertinência» (Campenhoudt, Marquet & Quivy, 2019, pp. 58-59), pergunta que deve «obter uma informação adequada e não ambígua» (Quivy, & Campenhoudt, 2003, p. 171, citado por Gabriel, 47).

É no sentido de responder a esta pergunta que são analisados os resultados obtidos no que se refere aos recursos humanos de cada um dos arquivos, procurando relacionar as quantidades de profissionais da informação com as variáveis que consideramos que melhor caracterizam esses profissionais (categoria profissional, sexo, formação e faixa etária), tendo em consideração que importa identificar os recursos humanos afetos aos arquivos, nomeadamente a sua formação na área das Ciências da Documentação e Informação enquanto fator de maior valorização para a organização, procedimentos e relação com os utilizadores.

Importa, também, compreender o enquadramento dos recursos humanos nas diversas categorias profissionais, o qual deveria corresponder às necessidades de cada arquivo, manifestando-se através de uma adequada integração equilibrada e enquadrada segundo essas necessidades. Todavia, desde há muito tempo, Portugal deixou de oferecer formação de nível médio nesta área, quando terminaram os cursos de natureza técnico-profissional oferecidos pela BAD.

Igualmente o conhecimento sobre as diversas faixas etárias surge como um fator importante, pois dele depende a avaliação da necessidade de rejuvenescimento dos recursos humanos enquanto veículo de modernização da profissão na adaptação às áreas tecnológicas que se pretende consonante com os requisitos da profissão de gestor de informação, assim como à crescente procura e exigência de qualidade por parte dos utilizadores dos serviços prestados e para os quais os recursos humanos afetos aos Arquivos Municipais têm de estar aptos a corresponder.

2.2. Metodologia de recolha de dados

A metodologia utilizada caracteriza-se por utilizar dados qualitativos e quantitativos (designados por Coutinho como “estudos mistos” (2020, p. 5, citado por Almeida, 2022, p. 50), suportada por pesquisa e análise documental e por aplicação de inquérito por questionário, procurando caracterizar os profissionais da informação dos Arquivos Municipais.

Os dados em análise neste estudo assentam fundamentalmente nas informações recolhidas no decurso da elaboração de Dissertações de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação realizadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

- Gisela Garcia Paulo Gabriel – *A Comunicação nos Arquivos Municipais da Área Metropolitana de Lisboa* (2017);
- Ana Lúcia Jesus Filipe – *Os Gestores de Informação nos Arquivos Municipais entre o rio Mondego e a Área Metropolitana de Lisboa* (2020);
- Alexandra Isabel Janeiro Centenico – *Os Profissionais da Informação nos Arquivos Municipais do Sul de Portugal* (2021);
- Paula Alexandra Duarte Ramos de Almeida – *Os Profissionais da Informação nos Arquivos Municipais na Área Metropolitana do Porto, Baixo Tâmega e Sousa, Beiras e Serra da Estrela, Douro, Região de Aveiro, Viseu Dão e Lafões* (2022).

Os dados relativos às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores foram obtidos via *e-mail* e/ou contacto telefónico por L. S. Ascensão de Macedo.

Os dados relativos às Regiões Alto Alentejo, Alto Minho, Alto Tâmega, Ave e Cávado foram obtidos via *e-mail* e/ou contacto telefónico por Alexandra Isabel Janeiro Centenico.

Considerando que se pretendia «obter informações que possam ser analisadas, extrair modelos de análise e fazer comparações» (Bell, 2010, p. 26, citado por Centenico, 2021, p. 52), os estudos referidos optaram pela aplicação de inquérito por questionário «(...) elaborado na ferramenta *online Google Forms*, de modo a permitir a aplicação do mesmo através do *email*, institucional ou pessoal, com o respetivo *link* de acesso ao formulário, remetido aos arquivos ou aos municípios e/ou aos arquivistas, respetivamente» (Centenico, 2021, p. 53), acompanhado de uma breve carta de apresentação na qual constava o pedido de colaboração para preenchimento, a identificação do investigador e da instituição académica associada ao estudo, assim como o objetivo principal a que o estudo se propunha.

A opção por inquérito por questionário de tipo misto (com perguntas combinadas: ‘abertas’, ‘semiabertas’ e ‘fechadas’) fundamenta-se no facto de consistirem em «técnicas de recolha de dados muito usadas em complemento à investigação documental» (Silva, 2021, p. 108, citado por Almeida, 2022, p. 53) e que possibilitam «inquirir um grande número de pessoas no sentido de caracterizar os grandes traços identificadores» (Coutinho, 2020, p. 139, citado por Almeida, 2022, p. 53).

Procedemos à análise dos dados recolhidos nos inquéritos dos estudos acima referidos, procurando obter informações que permitam caracterizar os recursos humanos existentes e a respetiva formação profissional e académica, mas, também, contextualizar as necessidades particulares de cada Arquivo Municipal, pretendendo que os resultados apresentados sejam concretos e representativos do panorama dos Arquivos Municipais nacionais.

2.3. Apresentação da análise dos dados recolhidos

Após a receção dos questionários e da análise documental, procedeu-se à análise estatística e de conteúdo dos dados recolhidos, pois conforme referem Campenhoudt, Marquet & Quivy, «apresentar os mesmos dados sob diversas formas favorece incontestavelmente a qualidade das interpretações, [...] a estatística descritiva e a expressão gráfica dos dados são muito mais do que simples métodos de exposição dos resultados» (2019, p. 317), embora, ainda de acordo com os mesmos autores, esta opção diversificada deve assegurar que a

apresentação diversificada dos dados não pode substituir a reflexão teórica prévia, a única a fornecer critérios explícitos e estáveis para a recolha, a organização e, sobretudo, a interpretação dos dados, assegurando, assim, a coerência e o sentido do conjunto do trabalho (2019, p. 318, citado por Almeida, 2022, p. 56).

Tendo, como já referido, como objetivo a apresentação dos números referentes aos profissionais gestores de informação existentes nos Arquivos Municipais em função de diversas variáveis (por categoria profissional, sexo, formação e faixa etária), considera-se que a apresentação dos resultados em forma de tabelas e quadros-síntese permite uma fácil leitura dos resultados, à qual é associada uma reflexão teórica onde se efetua a interpretação dos mesmos.

A análise de dados subordina-se ao sistema hierárquico de divisão do território em regiões de acordo com o padronizado na NUTS III:

- Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-os-Montes;
- Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela;
- Área Metropolitana de Lisboa;
- Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central;
- Algarve;
- Região Autónoma dos Açores;
- Região Autónoma da Madeira.

3. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo identifica e caracteriza os recursos humanos dos Arquivos Municipais portugueses, com base nos dados referentes à categoria profissional, sexo, habilitações e faixa etária, obtidos pelos inquéritos, por *e-mails* e por contatos telefónicos.

Complementarmente voltou a aplicar-se o inquérito para a obtenção de dados relativamente a 30 Municípios no Norte de Portugal e à NUT III Alto Alentejo, designadamente para os Municípios de que a BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação não dispunha de dados recolhidos pelo Inquérito aplicado pela Área da Profissão, coordenada por Luísa Alvim. Estes Municípios não tinham sido objeto de estudos realizados anteriormente.

A estrutura de apresentação deste trabalho encontra-se enquadrada no sistema hierárquico de divisão do território em regiões – NUTS (acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), dividindo-se de acordo com as NUTS II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

As informações e análise dos dados são apresentadas de acordo com a composição das NUTS III, ou seja, as «25 unidades territoriais, agora designadas de «unidades administrativas». Essas unidades administrativas correspondem às “Entidades Intermunicipais”, “Região Autónoma dos Açores” e “Região Autónoma da Madeira» (PORDATA, 2023):

Considerando que a apresentação de cada Município segue a tipologia das NUTS III, a análise dos Arquivos Municipais está organizada alfabeticamente. Inicia-se com a disponibilização de elementos estatísticos afetos a cada um dos municípios, conforme informações do Instituto Nacional de Estatística relativas aos Censos de 2021, apresentando seguidamente alguns dados que permitem «uma breve caracterização dos arquivos municipais analisados, por forma a conhecermos as organizações onde os profissionais da informação/gestores de informação, que são o objeto de estudo desta investigação, se encontram a desempenhar funções [e que] provêm das respostas obtidas ao questionário aplicado» (Centenico, 2021, p. 55), dado que os 308 Arquivos Municipais são a população objeto do presente estudo.

Tabela 1 – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). Adaptada de PORDATA (<https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>)

NUTS III	NUTS II	NUTS I
Alto Minho Cávado Ave Área Metropolitana do Porto Alto Tâmega Tâmega e Sousa Douro Terras de Trás-os-Montes	Norte	Continente
Oeste Região de Aveiro Região de Coimbra Região de Leiria Viseu Dão Lafões Beira Baixa Médio Tejo Beiras e Serra da Estrela	Centro	
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	
Alentejo Litoral Baixo Alentejo Lezíria do Tejo Alto Alentejo Alentejo Central	Alentejo	
Algarve	Algarve	
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira

A) CARACTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES

1. ALGARVE (NUTS II)

1.1. ALGARVE (NUTS III)

A sub-região ALGARVE abrange o território da NUT III constituído pelos municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António. Tem 4.960 Km², 467.495 habitantes e uma densidade populacional de 94,3 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos ao ALGARVE (NUTS III) foram extraídos da dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Alexandra Isabel Janeiro Centenico, em 2021.

1.1.1. Arquivo Municipal de Albufeira

O Município de Albufeira tem 140,7 Km², 41.326 habitantes e uma densidade populacional de 293,8 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado em quatro polos distintos, está aberto ao público desde 1995, o horário de funcionamento é todos os dias úteis das 9h às 15:30h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Arquivo Histórico Municipal.

Tem 6 gestores de informação (3 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), dos quais 2 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Apenas 1 possui formação em Ciência da Informação (CI), sendo a pessoa responsável pelo Arquivo Municipal. O Município possui 2 colaboradores com formação em Ciência da Informação (CI) a exercer funções de administração, não estando na dependência do arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 80-81).

1.1.2. Arquivo Municipal de Alcoutim

O Município de Alcoutim tem 575,4 Km², 2.202 habitantes e uma densidade populacional de 111,5 hab./Km². O município não tem serviço de Arquivo Municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo dentro da organização, encontrando-se localizado em quatro polos distintos. Tem como unidade orgânica a Seção de Arquivo Histórico e Documental.

Tem 1 profissional da informação, do sexo feminino, que não possui formação em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 81).

1.1.3. Arquivo Municipal de Aljezur

O Município de Aljezur tem 323,5 Km², 5.597 habitantes e uma densidade populacional de 17,3 hab./Km². O município não tem serviço de Arquivo Municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo dentro da organização, tendo o horário de funcionamento das 9h às 15:30h, nos dias úteis. Localiza-se em cinco polos distintos, e integra a unidade orgânica a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos.

Tem 2 gestores de informação (1 técnico superior e 1 assistente técnico), ambos do sexo feminino, sendo que 1 possui formação em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 82).

1.1.4. Arquivo Municipal de Castro Marim

O Município de Castro Marim tem 300,8 Km², 6.256 habitantes e uma densidade populacional de 20,8 hab./Km². Em contato telefónico realizado no dia 8 de outubro de 2020 informou que, embora o Município tenha arquivo dentro da organização, este não se encontra aberto ao público e não existem recursos humanos afetos ao mesmo (Centenico, 2021, p. 82).

1.1.5. Arquivo Municipal de Faro

O Município de Faro tem 202,6 Km², 60.995 habitantes e a densidade populacional de 111,5 hab./Km². Não dispõe de Arquivo Municipal aberto ao público, possuindo apenas serviço de arquivo aberto para a instituição. Tem como unidade orgânica o Núcleo de Unidade Arquivo e Documentação (UAD).

Tem 2 gestores de informação (1 técnico superior e 1 assistente técnico), ambos do sexo masculino, em que o técnico superior possui formação em CI, sendo o responsável pelo Arquivo Municipal. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 82-83).

1.1.6. Arquivo Municipal de Lagoa

O Município de Lagoa tem 88,3 Km², 22.755 habitantes e uma densidade populacional de 257,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2002, nos dias úteis entre as 9h e as 12:30 e das 14h às 17:30h. O arquivo está localizado em três polos distintos, existindo o edifício principal e dois depósitos de arquivo, e tem como unidade orgânica a Divisão de Ação Sociocultural.

Tem 6 colaboradores (2 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 3 assistentes operacionais), sendo 3 do sexo feminino e 3 do masculino. Apenas 2 possuem formação em CI. O Município beneficiou do PARAM: não possuía técnico superior antes da candidatura e integrou-o durante o processo (Centenico, 2021, pp. 83-84).

1.1.7. Arquivo Municipal de Lagos

O Município de Lagos tem 213,0 Km², 30.408 habitantes e uma densidade populacional de 142,8 hab./Km². Tem arquivo aberto ao público desde 2006, e o horário de funcionamento é às segundas, quartas e sextas-feiras, das 9h às 17h, estando localizado em quatro polos distintos. Tem como unidade orgânica a Seção de Serviço de Arquivo Municipal.

Tem 7 gestores de informação (2 técnicos superiores, 1 coordenador técnico, 3 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), sendo 5 do sexo feminino e 2 do masculino. Apenas 1 possui formação em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 84-85).

1.1.8. Arquivo Municipal de Loulé

O Município de Loulé tem 763,7 Km², 68.785 habitantes e uma densidade populacional de 90,01 hab./Km². Tem arquivo aberto ao público desde 2007, nos dias úteis, das 9h às 17h, localizando-se em dois polos. Tem como unidade orgânica a Divisão de Arquivo Municipal e Documentação, desde 2019.

Tem 21 gestores de informação (3 técnicos superiores, 17 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), sendo 18 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Apenas 4

profissionais têm formação em CI. Salientamos que do número total, 11 destes profissionais estão no arquivo corrente. O Município beneficiou do PARAM, possuindo já 1 técnico superior antes da candidatura ao Programa, e efetuou a integração de mais técnicos superiores durante o processo (Centenico, 2021, pp. 85-86).

1.1.9. Arquivo Municipal de Monchique

O Município de Monchique tem 395,3 Km², 5.130 habitantes e uma densidade populacional de 13,0 hab./Km². Em contato telefónico realizado no dia 8 de outubro de 2020, informou que o Município não dispõe de arquivo aberto ao público, não existe serviço de arquivo na organização e não existem recursos humanos afetos ao mesmo (Centenico, 2021, p. 87).

1.1.10. Arquivo Municipal de Olhão

O Município de Olhão tem 130,9 Km², 44.506 habitantes e uma densidade populacional de 340,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto desde 1998, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17h, porém apenas abre ao público na parte da tarde. Localiza-se em quatro polos distintos, e tem como unidade orgânica o Núcleo de Serviço de Arquivo Municipal.

Tem 6 gestores de informação (4 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 1 assistente operacional), sendo 3 do sexo feminino e 3 do masculino. Apenas 1 tem formação em CI (Pós-Graduação). O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 87).

1.1.11. Arquivo Municipal de Portimão

O Município de Portimão tem 182,1 Km², 55.450 habitantes e uma densidade populacional de 304,4 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9h às 13h e das 14h às 17h. Localiza-se num único polo, tendo como unidade orgânica a Divisão Administrativa.

Tem 7 gestores de informação (1 técnico superior e 6 assistentes técnicos), sendo 5 do sexo feminino e 2 do masculino. Apenas 1 possui formação em CI. O Município possui 1 colaborador com formação em CI a exercer funções de assessoria sem ligação ao Arquivo Municipal. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 88).

1.1.12. Arquivo Municipal de São Brás de Alportel

O Município de São Brás de Alportel tem 153,4 Km², 10.416 habitantes e uma densidade populacional de 67,9 hab./Km². Não tem Arquivo Municipal aberto ao público, mas tem serviço de arquivo dentro da organização, localizando-se num único polo. Integra a Divisão Administrativa Municipal.

Tem 2 gestores de informação (1 coordenador técnico e 1 assistente técnico), ambos do sexo feminino e sem formação em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 88-89).

1.1.13. Arquivo Municipal de Silves

O Município de Silves tem 680,1 Km², 36.200 habitantes e uma densidade populacional de 53,2 hab./Km². Tem arquivo municipal aberto ao público desde 1994, com o horário de funcionamento das 9h às 17h, nos dias úteis, e localiza-se num único polo. Tem como unidade orgânica a Secção de Arquivo Municipal.

Tem 6 gestores de informação: 1 técnico superior; 2 assistentes técnicos; 2 assistentes operacionais; e 1 coordenador técnico, sendo 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, e apenas 1 tem formação em CI. O Município beneficiou do PARAM, tendo integrado 1 Técnico Superior durante o processo (Centenico, 2021, pp. 89-90).

1.1.14. Arquivo Municipal de Tavira

O Município de Tavira tem 607 Km², 24.640 habitantes e uma densidade populacional de 40,6 hab./Km². Tem arquivo municipal aberto ao público desde 2001, das 9h às 13h e das 14h às 17h, nos dias úteis, localizando-se em quatro polos. Tem como unidade orgânica a Divisão de Administração.

Tem 4 gestores de informação (1 técnico superior, 1 assistente técnico e 2 assistentes operacionais), sendo 2 do sexo feminino e 2 do masculino, e apenas 1 possui formação em CI (Pós-Graduação). O Município beneficiou do PARAM, não possuindo técnico superior antes da candidatura, o qual integrou durante o processo (Centenico, 2021, pp. 90-91).

1.1.15. Arquivo Municipal de Vila do Bispo

O Município de Vila do Bispo tem 179,1 Km², 5.154 habitantes e uma densidade populacional de 28,8 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2009, no horário de funcionamento das 9h às 15:30h, e localiza-se num único polo. Integra a Divisão de Gestão Municipal.

Tem 1 profissional da informação na categoria de técnico superior, do sexo masculino, que possui formação em CI. O Município beneficiou do PARAM (Centenico, 2021, p. 91).

1.1.16. Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António

O Município de Vila Real de Santo António tem 61,3 Km², 18.819 habitantes e uma densidade populacional de 307,2 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2004, nos dias úteis, das 9h às 17h, localizando-se em três polos distintos. Tem como unidade orgânica o Núcleo de Biblioteca e Arquivo Histórico, que integra a Divisão de Cultura e Património Histórico.

Tem 10 gestores de informação (5 técnicos superiores e 5 assistentes técnicos), sendo 6 do feminino e 4 do masculino e apenas 2 possuem formação em CI. O Município beneficiou do PARAM, não possuindo técnico superior antes da sua candidatura, o qual integrou durante o processo (Centenico, 2021, pp. 91-92).

Tabela 2 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALGARVE – NUTS III. Fonte: Adaptado de Centenico (2021, pp. 80-116).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	11	14	10	32	5	6	1	2	25	56	81
Percentagem (/81)	13,6%	17,3%	12,3%	39,5%	6,2%	7,4%	1,2%	2,5%	30,9%	69,1%	100%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	1	1	3	1	12	4	1	8	34	8
Percentagem (/81)	1,2%	1,2%	3,7%	1,2%	14,8%	4,9%	1,2%	9,9%	42,0%	9,9%	9,9%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	2		12		29		24		14		
Percentagem (/81)	2,5%		14,8%		35,8%		29,6%		17,3%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	14	2	10	4	6	8					
Percentagem (/14)	87,5%	12,5%	71,4%	28,6%	42,9%	57,1%					

a) Castro Marim e Monchique não possuem Arquivo Municipal.

b) Integrou 5 Técnicos Superiores (Lagoa, Loulé, Silves, Tavira, Vila Real de Santo António).

A sub-região Algarve – NUTS III é constituída por 16 municípios dos quais 14 possuem Arquivo Municipal (87,5%), encontrando-se afetos 81 gestores de informação:

- 69,1% são do sexo feminino e 30,9% do sexo masculino com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (39,5% vs. 12,3%);
- Na formação académica, salienta-se o 12.º Ano (42%) seguido da Pós-Graduação em CI (14,8%). Total de formação em CI: 20,9%;
- Quanto às faixas etárias verifica-se prevalência das faixas entre os 41 e os 60 anos, as quais perfazem 65,4%;

- Os Arquivos Municipais encontram-se maioritariamente abertos ao público (71,4%);
- A maioria não se candidatou ao PARAM (57,1%).

2. ALENTEJO (NUTS II)

2.1. ALENTEJO LITORAL (NUTS III)

A sub-região ALENTEJO LITORAL abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Tem 5.308 Km², 96.485 habitantes e uma densidade populacional de 18 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos ao ALENTEJO LITORAL (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Alexandra Isabel Janeiro Centenico, em 2021.

2.1.1. Arquivo Municipal de Alcácer do Sal

O Município de Alcácer do Sal tem 1.499,9 Km², 11.686 habitantes e uma densidade populacional de 7,8 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2003, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17h, localizando-se num único polo. Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura e Eventos.

Tem 7 gestores de informação (2 técnicos superiores do sexo feminino e 5 assistentes técnicos), sendo 1 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, e apenas 1 possui formação em CI. Nos 2 anos anteriores à data do questionário aplicado, contaram com a colaboração de 2 profissionais que prestaram apoio administrativo. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 93-94).

2.1.2. Arquivo Municipal de Grândola

O Município de Grândola tem 825,9 Km², 14.605 habitantes e uma densidade populacional de 17,7 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2009, no horário das 9h às 17h, nos dias úteis, localizando-se num único polo. Tem como unidade orgânica a Área de Arquivo Municipal.

Tem 4 gestores de informação (3 técnicos superiores e 1 assistente técnico), sendo 3 do sexo masculino e 1 do sexo feminino e apenas 1 possui formação em CI (Mestrado). O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 96-97).

2.1.3. Arquivo Municipal de Odemira

O Município de Odemira tem 1.720,6 Km², 24.669 habitantes e uma densidade populacional de 14,3 hab./Km². O município tem arquivo aberto ao público desde 1992, nos dias úteis, entre as 9h e as 17h, localizando-se num único polo. O Arquivo Municipal integra a Divisão de Gestão Interna.

Tem 7 gestores de informação (1 técnico superior, 5 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), sendo todos do sexo feminino. O técnico superior possui Pós-Graduação em CI e 1 assistente técnico possui formação de técnico profissional BAD. O responsável pelo Arquivo Municipal é do sexo masculino, com idade compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade, e possui licenciatura em outra área do conhecimento. Nos 2 anos anteriores à data de aplicação do questionário contaram com o reforço de 1 profissional, por períodos renováveis de um ano. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 66).

2.1.4. Arquivo Municipal de Santiago do Cacém

O Município de Santiago do Cacém tem 1.059,7 Km², 28.758 habitantes e uma densidade populacional de 27,1 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde o 1999, nos dias úteis, das 10h às 16h, e localiza-se em 2 polos. Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura e Desporto / Serviço de Bibliotecas e Arquivo.

Tem 9 gestores de informação (1 técnico superior, 5 assistentes técnicos e 3 assistentes operacionais) sendo 1 do sexo masculino e 8 do sexo feminino e apenas 1 possui formação em CI (Pós-Graduação). O Município beneficiou do PARAM, possuía já um técnico superior antes da candidatura e incorporou um novo técnico durante o processo (Centenico, 2021, pp. 99-100).

2.1.5. Arquivo Municipal de Sines

O Município de Sines tem 203,3 Km², 13.673 habitantes e uma densidade populacional de 67,3 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2006, nos dias úteis, das 10h às 18h, e localiza-se em dois polos. Integra o Departamento de Administração e Finanças.

Tem 5 gestores de informação (2 técnicos superiores e 3 assistentes técnicos), sendo 2 do masculino e 3 do feminino, havendo 2 que possuem formação académica (1 com Mestrado em CI e Doutoramento em História, e 1 com Pós-Graduação em CI). O Município beneficiou do PARAM, não possuindo técnico superior à data da candidatura, o qual integrou durante o processo (Centenico, 2021, pp. 103-104).

A sub-região Alentejo Litoral – NUTS III é constituída por 5 municípios e todos possuem Arquivo Municipal, encontrando-se afetos 32 gestores de informação:

- 78,1% são do sexo feminino e 21,9% do sexo masculino com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (50,0% vs. 9,4%);
- Na formação académica, salienta-se o 12.º Ano (65,6%) seguido da Pós-Graduação em CI (9,4%). Total de formação em CI: 18,8%;
- Quanto às faixas etárias dos profissionais que atuam nos arquivos municipais, verifica-se a prevalência das faixas entre os 41 e os 60 anos, as quais perfazem 70,3%;
- Todos os Arquivos Municipais encontram-se abertos ao público. A maioria não se candidatou ao PARAM (60,0%).

Tabela 3 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALENTEJO LITORAL – NUTS III. Fonte: Adaptado de Centenico (2021, pp. 93-120).

Quantidade, categoria e sexo											
	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Ma sc.	Fem.	
Totais	3	6	3	16	1	3	0	0	7	25	32
Porcentagem (/32)	9,4%	18,8%	9,4%	50,0%	3,1%	9,4%	0,0%	0,0%	21,9%	78,1%	100,0%
Quantidade e habilitações											
	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc./Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	1	1	2	0	3	0	0	0	21	2
Porcentagem (/32)	3,1%	3,1%	6,3%	0%	9,4%	0,0%	0,0%	0,0%	65,6%	6,3%	6,3%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		6		13		6		2		
Porcentagem (/27)	0,0%		22,2%		48,1%		22,2%		7,4%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Nota: b)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	5	0	5	0	2	3					
Porcentagem (/5)	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	40,0%	60,0%					

- a) Não foram rececionados dados do Arquivo Municipal de Alcácer do Sal sobre as faixas etárias de 5 gestores de informação.
- b) Integrou 2 Técnicos Superiores (Santiago do Cacém, Sines).

2.2. BAIXO ALENTEJO (NUTS III)

A sub-região BAIXO ALENTEJO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira. Tem 8.505 Km², 126.692 habitantes e uma densidade populacional de 14,77 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos a BAIXO ALENTEJO (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Alexandra Isabel Janeiro Centenico, em 2021.

2.2.1. Arquivo Municipal de Aljustrel

O Município de Aljustrel tem 458,5 Km², 8.266 habitantes e uma densidade populacional de 18,0 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2002, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, e localiza-se em 3 polos. Depende da Divisão de Recursos Humanos.

Tem 2 gestores de informação (1 técnico superior e 1 assistente operacional), sendo ambos do sexo feminino e nenhum possui formação em CI. Nos 2 anos anteriores à data do questionário aplicado, teve a colaboração de 1 elemento, através da prestação de serviços (a recibos verdes), que contribuiu para a organização do arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 56-57).

2.2.2. Arquivo Municipal de Almodôvar

O Município de Almodôvar tem 777,9 Km², 6.736 habitantes e uma densidade populacional de 8,7 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo, que reponde aos demais serviços da autarquia e funciona nos dias úteis, das 8:30h às 14:30h. Localiza-se em três polos, e depende da Divisão Administrativa e Financeira (DAF).

Tem 1 profissional da informação (técnico superior), do sexo feminino, que possui Pós-Graduação em CI e é a pessoa responsável pelo arquivo. O Município possui mais 2 colaboradores com formação em CI a exercer funções administrativas, que não estão na dependência do arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 58).

2.2.3. Arquivo Municipal de Alvito

O Município de Alvito tem 264,9 Km², 2.470 habitantes e uma densidade populacional de 9,3 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, mas tem serviço de arquivo que se encontra localizado num único polo. Depende da Divisão de Unidade Municipal de Cultura, Turismo e Desporto.

Tem 1 profissional da informação (assistente técnico), do sexo feminino, que não possui formação em CI. O Município possui 1 colaborador com formação em CI que, no entanto, desempenha funções de serviço administrativo no âmbito da Educação, não estando afeto ao arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 58-59).

2.2.4. Arquivo Municipal de Barrancos

O Município de Barrancos tem 168,4 Km², 1.640 habitantes e uma densidade populacional de 9,7 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, mas tem serviço de arquivo na instituição, que se localiza em dois polos. Depende da Divisão de Unidade de Ação Sociocultural.

Tem 1 profissional da informação (assistente técnico), do sexo masculino, que é o responsável pelo serviço de arquivo, não possuindo formação em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 59-60).

2.2.5. Arquivo Municipal de Beja

O Município de Beja tem 1.146,5 Km², 33.565 habitantes e uma densidade populacional de 29,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2009, no dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, e localiza-se num único polo.

Tem 2 gestores de informação (1 técnico superior e 1 assistente operacional), ambos do sexo feminino, sendo o técnico superior, com formação em CI (Pós-Graduação), a pessoa responsável pelo serviço de arquivo. O Município possui 1 profissional de arquivo (assistente técnico) com formação em CI, que desempenha funções de serviço administrativo no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, não estando afeto ao arquivo. O Município efetuou candidatura ao PARAM, mas o processo não foi implementado, apesar de à data da candidatura o município já integrar o técnico superior (Centenico, 2021, pp. 60-61).

2.2.6. Arquivo Municipal de Castro Verde

O Município de Castro Verde tem 569,4 Km², 6.948 habitantes e uma densidade populacional de 12,2 hab./Km². Possui arquivo aberto ao público, não tendo sido referida a data de abertura. O seu horário de funcionamento é das 8h às 17h, nos dias úteis, e localiza-se em 5 polos. Integra a Divisão de Administração e Finanças.

Tem 1 profissional da informação (assistente técnico), do sexo feminino, que não possui formação em CI e não se encontra no arquivo a tempo inteiro, encontrando-se afeto à seção Administrativa com atendimento ao público. O responsável possui Doutoramento em outra área do conhecimento, é do sexo masculino, e encontra-se na faixa etária compreendida entre os 31 e os 40 anos de idade. O Município possui 1 colaborador com formação em CI, que se encontra afeto à Biblioteca Municipal. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 61-62).

2.2.7. Arquivo Municipal de Cuba

O Município de Cuba tem 172,1 Km², 4.597 habitantes e uma densidade populacional de 26,7 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo dentro da instituição, localizado num polo. Integra a Divisão de Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade.

Tem 1 profissional da informação (técnico superior), do sexo feminino, que possui Licenciatura em CI, sendo a pessoa responsável pelo serviço. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 62-63).

2.2.8. Arquivo Municipal de Ferreira do Alentejo

O Município de Ferreira do Alentejo tem 648,2 Km², 7.847 habitantes e uma densidade populacional de 12,1 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2009, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, localizando-se num polo. Tem como unidade orgânica a Seção de Arquivo Municipal.

Tem 3 gestores de informação (1 técnico superior e 2 assistentes técnicos), sendo 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, e 1 possui formação em CI (Pós-Graduação). O responsável é do sexo feminino e possui Mestrado em outra área do conhecimento. O Município beneficiou do PARAM e à data da candidatura já possuía 1 técnico superior, tendo integrado 1 técnico superior durante o processo de candidatura. No período em que o questionário foi aplicado, encontrava-se a decorrer um processo para admitir 1 assistente técnico para o Arquivo Municipal (Centenico, 2021, pp. 63-64).

2.2.9. Arquivo Municipal de Mértola

O Município de Mértola tem 1.292,9 Km², 6.172 habitantes e uma densidade populacional de 4,8 hab./Km². O Município tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 2001, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, e localiza-se num polo. Depende da Divisão de Cultura e Património, Desporto e Juventude.

Tem 2 gestores de informação (1 técnico superior e 1 assistente técnico), sendo o técnico superior do sexo feminino com formação em CI (Mestrado na variante Biblioteconomia). O assistente técnico, do sexo masculino, é a pessoa responsável pelo arquivo e não possui formação em CI. O Município beneficiou do PARAM e à data da candidatura ao projeto não possuía técnico superior afeto ao arquivo, não tendo integrado durante o processo de candidatura, embora fosse um requisito da mesma (Centenico, 2021, pp. 64-65).

2.2.10. Arquivo Municipal de Moura

O Município de Moura tem 958,5 Km², 13.734 habitantes e uma densidade populacional de 14,3 hab./Km². Tem arquivo aberto ao público desde 2013, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, localizando-se em três polos. Depende da Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos.

Tem 6 gestores de informação (1 técnico superior, 3 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais), sendo 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, e o único com formação em CI (Pós-Graduação) é o responsável pelo arquivo. O Município beneficiou do PARAM, mas à data da candidatura ao projeto o Município não possuía técnico superior afeto ao arquivo e também não integrou durante o processo de candidatura, embora fosse um requisito para a candidatura (Centenico, 2021, pp. 65-66).

2.2.11. Arquivo Municipal de Ourique

O Município de Ourique tem 663,3 Km², 4.630 habitantes e uma densidade populacional de 7,0 hab./Km². Não tem Arquivo Municipal aberto ao público, embora possua serviço de arquivo localizado num polo. Depende da Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação (assistente técnico), sendo 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, e nenhum possui formação em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 67).

2.2.12. Arquivo Municipal de Serpa

O Município de Serpa tem 1.105,6 Km², 14.339 habitantes e uma densidade populacional de 13,0 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 1982, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, e localiza-se num único polo.

Tem 4 gestores de informação (1 técnico superior, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), sendo 1 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. O técnico superior é o responsável pelo arquivo e o único com formação em CI (Pós-Graduação). O município beneficiou do PARAM e, quando da candidatura, já possuía técnico superior, tendo integrado outro durante o processo (Centenico, 2021, pp. 67-68).

2.2.13. Arquivo Municipal de Vidigueira

O Município da Vidigueira tem 316,6 Km², 5.504 habitantes e uma densidade populacional de 17,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2005, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17h, localizando-se num polo. A unidade orgânica a que pertence é a Divisão de Administração e Finanças – Expediente e Documentação.

Tem 5 gestores de informação (1 técnico superior e 4 assistentes técnicos), sendo 1 do sexo masculino e 4 do sexo feminino. O técnico superior é a pessoa responsável pelo arquivo e não possui formação em CI. O Município beneficiou do PARAM, sendo que à data da candidatura ao projeto já possuía técnico superior (Centenico, 2021, pp. 68-69).

A sub-região Baixo Alentejo – NUTS III é constituída por 13 municípios e todos possuem Arquivo Municipal, encontrando-se afetos 31 gestores de informação:

- 71,0% dos profissionais da informação são do sexo feminino e 29,0% do sexo masculino com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (41,9% vs. 12,9%);
- Na formação académica, salienta-se o 12.º Ano (48,4%) seguido da Pós-Graduação em CI (16,1%). O total de profissionais da informação com formação em CI é de 19,3%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência das faixas entre os 41 e os 60 anos, as quais perfazem 72,4%;

- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (61,5%), mas a não se candidatou ao PARAM (53,8%).

Tabela 4 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região BAIXO ALENTEJO – NUTS III. Fonte: Adaptado de Centenico (2021, pp. 56-108).

Quantidade, categoria e sexo											
	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	3	6	4	13	2	3	0	0	9	22	31
Porcentagem (/31)	9,7%	19,4%	12,9%	41,9%	6,5%	9,7%	0,0%	0,0%	29,0%	71,0%	100,0%
Quantidade e habilitações											
	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc./Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	0	1	5	2	1	2	15	4
Porcentagem (/31)	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	16,1%	6,5%	3,2%	6,5%	48,4%	12,9%	3,2%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	1		4		13		8		3		
Porcentagem (/29)	3,4%		13,8%		44,8%		27,6%		10,3%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Aplica PCIAAL; Certificado Qualidade; Candidatura ao PARAM											
Notas: b)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	13	0	8	5	6	7					
Porcentagem (/13)	100%	0,0%	61,5%	38,5%	46,2%	53,8%					

- a) Não foram rececionados dados do Arquivo Municipal de Ourique relativos às faixas etárias de 2 gestores de informação.
- b) Integrou 2 Técnicos Superiores (Ferreira do Alentejo, Serpa).

2.3. LEZÍRIA DO TEJO (NUTS III)

A sub-região LEZÍRIA DO TEJO abrange o território da NUTS III, constituído pelos municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém. Tem 4 275 Km², 235.861 habitantes e uma densidade populacional de 55 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à LEZÍRIA DO TEJO (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Ana Lúcia Jesus Filipe, em 2020.

2.3.1. Arquivo Municipal de Almeirim

O Município de Almeirim tem 222,1 Km², 22.569 habitantes e uma densidade populacional de 101,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, com consulta sob pedido. Não existe unidade orgânica responsável, embora seja indicado no *site* do município que o mesmo está integrado na área de Expediente e Arquivo Municipal, na dependência da divisão da Administração Geral e Atendimento.

Possui 2 gestores de informação: 1 assistente técnico e 1 assistente operacional, sendo ambos do sexo masculino, não existindo um responsável, dado ser uma unidade orgânica dentro da divisão. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 142-143).

2.3.2. Arquivo Municipal de Alpiarça

O Município de Alpiarça tem 95,4 Km², 7.087 habitantes e uma densidade populacional de 74,3 hab./Km². O Arquivo Municipal não está aberto ao público, mas é indicado um horário disponível para consulta, nos dias úteis, mediante solicitação, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h.

Relativamente aos gestores de informação, é indicado como responsável 1 técnico superior, do sexo feminino, com formação em CI ou variante em Arquivo (Licenciatura / Bacharelato), e 2 técnicos superiores especializados em CI. Existem 3 colaboradores qualificados em CI e/ou na área de arquivo que não exercem essa função, e possui 2 técnicos superiores qualificados em CI a exercerem funções na Biblioteca. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 143-145).

2.3.3. Arquivo Municipal de Azambuja

O Município de Azambuja tem 262,66 Km², 22.445 habitantes e uma densidade populacional de 85,5 hab./Km². O Arquivo Municipal não está aberto ao público, e depende da Divisão Jurídica e Administrativa.

Tem afeto à área do arquivo 1 colaborador (assistente técnico), do sexo masculino, que é o responsável. Ainda existem: 3 técnicos profissionais de Biblioteca e Documentação (assistentes operacionais) e 1 dirigente intermédio; 1 a 3 colaboradores com formação CI e/ou área de arquivo, que não exercem a função na sua área de formação; 1 a 3 colaboradores com formação CI a exercer funções na Biblioteca Pública deste município. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 145-147).

2.3.4. Arquivo Municipal de Benavente

O Município de Benavente tem 521,46 Km², 30.214 habitantes e uma densidade populacional de 58 hab./Km². A comunicação sobre o Arquivo Municipal cinge-se essencialmente à presença no diretório da BAD. O Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, embora no diretório BAD seja indicado horário de segunda a sexta-feira das 9:00h às 17:30h. O Arquivo Municipal faz parte da Divisão Municipal de

Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, na Subunidade Orgânica de Expediente Geral e Arquivo.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior, 1 assistente técnico e 1 assistente operacional, todos do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Pós-Graduação em CI (variante Arquivo) ou equivalente e Mestrado em outra área. O Município candidatou-se ao PARAM e já possuía 1 técnico superior durante o processo (Filipe, 2020, pp. 147-149).

2.3.5. Arquivo Municipal do Cartaxo

O Município do Cartaxo tem 158,17 Km², 23.740 habitantes e uma densidade populacional de 150,1 hab./Km². Não se encontra divulgação do Arquivo Municipal, nem no *site* institucional da Câmara Municipal. O Arquivo Municipal do Cartaxo não existe formalizado na estrutura orgânica da autarquia, dependendo da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos e está integrado na Área de Expediente.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior, do sexo masculino (com Mestrado CI), ao abrigo de um estágio PEPAL, que reporta à técnica superior responsável pela área da Cultura. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 149-150).

2.3.6. Arquivo Municipal da Chamusca

O Município da Chamusca tem 746 Km², 9.253 habitantes e uma densidade populacional de 12,4 hab./Km². O Arquivo Municipal não se encontra aberto ao público, não foi indicado horário para consulta da documentação nem há informação sobre a consulta presencial, embora indique a possibilidade de reprodução de documentos via fotocópia. No organograma do Município, o arquivo encontra-se na mesma seção que a Biblioteca, estando ambos na Divisão de Intervenção Social, na área da Cultura, localizando-se em mais do que um polo.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior, do sexo masculino (com Licenciatura em CI), sendo o responsável pelo arquivo. O Município possui 3 gestores de informação, com formação CI e/ou na área de arquivo, que desempenham funções de apoio aos órgãos autárquicos. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 151-152).

2.3.7. Arquivo Municipal da Coruche

O Município de Coruche tem 1.116 Km², 17.629 habitantes e uma densidade populacional de 15,8 hab./Km². Integra o Serviço de Expediente e Arquivo, e depende da Divisão de Administração Geral.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Licenciatura em outra área do conhecimento que não em CI), 2 assistentes técnicos, 1 assistente operacional, sendo 3 do sexo feminino e o técnico superior possui. O responsável do arquivo será um dos assistentes técnicos. O Município não se candidatou ao PARAM e já possuía técnico superior (Filipe, 2020, pp. 152-154).

2.3.8. Arquivo Municipal da Golegã

O Município da Golegã tem 76,1 Km², 5.375 habitantes e uma densidade populacional de 70,64 hab./Km². Não tem Arquivo Municipal aberto ao público nem profissionais com formação especializada a exercer as funções na área. O arquivo está integrado na área de Expediente e Arquivo, da Divisão Municipal de Administração e Finanças (Filipe, 2020, p. 154).

2.3.9. Arquivo Municipal de Rio Maior

O Município de Rio Maior tem 270 Km², 20.340 habitantes e uma densidade populacional de 74,6 hab./Km². O Arquivo Municipal depende da Subunidade de Expediente Geral e Apoio Administrativo aos Órgãos Autárquicos.

Tem 5 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura / Bacharelato em outra área do conhecimento que não CI, 3 assistentes técnicos e 1 assistente operacional, sendo todos do sexo feminino, e o responsável do arquivo é o técnico superior que possui (Filipe, 2020, pp. 154-155). O Município não se candidatou ao PARAM.

2.3.10. Arquivo Municipal de Salvaterra de Magos

O Município de Salvaterra de Magos tem 244,7 Km², 21.613 habitantes e uma densidade populacional de 88,3 hab./Km². O Arquivo Municipal não está aberto ao público.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI) e responsável pelo arquivo, e 2 assistentes técnicos, sendo 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 156-157).

2.3.11. Arquivo Municipal de Santarém

O Município de Santarém tem 552,5 Km², 57.398 habitantes e uma densidade populacional corresponde a 103,9 hab./Km². O Arquivo Municipal está aberto ao público nos dias úteis, das 9:30 às 17:30. Depende da Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI), e 1 assistente técnico, com Mestrado em CI, ambos do sexo feminino. O responsável é o chefe da Divisão Património, Cultura e Turismo, com formação ao nível de Mestrado em CI (variante Arquivo) ou equivalente. O Município possui outro colaborador (formação em CI e/ou na área de arquivo), mas que não exerce função da sua qualificação. O Município candidatou-se ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 157-158).

Tabela 5 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região LEZÍRIA DO TEJO – NUTS III. Fonte: Adaptado de Centenico (2021, pp. 142-158).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	3	4	1	10	1	3	0	0	5	17	23
Percentagem ((22))	13,6%	18,2%	4,5%	45,5%	4,5%	13,6%	0,0%	0,0%	22,7%	77,3%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: b)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc./Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	2	0	3	0	2	2	8	5
Percentagem ((23))	0,0%	0,0%	8,7%	0,0%	13,0%	0,0%	8,7%	8,7%	34,8%	21,7%	4,3%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: b) c)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	1		1		6		10		4		
Percentagem ((22))	4,5%		4,5%		27,3%		45,5%		18,2%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: d)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	11	0	4	7	2	9					
Percentagem ((11))	100%	0%	36,4%	63,6%	18,2%	81,8%					

- Não foram rececionados dados do Arquivo Municipal de Coruche relativos a 1 Técnico Superior.
- O Arquivo Municipal da Golegã não tem gestor de informação afeto.
- Não foram rececionados dados do Arquivo Municipal de Benavente relativos a 1 Assistente Operacional.
- Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores no decurso do programa PARAM.

A sub-região Lezíria do Tejo – NUTS III é constituída por 11 municípios e todos possuem Arquivo Municipal, encontrando-se afetos 23 gestores de informação:

- 77,3% são do sexo feminino e 22,7% do sexo masculino com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (4,5% vs. 45,5%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (60,8%) seguido da Pós-Graduação em CI (13,0%). Total de formação em CI: 30,4%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência das faixas entre os 41 e os 60 anos (72,8%);
- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberta ao público (63,6%).
- A maioria não se candidatou ao PARAM (81,8%).

2.4. ALTO ALENTEJO (NUTS III)

A sub-região ALTO ALENTEJO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel. Tem 6.230 Km², 104.930 habitantes e uma densidade populacional de 17 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos ao ALTO ALENTEJO (NUTS III) foram obtidos através de contato por *e-mail* junto das instituições, das consultas ao Diretório da BAD e ao Relatório de avaliação do PARAM (Henriques, 2008), assim como aos *sites* de cada uma das Câmaras Municipais e, também, da aplicação de inquérito por questionário.

2.4.1. Arquivo Municipal de Alter do Chão

O Município de Alter do Chão tem 362,1 Km², 3.044 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 8,4 hab./Km². Não tem serviço de Arquivo Municipal instituído, nem aberto ao público nem tampouco recursos humanos com formação especializada na área da Ciência da Informação.

Tem 3 gestores de informação: 1 Técnico Superior (1 com Licenciatura em outra área do conhecimento); 2 Assistentes Técnicos (com o 12.º ano e formação BAD). Todos os gestores são do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.2. Arquivo Municipal de Arronches

O Município de Arronches tem 314,7 Km², 2.789 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 8,9 hab./Km². Segundo informação recebida por *email*, em 4 de abril de 2023, o Município não tem serviço de Arquivo Histórico ou Municipal institucionalizado, nem recursos humanos com formação especializada na área da Ciência da Informação. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.3. Arquivo Municipal de Avis

O Município de Avis tem 606 Km², 3.812 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 6,3 hab./Km². O Arquivo Municipal está aberto ao público, de terça-feira a sábado, das 10:00h às 13:00h e das 14:00h às 16:00h, encontrando-se instalado no Centro Interpretativo da Ordem de Avis. Deverá depender da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural e Turismo.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (frequenta Doutoramento em Arte, Património e Restauro, e tem Mestrado em Arte, Património e Restauro, Pós-Graduação em Ciências Documentais, variante Arquivo, e Licenciatura em História, variante História da Arte), do sexo feminino e é o responsável pelo arquivo; 1 Assistente Técnico (com o 12.º ano), do sexo feminino; 2 Assistentes Operacionais (com o 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.4. Arquivo Municipal de Campo Maior

O Município de Campo Maior tem 247,2 Km², 8.042 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 32,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, que depende da Divisão de Controle Interno.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (com 12.º ano e formação BAD), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.5. Arquivo Municipal de Castelo de Vide

O Município de Castelo de Vide tem 264,9 Km², 3.116 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 11,8 hab./Km². Segundo informação recolhida por telefone, em 27 de abril de 2023, o Município não tem arquivo institucionalizado nem aberto ao público, nem recursos humanos afetos ao serviço com ou sem formação em Ciência da Informação. O arquivo histórico encontra-se no depósito na Biblioteca Municipal. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.6. Arquivo Municipal de Crato

O Município de Crato tem 398,1 Km², 3.225 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 8,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, que se localiza num único polo, no edifício do Museu, e está aberto ao público de terça-feira a sexta-feira, das 10:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. Depende da Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em outra área e com formação BAD), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.7. Arquivo Municipal de Elvas

O Município de Elvas tem 631,3 Km², 20.753 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 32,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal e o acesso ao público está sujeito a marcação prévia, encontrando-se localizado num único polo. Depende da Divisão de Cultura e Turismo.

Tem 12 gestores de informação: 4 técnicos superiores (1 deles com Mestrado em CI, que é o responsável do arquivo, e 3 com Licenciatura em outra área, todos com

formação BAD), 2 do sexo feminino e 2 do sexo masculino; 5 assistentes técnicos (com 12.º ano e formação BAD), todos do sexo feminino; 3 assistentes operacionais (com 12.º ano), 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.8. Arquivo Municipal de Fronteira

O Município de Fronteira tem 248,6 Km², 2.858 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 11,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal. Dependerá da Unidade de Educação, Cultura e Desporto.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em CI); 2 assistentes técnicos (com 12.º ano). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.9. Arquivo Municipal de Gavião

O Município de Gavião tem 294,6 Km², 3.394 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 11,5 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal, nem qualquer recurso humano com formação especializada em Ciência da Informação, segundo informação recolhida por contacto telefónico em 13 de fevereiro de 2023. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.10. Arquivo Municipal de Marvão

O Município de Marvão tem 154,9 Km², 3.021 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 19,5 hab./Km². O Arquivo Municipal está aberto ao público. Depende da Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (com Mestrado em CI e formação BAD); 1 assistente técnico (com Licenciatura em outra área), ambos do sexo feminino. O responsável é técnico superior, tem Licenciatura em outra área de formação e é do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.11. Arquivo Municipal de Monforte

O Município de Monforte tem 429,3 Km², 2.992 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 7,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal.

Tem 4 gestores de informação: 3 técnicos superiores (1 com Licenciatura em CI e formação BAD, que é o responsável pelo arquivo, e 2 com Mestrado noutra área); 1 assistente técnico (com o 12.º ano), sendo todos do sexo masculino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.12. Arquivo Municipal de Nisa

O Município de Nisa tem 575,7 Km², 5.951 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 10,3 hab./Km². Não tem serviço de Arquivo Municipal instituído e aberto ao público, não possui recursos humanos afetos ao serviço nem com formação

em Ciência da Informação. O núcleo histórico do Arquivo Municipal encontra-se na Biblioteca Municipal. A sua consulta requer marcação prévia, sendo possível no horário de abertura da Biblioteca Municipal, de segunda a sexta-feira, entre as 9h00 e as 12h30 e entre as 14h00 e as 18h00, bem como ao sábado, entre as 14h00 e as 18h00. Depende da Divisão Administrativa Financeira.

O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.13. Arquivo Municipal de Ponte de Sor

O Município de Ponte de Sor tem 839,7 Km², 15.249 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 18,2 hab./Km². O Arquivo Municipal está aberto ao público, de segunda a sábado das 10:00h às 13:00h e das 14:00h às 18:00h, localizando-se num único polo. Depende da Divisão de Cultura e Turismo.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI e Doutoramento em História), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.14. Arquivo Municipal de Portalegre

O Município de Portalegre tem 447,1 Km², 22.368 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 50 hab./Km². O Município não possui o serviço de Arquivo Municipal ou Arquivo Histórico institucionalizado. O arquivo histórico encontra-se na Biblioteca Municipal, na área do Fundo Local e Reservados, desde a sua mudança, em 2011, da Casa-Museu José Régio. No entanto, o antigo edifício dos Paços do Concelho, que se encontra em obras, irá receber a documentação da autarquia, que se encontra dispersa em vários espaços, para se reunir num futuro 'Centro Documental'.

Tem 6 gestores de informação: 4 técnicos superiores (1 com Mestrado em outras áreas do conhecimento, do sexo feminino; 1 com Licenciatura em CI, que é o responsável pelo Arquivo, do sexo masculino; 2 com Licenciatura em outras áreas do conhecimento, do sexo feminino); 2 Assistentes Técnicos (1 com o 12.º ano, do sexo masculino, e 1 com o 9.º ano, do sexo feminino). Tem ainda dois recursos humanos com formação em Ciência da Informação, e mais especificamente em Arquivística, que exercem funções na Biblioteca. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.4.15. Arquivo Municipal de Sousel

O Município de Sousel tem 279,3 Km², 4.360 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 15,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal.

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes técnicos (1 com Mestrado em CI e 1 com 12.º ano e formação BAD), ambos do sexo feminino. O responsável é técnico superior (com Licenciatura noutra área e é do sexo masculino). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

Tabela 6 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALTO ALENTEJO – NUTS III. Fonte: Autores.

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	6	10	2	13	3	2	0	0	11	25	36
Percentagem (/36)	16,7%	27,8%	5,6%	36,1%	8,3%	5,6%	0,0%	0,0%	30,6%	69,4%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Li-cenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	0	1	3	4	2	0	3	9	19	1	15
Percentagem (/36)	0,0%	2,8%	8,3%	11,1%	5,6%	0,0%	8,3%	25,0%	52,8%	2,8%	41,7%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 anos		31 – 40 anos		41 – 50 anos		51 – 60 anos		≥ 61 anos		
Totais	1		7		12		15		1		
Percentagem (/36)	2,8%		19,4%		33,3%		41,7%		2,8%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: c) d)	Possui Arq. Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	10	5	5	10	7	8					
Percentagem (/15)	66,7%	33,3%	33,3%	66,7%	46,7%	53,3%					

- Não foram rececionados dados dos Arquivos Municipais de Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Gavião, Nisa, Portalegre relativos a: categoria profissional, sexo, habilitações e faixas etárias.
- O Arquivo Municipal de Fronteira não esclareceu a categoria e o sexo dos gestores de informação.
- Diversos Arquivos Municipais não disponibilizam dados no *site* sobre a existência de arquivo, se está aberto ao público ou o horário de funcionamento.
- Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores no decurso do programa PARAM.

A sub-região Alto Alentejo – NUTS III é constituída por 15 municípios e a maioria possui Arquivo Municipal (66,7%), encontrando-se afetos 36 gestores de informação:

- Considerando 36 gestores de informação, 69,4% são do sexo feminino e 30,6% do sexo masculino com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (5,6% vs. 36,1%);
- Na formação académica salienta-se a preponderância do ensino não universitário (55,6%), seguido da Licenciatura noutra área (25,0%). Total de formação em CI: 22,2%;
- Quanto às faixas etárias verifica-se prevalência da faixa entre os 51 e os 60 anos (41,7%), sendo que as faixas acima dos 41 anos representam 77,8%;
- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberto ao público, ou não expõe a informação, (66,7%) e não se candidatou ao PARAM (53,3%).

2.5. ALENTEJO CENTRAL (NUTS III)

A sub-região ALENTEJO CENTRAL abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa. Tem 7.393 Km², 150.949 habitantes e uma densidade populacional de 20,4 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos ao ALENTEJO CENTRAL (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Alexandra Isabel Janeiro Centenico, em 2021.

2.5.1. Arquivo Municipal de Alandroal

O Município de Alandroal tem 542,7 Km², 5.028 habitantes e uma densidade populacional de 9,3 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, mas possui serviço de arquivo dentro da instituição, localizado em três polos distintos.

Tem 1 profissional da informação (assistente técnico), que não possui formação em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 70-71).

2.5.2. Arquivo Municipal de Arraiolos

O Município de Arraiolos tem 683,8 Km², 6.936 habitantes e uma densidade populacional de 10,1 hab./Km². Possui Arquivo Histórico à guarda da Biblioteca Municipal, encontrando-se ambos no mesmo espaço físico, partilhando os mesmos gestores de informação, das 10h às 13h e das 14h às 17h.

Tem 3 gestores de informação (2 técnicos superiores e 1 assistente técnico), sendo 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Todos possuem formação superior, mas apenas 1 profissional possui formação em CI (Pós-Graduação). O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 71-72).

2.5.3. Arquivo Municipal de Borba

O Município de Borba tem 145,2 Km², 6.763 habitantes e uma densidade populacional de 46,6 hab./Km². Em contato telefónico, realizado no dia 7 de outubro de 2020, informou que não possui Arquivo Municipal (Centenico, 2021, p. 72). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.5.4. Arquivo Municipal de Estremoz

O Município de Estremoz tem 513,8 Km², 12.772 habitantes e uma densidade populacional de 24,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2004, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, localizando-se num único polo. Tem como unidade orgânica a Divisão de Arquivo Municipal.

Tem 3 gestores de informação (técnico superior), todos do sexo feminino. Todos possuem formação superior, sendo que 2 possuem formação em CI (1 Pós-Graduação e 1 Licenciatura). O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 72).

2.5.5. Arquivo Municipal de Évora

O Município de Évora tem 1.307,1 Km², 52.441 habitantes e uma densidade populacional de 40,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 1995, nos dias úteis, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, localizando-se em 2 polos: o Arquivo Municipal, e o Arquivo Histórico, que está à guarda do Arquivo Distrital de Évora. Depende da Divisão de Cultura e Património.

Tem 6 gestores de informação (1 técnico superior, 4 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), sendo 1 é do sexo masculino e 5 do sexo feminino, mas nenhum possui formação em CI. O Município conta também com outro colaborador com formação em CI a desempenhar funções administrativas, não estando afeto ao arquivo municipal. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, p. 73).

2.5.6. Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

O Município de Montemor-o-Novo tem 1.233,0 Km², 15.694 habitantes e uma densidade populacional de 12,7 hab./Km². Tem Arquivo Municipal aberto ao público desde 1983, das 9:30h às 12:30h e das 14h às 18h, localizando-se num único polo. Depende da Divisão Sociocultural.

Tem 5 gestores de informação (2 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional), sendo 2 do sexo masculino e 3 do sexo feminino, e apenas 1 possui formação em CI (Pós-Graduação). O Município beneficiou do PARAM, sendo que o arquivo já possuía técnico superior à data da candidatura e integrou novo técnico durante o processo (Centenico, 2021, pp. 73-74).

2.5.7. Arquivo Municipal de Mora

O Município de Mora tem 444 Km², 4.163 habitantes e uma densidade populacional de 111,5 hab./Km². Em contacto telefónico, realizado no dia 7 de outubro de 2020, informou que não possui serviço de arquivo na instituição, nem recursos humanos que desempenhem função de gestores de informação (Centenico, 2021, p. 74). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.5.8. Arquivo Municipal de Mourão

O Município de Mourão tem 278,6 Km², 2.453 habitantes e uma densidade populacional de 8,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 1998, das 9h às 12:30 e das 14h às 17h, localizando-se num único polo. Depende da Divisão Sociocultural.

Tem 2 gestores de informação (1 técnico superior e 1 assistente técnico), sendo 1 do sexo masculino e outro do sexo feminino. O técnico superior possui formação em CI (Mestrado) e é o responsável pelo arquivo, contudo está em regime de Avença. O Município não se candidatou ao PARAM (Centenico, 2021, pp. 74-75).

2.5.9. Arquivo Municipal de Portel

O Município de Portel tem 601 Km², 5.849 habitantes e uma densidade populacional de 9,7 hab./Km². Possui serviço de Arquivo Municipal, mas encontra-se encerrado ao público, localizando-se em 2 polos. Depende da Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 profissional da informação (técnico superior), do sexo feminino, que possui formação em CI (Pós-Graduação). O Município não se candidatou ao PARAM. (Centenico, 2021, p. 75).

2.5.10. Arquivo Municipal de Redondo

O Município de Redondo tem 369,5 Km², 6.370 habitantes e uma densidade populacional de 17,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2010, das 9h às 12:30h e das 14h às 17:30h, localizando-se num único polo. O serviço integra-se na unidade orgânica da Cultura.

Tem 2 gestores de informação (1 técnico superior e 1 assistente técnico), ambos do sexo feminino. O técnico superior possui formação em CI (Mestrado) e é o responsável pelo serviço. O Município beneficiou do PARAM, mas à data da candidatura o Arquivo Municipal não possuía técnico superior, nem o integrou durante o processo, embora fosse um requisito (Centenico, 2021, p. 76).

2.5.11. Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz

O Município de Reguengos de Monsaraz tem 464 Km², 10.026 habitantes e uma densidade populacional de 21,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2007, das 9h às 12:30 e das 14h às 17:30, e localiza-se num único polo. Tem como unidade orgânica responsável a Seção de Arquivo Municipal.

Tem 4 gestores de informação (não indica as categorias profissionais, sexo e faixas etárias), sendo que 1 possui Mestrado em CI (o responsável pelo arquivo), 1 possui Pós-Graduação em CI, 1 possui Licenciatura em outra área do conhecimento e 1 possui o 12.º ano de escolaridade. O Município beneficiou do PARAM, sendo que à data da candidatura já possuía técnico superior no arquivo (Centenico, 2021, pp. 76-77).

2.5.12. Arquivo Municipal de Vendas Novas

O Município de Vendas Novas tem 222,4 Km², 11.257 habitantes e uma densidade populacional de 50,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, embora possua serviço de arquivo repartido em três polos, sendo o seu horário das 9h

às 12:30h e das 14h às 17:30h. Depende da Divisão Administrativa e Financeira, Secção de Administração Geral.

Não é possível identificar o número de profissionais existentes, categoria profissional, sexo e faixas etárias. Em contato telefónico realizado no dia 6 de outubro de 2020, informaram que o serviço de arquivo administrativo funciona internamente, contudo, não possui especificamente profissionais afetos ao serviço. O responsável, possui Pós-Graduação em CI e é do sexo feminino. O Município tem 1 técnica com formação em CI, que desempenha diversas funções, entre as quais as do arquivo. O Município beneficiou do PARAM, sendo que o arquivo já possuía técnico superior à data de candidatura (Centenico, 2021, pp. 77-78).

2.5.13. Arquivo Municipal de Viana do Alentejo

O Município de Viana do Alentejo tem 393,7 Km², 5.144 habitantes e uma densidade populacional de 13,1 hab./Km². Em contato telefónico, realizado no dia 7 de outubro de 2020, informou que não dispõe de Arquivo Municipal. A responsável pela Biblioteca Municipal referiu que o arquivo estava agregado à Biblioteca, nas antigas instalações, mas, aquando da mudança de instalações, a documentação não transitou devido à falta de espaço e condições, tendo o arquivo ficado encaixotado no antigo espaço onde ainda permanece. Embora esteja organizado e inventariado, está na prática vedado o acesso à informação (Centenico, 2021, p. 78). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

2.5.14. Arquivo Municipal de Vila Viçosa

O Município de Vila Viçosa tem 194,9 Km², 7.688 habitantes e uma densidade populacional de 39,5 hab./Km². O Município não respondeu ao inquérito. Em contato telefónico realizado no dia 4 de novembro de 2020 para o serviço de arquivo, fomos informados de que existem 2 gestores de informação afetos ao mesmo, mas nenhum possui formação em CI (Centenico, 2021, p. 79). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

A sub-região Alentejo Central – NUTS III é constituída por 14 municípios dos quais 10 possuem Arquivo Municipal (71,4%), encontrando-se afetos 29 gestores de informação:

- 78,3% são do sexo feminino e 21,7% do sexo masculino com destaque de diferença na categoria de Técnico Superior (43,5% vs. 4,3%);
- Na formação académica salienta-se a preponderância do 12.º Ano (37,0%) seguido da Pós-Graduação em CI (18,5%). Total de formação em CI: 33,3%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência das faixas entre os 41 e os 60 anos (69,5%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (70,0%), e não se candidatou ao PARAM (60,0%).

Tabela 7 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALENTEJO CENTRAL – NUTS III. Fonte: Adaptado de Centenico (2021, pp. 70-112).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b) c)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	1	10	4	6	0	2	0	0	5	19	29
Porcentagem (/23)	4,3%	43,5%	17,4%	26,1%	0,0%	8,7%	0,0%	0,0%	21,7%	78,3%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b) c)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	3	2	5	1	1	3	10	2
Porcentagem (/27)	0,0%	0,0%	11,1%	7,4%	18,5%	3,7%	3,7%	11,1%	37,0%	7,4%	0,0%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b) c)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
	Totais	1		2		11		5		4	
Porcentagem (/23)	4,3%		8,7%		47,8%		21,7%		17,4%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: b) c) d)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	10	4	7	3	4	6					
Porcentagem (/10)	71,4%	28,6%	70,0%	30,0%	40,0%	60,0%					

- a) Não foram rececionados dados do Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas.
 b) O Arquivo Municipal de Vila Viçosa não respondeu ao inquérito.
 c) Borba, Mora e Viana do Alentejo não possuem Arquivo Municipal.
 d) Integrou 1 Técnico Superior (Montemor-o-Novo).

3. ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (NUTS II)

3.1. ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (NUTS III)

A sub-região ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. Tem 3.001 Km², 2.870.208 habitantes e uma densidade populacional de 956,4 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (NUTS III) foram extraídos das Dissertações de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaboradas por Gisela Garcia Paulo Gabriel, em 2017, Ana Lúcia Filipe, em 2020, e Alexandra Isabel Janeiro Centenico (2021).

3.1.1. Arquivo Municipal de Alcochete

O Município de Alcochete tem 128,5 Km², 19.145 habitantes e uma densidade populacional de 149 hab./Km². Não respondeu ao questionário, tendo-nos informado Setor de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, por *email*, que «A Câmara [Municipal] de Alcochete não dispõe de um arquivo na verdadeira aceção da palavra, daí não dispormos de um Plano (...)». Em 2017 não existiam informações sobre o Arquivo Municipal na *Internet*, existindo sobre a Biblioteca e o Museu na área da Cultura (Gabriel, 2017, p. 53). Em 2020 informou que não dispunha de arquivo aberto ao público, que não existia serviço de arquivo na organização, e apenas dispunha de um depósito e que não possuía recursos humanos afetos (Centenico, 2021, p. 94). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.2. Arquivo Municipal de Almada

O Município de Almada tem 70,2 Km², 177.268 habitantes e uma densidade populacional de 2.525 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, em horário fixo de 2.^a a 6.^a feira de manhã e de tarde. Tem como unidades orgânicas a Divisão Administrativa e a Divisão de Arquivos e Bibliotecas, localizando-se em 5 edifícios.

Em 2017 tinha 16 funcionários, nomeadamente 4 técnicos superiores com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 53-57). Em 2020 contava com 10 profissionais da informação, sendo 6 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos, 3 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, sendo que 4 possuíam pós-graduação em ciência da informação (Centenico, 2021, p. 95). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.3. Arquivo Municipal de Amadora

O Município da Amadora tem 23,8 Km², 171.500 habitantes e uma densidade populacional de 7.195 hab./Km². Tem Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. Depende do Departamento de Administração Geral, e localiza-se em 5 polos.

Em 2017 tinha 9 funcionários, designadamente 2 técnicos superiores com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 57-58). Em 2019 existiam no arquivo 3 gestores de informação: 1 técnico superior, 2 assistentes técnicos. Todos os gestores de informação deste arquivo municipal eram do sexo feminino. O técnico superior era também responsável pelo Arquivo Municipal e tinha Pós-Graduação em ciências da informação. Relativamente aos Assistentes Técnicos, as habi-

litações académicas eram distintas: 1 tinha Pós-Graduação em outra área de conhecimento que não CI e o outro o 12.º ano de escolaridade (Filipe, 2020, p. 61). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.4. Arquivo Municipal de Barreiro

O Município do Barreiro tem 33,8 Km², 78.359 habitantes e uma densidade populacional de 2.317,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, em horário fixo de 2.ª a 6.ª feira, de manhã e de tarde, que depende do Departamento de Promoção Cultural, e localiza-se em 2 polos.

Em 2017 tinha 6 funcionários, nomeadamente 1 técnico superior com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 58-63). Em 2020 contava com 6 profissionais da informação, todos eles técnicos superiores, sendo 3 de cada sexo. Apenas 1 possuía formação em ciência da informação (Centenico, 2021, p. 96). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.5. Arquivo Municipal de Cascais

O Município de Cascais tem 99,1 Km², 214.158 habitantes e uma densidade populacional de 2.161,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, em horário fixo, de 2.ª a 6.ª feira de manhã e de tarde, e integra a Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico, localizando-se em 4 polos (arquivos: Geral Corrente, Intermédio, Histórico e Técnico de Urbanismo).

Em 2017 tinha 33 funcionários, nomeadamente 5 técnicos superiores com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 63-69). Em 2019 tinha 34 colaboradores: 12 Técnicos Superiores, 17 Assistentes Técnicos e 5 Assistentes Operacionais. Relativamente às habilitações académicas eram muito diversas: 1 Doutoramento, não de ciência da informação, 1 Mestrado em CI, 7 Pós-Graduações, 6 Licenciaturas em outras áreas de conhecimento que não a ciência da informação, 14 com o 12.º ano e 5 com o 9.º ano de escolaridade. O responsável pelo Arquivo Municipal, este é do sexo masculino, com Doutoramento noutra área de conhecimento que não a CI (Filipe, 2020, p. 65). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.6. Arquivo Municipal de Lisboa

O Município de Lisboa tem 100,05 Km² e 545.796 habitantes e uma densidade populacional de 5.455,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, em horário fixo de 2.ª a 6.ª feira, de manhã e de tarde, e tem como unidade orgânica a Divisão de Arquivo Municipal, localizando-se em 4 polos.

Em 2017 tinha 137 funcionários, nomeadamente 3 técnicos superiores com Mestrado em CI na área de Arquivo, ou equivalente, e 13 com Pós-Graduação em CI na mesma área (Gabriel, 2017, pp. 69-78). Em 2019 tem 128 colaboradores e, em cada uma das carreiras profissionais, o número era significativamente superior nos elemen-

tos do sexo feminino: Técnicos Superiores – 48 femininos e 18 masculinos, Assistentes Técnicos – 29 femininos e 13 masculinos, Assistentes Operacionais – 14 femininos e 6 masculinos. Relativamente às habilitações académicas os Técnicos Superiores iam do Doutoramento e Mestrado às Pós-Graduações e Licenciaturas em CI e também em outras áreas do conhecimento, sendo que o que tinha maior número eram as 37 Licenciaturas em outras áreas de conhecimento. As habilitações na área de CI, nos mais variados graus, no total correspondiam a 15 profissionais. No caso dos Assistentes Técnicos, dividiam-se entre as Licenciaturas que não em CI com 2 profissionais, 4 profissionais com o 9.º ano de escolaridade, a “outra formação” corresponde a 6 profissionais e, por fim, 30 profissionais com o 12.º ano de escolaridade. Os Assistentes Operacionais dividiam-se em três habilitações distintas: 12.º ano de escolaridade e “outra formação”, cada um com 3 elementos, e com o 9.º ano de escolaridade 14 profissionais de informação. Relativamente ao responsável do Arquivo Municipal era do sexo feminino com Pós-Graduação em CI (Filipe, 2020, pp. 68-69). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.7. Arquivo Municipal de Loures

O Município de Loures tem 160,4 Km², 201.632 habitantes e uma densidade populacional de 1.257,29 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.ª a 6.ª feira, de manhã e de tarde, e tem como unidade orgânica a Divisão de Gestão Documental e Arquivo, localizando-se num único polo.

Em 2017 tinha 24 funcionários, nomeadamente 5 técnicos superiores com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 78-82). Em 2019 o Arquivo Municipal contabilizava 21 profissionais de informação: 9 Técnicos Superiores (4 com Pós-Graduação em CI e os restantes 5 licenciaturas noutras áreas); 10 Assistentes Técnicos (12.º ano); 2 Assistentes Operacionais (9.º ano). Na categoria de Assistente Operacional os profissionais eram do sexo masculino e as restantes categorias do sexo feminino (Filipe, 2020, pp. 72-73). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.8. Arquivo Municipal de Mafra

O Município de Mafra tem 291,4 Km², 86.521 habitantes e uma densidade populacional de 296,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.ª a 6.ª feira, de manhã e de tarde, e depende da Divisão de Desporto, Cultura e Turismo, localizando-se em 2 polos.

Em 2017 tinha 7 funcionários, nomeadamente 1 técnico superior com Pós-Graduação em CI, na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 82-85). Em 2019 o Arquivo Municipal possuía 5 profissionais da informação: 2 Técnicos Superiores (ambos femininos); 2 Assistentes Técnicos (1 feminino e 1 masculino); 1 Assistente Operacional (feminino). Os Técnicos Superiores tinham Pós-Graduações (1 com CI e 1 com em outra área de conhecimento). Os Assistentes Técnicos e o Assistente Opera-

cional tinham o 12.º ano. Neste arquivo apenas 1 dos profissionais era do sexo masculino (Assistente Técnico), os restantes eram do sexo feminino. A responsável do arquivo possuía Pós-Graduação em CI (Filipe, 2020, p. 75). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.9. Arquivo Municipal de Moita

O Município da Moita tem 55,1 Km², 66.262 habitantes e uma densidade populacional de 1.203 hab./Km². Não respondeu ao questionário. Em 2017 não foi possível encontrar informações no *site* da Câmara Municipal a propósito do Arquivo Municipal (Gabriel, 2017, p. 86).

Em 2020 contava com 6 profissionais da informação, sendo 4 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos, todos do sexo feminino. Contudo, apenas 1 possuía formação em ciência da informação (Centenico, 2021, p. 97). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.10. Arquivo Municipal de Montijo

O Município do Montijo tem 348,1 Km², 55.689 habitantes e uma densidade populacional de 159,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.ª a 6.ª feira, de manhã e de tarde, e integra a Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, localizando-se num único polo.

Em 2017 tinha 11 funcionários e não dispõe de técnico superior com Mestrado ou Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 86-89). Em 2020 contava com 5 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 3 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 2 são do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Porém, nenhum possuía formação em ciência da informação (Centenico, 2021, p. 98). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.11. Arquivo Municipal de Odivelas

O Município de Odivelas tem 26,1 Km², 148.058 habitantes e uma densidade populacional de 5.664 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.ª a 6.ª feira, de manhã e de tarde, e tem como unidade orgânica o Gabinete de Gestão de Património e Administração Geral, mais concretamente o Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico, localizando-se em 3 polos.

Em 2017 tinha 5 funcionários, nomeadamente 1 técnico superior com Mestrado em CI na área de Arquivo ou equivalente e 1 técnico superior com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 89-91). Em 2019 estavam afetos a este arquivo 5 profissionais de informação: 1 Técnico Superior (Licenciatura em Ciências Sociais); 3 Assistentes Técnicos (1 Coordenadora, com Licenciatura e Pós-Graduação em CI; 2 com formação arquivística da BAD e 12.º ano); 1 Assistente Operacional (12.º ano). Somente o Assistente Operacional era do sexo masculino. A responsável deste arquivo era do sexo feminino, com Pós-Graduação em CI (Filipe, 2020, p. 77). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.12. Arquivo Municipal de Oeiras

O Município de Oeiras tem 45,8 Km², 171.767 habitantes e uma densidade populacional de 3.743,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e de tarde, e tem como unidade orgânica a Divisão de Modernização Administrativa, localizando-se em 5 polos.

Em 2017 tinha 27 funcionários, nomeadamente 2 técnicos superiores com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 91-95). Em 2019 o arquivo tinha 25 gestores de informação, distribuídos por carreiras e sexo da seguinte forma: 7 Técnicos Superiores (4 femininos e 3 masculinos); 14 Assistentes Técnicos (10 femininos e 4 masculinos); 4 Assistentes Operacionais (2 femininos e 2 masculinos). As habilitações dos Técnicos Superiores: 1 Mestrado em CI, 1 Mestrado noutra área de conhecimento, 2 Pós-Graduações noutras áreas de conhecimento, 3 Licenciaturas em CI. As habilitações dos Assistentes Técnicos: 13 profissionais com 12.^o ano; 1 com Licenciatura não CDI. As habilitações dos Assistentes Operacionais: 9.^o ano. O responsável do arquivo era do sexo masculino, sendo 1 dos Técnicos Superiores mencionados com Pós-Graduação (Filipe, 2020, pp. 79-80). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.13. Arquivo Municipal de Palmela

O Município de Palmela tem 462,9 Km², 68.856 habitantes e uma densidade populacional de 148 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e de tarde, e tem como unidade orgânica a Divisão de Administração Geral, localizando-se em 2 polos.

Em 2017 tinha 8 funcionários, nomeadamente de 1 técnico superior com Mestrado em CI (Arquivo) ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 95-100). Em 2020 contava com 5 profissionais da informação, sendo 1 técnico superior, 3 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Destes, 1 era do sexo masculino e 4 do sexo feminino. A responsável pelo arquivo municipal possuía formação em ciência da informação (mestrado), enquadrava-se na faixa etária compreendida entre os 51-60 anos de idade. Dos restantes profissionais, 2 possuíam o curso técnico-profissional de Biblioteca, e 2 não possuíam qualquer formação em CI (Centenico, 2021, p. 99). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.14. Arquivo Municipal de Seixal

O Município do Seixal tem 93,6 Km², 166.525 habitantes e uma densidade populacional de 1.779,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e de tarde, e integra a Divisão de Administração Geral, localizando-se em 2 polos.

Em 2017 tinha 11 funcionários, nomeadamente 3 técnicos superiores com Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente (Gabriel, 2017, pp. 100-102). Em 2020 contava com 5 profissionais da informação, sendo 2 técnicos superiores, 2

assistentes técnicos e 1 assistente operacional, todos do sexo feminino. Os 2 técnicos superiores possuíam Pós-Graduação em CI (Centenico, 2021, p. 101). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.15. Arquivo Municipal de Sesimbra

O Município de Sesimbra tem 195 Km², 52.394 habitantes e uma densidade populacional de 268,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e de tarde, e integra a Divisão de Finanças e Património, localizando-se num único polo.

Em 2017 tinha 13 funcionários, nomeadamente 2 técnicos superiores com Mestrado em CI na área de Arquivo ou equivalente e 2 com Pós-Graduação em CI na mesma área (Gabriel, 2017, pp. 103-105). Em 2020 contava com 5 profissionais da informação, sendo 4 técnicos superiores e 1 assistente operacional. Destes, 1 era do sexo masculino e os restantes do sexo feminino. Com formação em Ciência da Informação (Mestrado) tínhamos 2 profissionais (Centenico, 2021, p. 102). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.16. Arquivo Municipal de Setúbal

O Município de Setúbal tem 230,3 Km², 123.519 habitantes e uma densidade populacional de 536,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e de tarde, e tem como unidade orgânica a Divisão de Administração Geral (Setor de Arquivo e Documentação), localizando-se em 5 polos.

Em 2017 tinha 5 funcionários, nomeadamente 1 técnico superior com Mestrado em CI na área de Arquivo (Gabriel, 2017, pp. 105-109). Em 2020 contava com 6 profissionais da informação, contudo, não foram referidas as categorias profissionais, sexo e faixas etárias dos profissionais em causa. Apenas nos foi indicado que o responsável pelo serviço de arquivo municipal possuía Pós-Graduação em ciência da informação, era do sexo masculino e enquadrava-se na faixa etária compreendida entre os 41 e os 50 anos de idade (Centenico, 2021, p. 102). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.17. Arquivo Municipal de Sintra

O Município de Sintra tem 319,2 Km², 385.606 habitantes e uma densidade populacional de 1.207,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e de tarde, e tem como unidade orgânica a Departamento de Cultura e Património, localizando-se num único polo.

Em 2017 tinha 13 funcionários, nomeadamente 1 técnico superior e 1 assistente técnico com Mestrado em CI na área de Arquivo, e 1 técnico superior e 2 assistentes técnicos com Pós-Graduação em CI na mesma área, encontrando-se instalado em 1 edifício (Gabriel, 2017, pp. 109-112). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

3.1.18. Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira

O Município de Vila Franca de Xira tem 317,68 Km², 137.540 habitantes e uma densidade populacional de 432,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público em horário fixo, de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e de tarde, e integra a Divisão de Bibliotecas e Documentação, localizando-se em 2 polos.

Em 2017 tinha 4 funcionários, não dispunha de técnico superior com mestrado ou Pós-Graduação em CI na área de Arquivo ou equivalente, ainda que 2 assistentes técnicos fossem licenciados (Gabriel, 2017, pp. 112-115). Em 2019 contava com 8 profissionais de informação. Contabilizava 2 Técnicos Superiores do sexo masculino com Pós-Graduações em CI; 6 Assistentes Técnicos, 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com Licenciatura noutra área de conhecimento e o 12.º ano. O responsável do arquivo era do sexo masculino, com Pós-Graduação em CI (Filipe, 2020, p. 84). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

Tabela 8 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA – NUTS III. Fonte:
Adaptado de Centenico (2021, pp. 93-103; Filipe (2020, pp. 59-85).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	26	72	19	63	11	17	5	4	92	190	298
Percentagem (/282)	9,2%	25,5%	6,7%	22,3%	3,9%	6,0%	1,8%	1,4%	32,6%	67,4%	9,2%
Quantidade e habilitações											
Notas: c)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	0	1	10	1	38	38	1	19	82	24	18
Percentagem (/232)	0,0%	0,4%	4,3%	0,4%	16,4%	16,4%	0,4%	8,2%	35,3%	10,3%	7,8%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) d)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	3		26		67		78		13		
Percentagem (/219)	1,4%		11,9%		30,6%		35,6%		5,9%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) e)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	17	1	16	1	6	11					
Percentagem (/17)	94,4%	5,6%	94,1%	5,9%	35,3%	64,7%					

a) Alcochete não possui Arquivo Municipal.

b) Os Arquivos Municipais de Almada, Cascais, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra não forneceram dados esclarecedores sobre o sexo.

- c) O Arquivo Municipal de Sintra não informa sobre as quantidades por habilitações.
- d) Os Arquivos Municipais de Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Seixal, Sesimbra e Sintra não fornecem dados sobre as faixas etárias.
- e) Integrou 2 Técnicos Superiores (Barreiro, Sesimbra).

A sub-região Área Metropolitana de Lisboa – NUTS III é constituída por 18 municípios sendo que 17 possuem Arquivo Municipal (94,4%), encontrando-se afetos 298 gestores de informação:

- 67,4% são do sexo feminino e 32,6% do sexo masculino com destaque de diferença nas categorias de Técnico Superior (25,5% vs. 9,2%) e Assistente Técnico (22,3% vs. 6,7%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (53,9%) seguido da Pós-Graduação em CI (16,4%). Total de formação em CI: 21,1%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência das faixas entre os 41 e os 60 anos (66,2%), mas salientamos que 7 municípios não forneceram dados relativos às faixas etárias;
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (94,1%) e não se candidatou ao PARAM (64,7%).

4. CENTRO (NUTS II)

4.1. OESTE (NUTS III)

A sub-região OESTE abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Tem 2.220 Km², 363 551 habitantes e uma densidade populacional de 164 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos ao OESTE (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Ana Lúcia Jesus Filipe, em 2020.

4.1.1. Arquivo Municipal de Alcobaça

O Município de Alcobaça tem 408,1 Km², 53.641 habitantes e uma densidade populacional de 131,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, das 09:30h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, e integra a Unidade Administrativa e de Modernização.

Tem 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino, e o responsável indicado é do sexo feminino, sendo licenciada numa área distinta da CI. O único técnico superior especializado em CI desempenha funções na Biblioteca Municipal. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 180-181).

4.1.2. Arquivo Municipal de Alenquer

O Município de Alenquer tem 304,2 Km², 43.596 habitantes e a densidade populacional de 143,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, não se encontra aberto ao público, mas permite a consulta mediante agendamento prévio, e localizando-se em diversos polos, depende da Divisão Administrativa Jurídica, especificamente a Administração Geral, Arquivo, Atendimento e Modernização Administrativa.

Tem 2 assistentes operacionais (12.º ano e 9.º ano), 1 técnico superior (Licenciatura e Mestrado em outras áreas do conhecimento, que é o responsável pelo arquivo), todos do sexo masculino, e gestores de informação em regime de prestação de serviços. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 181-182).

4.1.3. Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos

O Município de Arruda dos Vinhos tem 78 Km², 15.082 habitantes e uma densidade populacional de 193,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, não se encontra aberto ao público, e tem como unidade orgânica a Secção de Arquivo, Documentação e Reprografia.

Tem 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo feminino, e a responsável é licenciada numa área diferente da CI. Existem outros recursos humanos formados na área da CI, mas não desenvolvem funções no Arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 183-184).

4.1.4. Arquivo Municipal do Bombarral

O Município do Bombarral tem 90,4 Km², 12.533 habitantes e uma densidade populacional de 137,3 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal e não tem gestores de informação afetos (Filipe, 2020, p. 184). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.1.5. Arquivo Municipal do Cadaval

O Município do Cadaval tem 174,9 Km², 13.627 habitantes e uma densidade populacional de 77,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. A consulta da documentação é feita através de pedido. Não tem recursos afetos, sendo um técnico superior (formação em Geografia) que desempenha funções no Sistema de Informação Geográfica, que presta essa ajuda (Filipe, 2020, pp. 184-185). Mais recentemente integrou um técnico superior estagiário, do sexo feminino, no âmbito do PEPAL, com formação parcial da parte curricular de mestrado em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.1.6. Arquivo Municipal de Caldas da Rainha

O Município das Caldas da Rainha tem 255,7 Km², 51.540 habitantes e uma densidade populacional de 201,6 hab./Km². Em contacto, o Município esclareceu:

Relativamente ao questionário que foi enviado, penso que não faz muito sentido preencher, uma vez que a nossa situação é muito peculiar; ou seja, a documentação de arquivo definitivo encontra-se na Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha. Quando há pedidos, somos nós, a equipa da Biblioteca, que a faculta ao público. Relativamente à organização, há um inventário de uma parte, mas há uma outra parte por organizar e tratar. A documentação de arquivo corrente encontra-se na Câmara Municipal.

O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 185-186).

4.1.7. Arquivo Municipal da Lourinhã

O Município da Lourinhã tem 147,2 Km², 25.670 habitantes e uma densidade populacional de 174,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, com horário das 9:00h às 12:30h e das 14:30h às 17:00h, e tem como unidade orgânica a Secção do Balcão do Município da Coordenação de Modernização Administrativa, na dependência da Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 técnico superior (Mestrado em CI), do sexo masculino, e 3 assistentes técnicos (12.º ano), sendo 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Em 2020, ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), integrou 1 licenciado em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 186-188).

4.1.8. Arquivo Municipal da Nazaré

O Município da Nazaré tem 80,5 Km², 14.180 habitantes e uma densidade populacional de 172 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público sujeito a marcação, pelo período compreendido das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h, e depende do Gabinete de Gestão do Património e da Cultura.

Tem 7 gestores de informação: 5 técnicos superiores (Mestrado e Licenciatura noutras áreas do conhecimento que não a CI), sendo 2 do sexo masculino e 3 do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano) e 1 assistente operacional (9.º ano), ambos do sexo feminino. Em 2020, ao abrigo do PEPAL, integrou 1 licenciado em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 188-191).

4.1.9. Arquivo Municipal de Óbidos

O Município de Óbidos tem 142,2 Km², 11.719 habitantes e uma densidade populacional de 82,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, aberto ao público entre as 9:30h e as 17:30h, e tem como unidade orgânica o Serviço de Bibliotecas e Arquivo Histórico.

Tem 1 técnico superior (Mestrado em CI) e o responsável possui formação (Mestrado), em outra área distinta, sendo ambos do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 189-191).

4.1.10. Arquivo Municipal de Peniche

O Município de Peniche tem 77,6 Km², 26.487 habitantes e uma densidade populacional de 341,5 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, nem recursos humanos especializados na área da CI. No organograma do Município, o serviço encontra-se na Divisão de Administração e Finanças. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, p. 191).

4.1.11. Arquivo Municipal de Sobral de Monte Agraço

O Município de Sobral de Monte Agraço tem 52,1 Km², 10.490 habitantes e uma densidade populacional de 201,3 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, nem recursos humanos afetos nem responsável. O Município possuía 1 funcionário com formação em CI (Mestrado), que desempenhava funções em outra área funcional, mas que recentemente saiu da instituição por mobilidade. Não foi indicada qualquer unidade orgânica responsável pelo arquivo, nem se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, p. 192).

4.1.12. Arquivo Municipal de Torres Vedras

O Município de Torres Vedras tem 407,2 Km², 78.220 habitantes e uma densidade populacional de 192,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, em regime de atendimento presencial mediante marcação prévia, de segunda a sexta-feira, das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 16:00h, e tem como unidade orgânica a Área de Arquivo Municipal, na dependência da Divisão Administrativa.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior e responsável pelo arquivo (Pós-Graduação em CI) e 1 assistente técnico (formação em CI), ambos do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 192-195).

A sub-região Oeste – NUTS III é constituída por 12 municípios sendo que 10 possuem Arquivo Municipal (83,3%), encontrando-se afetos 21 gestores de informação (3 municípios não têm gestores de informação afetos):

- 57,1% são do sexo feminino e 42,9% do sexo masculino;
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (50,0%) seguido da Licenciatura noutra área (22,2%). Total de formação em CI: 22,3%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (50,0%), seguida da faixa entre os 31 e os 40 anos (27,8%);
- Metade dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (50,0%). A maioria não se candidatou ao PARAM (90,0%).

Tabela 9 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região OESTE – NUTS III. Fonte: Adaptado de Filipe (2020, pp. 180-195).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	3	1	4	7	0	3	2	1	9	12	21
Porcentagem (/21)	14,3%	4,8%	19,0%	33,3%	0,0%	14,3%	9,5%	4,8%	42,9%	57,1%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc./Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	2	1	1	0	1	4	6	3
Porcentagem (/18)	0,0%	0,0%	11,1%	5,6%	5,6%	0,0%	5,6%	22,2%	33,3%	16,7%	0,0%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
	Totais	1		5		9		2		1	
Porcentagem (/18)	5,6%		27,8%		50,0%		11,1%		5,6%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Aplica PCIAAL; Certificado Qualidade; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) c)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	10	2	5	5	2	8					
Porcentagem (/10)	83,3%	16,7%	50,0%	50,0%	20,0%	80,0%					

- Bombarral e Caldas da Rainha não possuem Arquivo Municipal.
- Os Arquivos Municipais do Cadaval, Peniche e Sobral de Monte Agraço não têm gestores de informação afetos.
- Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.

4.2. REGIÃO DE AVEIRO (NUTS III)

A sub-região AVEIRO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. Tem 1.692 Km², 367.4901 habitantes e uma densidade populacional de 217 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE AVEIRO (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Paula Alexandra Duarte Ramos de Almeida, em 2022.

4.2.1. Arquivo Municipal de Águeda

O Município de Águeda tem 335,3 Km², 46.131 habitantes e uma densidade populacional de 137,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2002, com horário de funcionamento das 9:00h às 17:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Doutoramento em CI, Mestrado em outras áreas, Pós-Graduação em CI e Licenciatura em outras áreas), do sexo feminino, 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo masculino. O arquivo possui 1 colaborador com formação que não se enquadra nas anteriores e que desempenha a função de Coordenador, do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Licenciatura e é do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM e durante o processo não integrou nenhum técnico superior (Almeida, 2022, pp. 119-120).

4.2.2. Arquivo Municipal de Albergaria-a-Velha

O Município de Albergaria-a-Velha tem 158,8 Km², 25.252 habitantes e uma densidade populacional de 159 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 1998 e com horário de funcionamento das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Unidade de Reorganização Administrativa de Procedimentos.

Tem 8 gestores de informação: 1 técnico superior (Licenciatura em CI), do sexo masculino; 1 assistente técnico (Licenciatura em CI), do sexo feminino; 1 profissional da informação, de que não indicou a categoria profissional (Licenciatura em outra área), do sexo masculino; 3 assistentes técnicos (12.º ano), 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino; 1 assistente técnico (Curso Profissional BAD), do sexo feminino; 1 assistente técnico (9.º ano), do sexo feminino. O responsável (Licenciatura em CI e Licenciatura noutra área) é do sexo masculino. O Município beneficiou do PARAM e durante o processo integrou 1 técnico superior (Almeida, 2022, pp. 120-121).

4.2.3. Arquivo Municipal de Anadia

O Município de Anadia tem 216,6 Km², 29.150 habitantes e uma densidade populacional de 134,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público e com horário de funcionamento das 8:30h às 12:30h e das 14:00h às 17:00h, localizando-se em 2 polos. A unidade orgânica de que depende é a Gestão Documental – Divisão de Desenvolvimento Organizacional; Serviço de Arquivo Geral – Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social.

Tem 1 gestor de informação: técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que está adstrito ao sector de Gestão Documental e é o responsável pelo arquivo. O Município beneficiou do PARAM e não integrou nenhum técnico superior durante o processo (Almeida, 2022, pp. 121-123).

4.2.4. Arquivo Municipal de Aveiro

O Município de Aveiro tem 197,6 Km², com uma população de 80.978 habitantes e uma densidade populacional de 409,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, com horário de funcionamento das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h, localizando-se em 4 polos. A unidade orgânica de que depende são a Divisão Administrativa Geral, para o Arquivo Geral, e a Divisão de Cultura e Turismo, para o Arquivo Histórico.

Tem 8 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em CI), do sexo masculino, que é o responsável do arquivo; 1 técnico superior (Mestrado em outra área), do sexo masculino; 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino; 1 técnico superior (Licenciatura em CI), do sexo feminino; 1 técnico superior (Licenciatura em outra área), do sexo masculino; 2 assistentes técnicos (12.º ano), do sexo feminino; e 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM e durante o processo não integrou nenhum técnico superior (Almeida, 2022, pp. 123-124).

4.2.5. Arquivo Municipal de Estarreja

O Município de Estarreja tem 108,2 Km², 26.997 habitantes e uma densidade populacional de 249,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2008 e com o horário de funcionamento das 9:00h às 17:00h, localizando-se num polo. A unidade orgânica é a Divisão Administrativa e Jurídica.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (Mestrado em outra área, Pós-Graduação em CI, Pós-Graduação e Licenciatura em outras áreas), do sexo masculino, sendo o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 124-125).

4.2.6. Arquivo Municipal de Ílhavo

O Município de Ílhavo tem uma superfície de 73,5 Km², 39.239 habitantes e uma densidade populacional de 533,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2012 e com horário de funcionamento das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h, localizando-se em 9 polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Cultura.

Tem 7 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em outra área), do sexo feminino; 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 3 técnicos de arquivo (Licenciatura em CI), 2 femininos e 1 masculino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino; 1 técnico de arquivo (Curso Profissional BAD), do sexo feminino. O arquivo possui 1 assistente técnico (com formação que não se enquadra nas anteriores), do sexo feminino. Existe 1 colaboradora com formação em CI, que exerce a função de assistente técnica. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 125-127).

4.2.7. Arquivo Municipal de Murtosa

O Município de Murtosa tem 73,1 Km², 10.585 habitantes e uma densidade populacional de 144,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público, localizando-se num polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino, e é o responsável pelo arquivo. Nos últimos dois anos não participou em ações de formação. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 127-128).

4.2.8. Arquivo Municipal de Oliveira do Bairro

O Município de Oliveira do Bairro tem 87,3 Km², 23.028 habitantes e uma densidade populacional de 263,7 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 128). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.2.9. Arquivo Municipal de Ovar

O Município de Ovar tem uma superfície de 147,7 Km², 55.398 habitantes e uma densidade populacional de 375,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em 3 polos. A unidade orgânica de que depende é a Unidade Flexível de 3.º Grau Administrativa e de Atendimento.

Tem 3 profissionais de informação: 1 técnico superior com mestrado em CI, do sexo masculino, na faixa etária 31-40 anos, que é o responsável pelo Arquivo Municipal; 2 assistentes técnicos: 1 assistente técnico (12.º ano e Curso Técnico Profissional BAD), na faixa etária 41-50 anos, que ocupa o lugar de coordenador; e 1 assistente técnico, do sexo feminino, com licenciatura em outra área do conhecimento, na faixa etária 41-50 anos. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 128-129).

4.2.10. Arquivo Municipal de Sever do Vouga

O Município de Sever do Vouga tem 129,9 Km², 12.356 habitantes e uma densidade populacional de 95,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em 3 polos. A unidade orgânica de que depende é do Departamento Administrativo e Financeiro.

Tem 1 gestor de informação: um assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo. Existem colaboradores com formação em CI a exercerem outras funções (1 Bibliotecário e 1 Diretor de Museu). O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 129-130).

4.2.11. Arquivo Municipal de Vagos

O Município de Vagos tem 164,9 Km², 22.851 habitantes e uma densidade populacional de 138,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, pp. 130-131). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

Tabela 10 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região AVEIRO – NUTS III. Fonte: Adaptado de Almeida (2022, pp. 181-187).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	6	5	3	10	3	4	0	0	12	19	31
Percentagem (/31)	19,4%	16,1%	9,7%	32,3%	9,7%	12,9%	0,0%	0,0%	38,7%	61,3%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	1	0	2	3	2	0	6	3	9	3	3
Percentagem (/29)	3,4%	0,0%	6,9%	10,3%	6,9%	0,0%	20,7%	10,3%	31,0%	10,3%	10,3%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	1		4		10		7		2		
Percentagem (/24)	4,2%		16,7%		41,7%		29,2%		8,3%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) d)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	9	2	5	4	4	9					
Percentagem (/9; /13)	81,8%	18,2%	55,6%	44,4%	30,8%	69,2%					

- Oliveira do Barro e Vagos não possuem Arquivo Municipal.
- O Arquivo Municipal da Anadia não tem gestores de informação afetos.
- Os Arquivos Municipais de Águeda e Ovar não forneceram dados sobre as faixas etárias.
- Integrou 1 Técnico Superior (Albergaria-a-Velha).

A sub-região Aveiro – NUTS III é constituída por 11 municípios, sendo que 9 possuem Arquivo Municipal (81,8%), encontrando-se afetos 31 gestores de informação (1 município não têm gestores de informação afetos):

- 61,3% são do sexo feminino e 38,7% do sexo masculino, com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (32,3% vs. 9,7%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (41,3%) seguido da Licenciatura em CI (20,7%). Total de formação em CI: 37,9%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (41,7%), seguida da faixa entre os 51 e os 60 anos (29,2%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (55,6%), e não se candidatou ao PARAM (69,2%).

4.3. REGIÃO DE COIMBRA (NUTS III)

A sub-região COIMBRA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares. Tem 4.335 Km², 436.929 habitantes e uma densidade populacional de 101 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE COIMBRA (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Ana Lúcia Jesus Filipe, em 2020.

4.3.1. Arquivo Municipal de Arganil

O Município de Arganil tem 332,8 Km², 11.596 habitantes e uma densidade populacional de 34,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável de que depende a Divisão de Administração Geral e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em CI) e 1 assistente operacional (12.º ano), ambos do sexo masculino. O Município possui assistentes técnicos com formação em CI e/ou área de arquivo, que desempenhem funções na biblioteca municipal. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 97-99).

4.3.2. Arquivo Municipal de Cantanhede

O Município de Cantanhede tem 390,9 Km², 34.218 habitantes e uma densidade populacional de 87,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público e localiza-se em mais do que 1 polo. Tem como unidade orgânica responsável: o Arquivo Histórico está ligado à Divisão de Cultura; o Arquivo Corrente e Intermédio depende da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos – Secção de Expediente.

Tem 6 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Pós-Graduação em CI e outro com Licenciatura noutra área), ambos do sexo feminino; e 4 assistentes técnicos (12.º ano), sendo 3 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 99-100).

4.3.3. Arquivo Municipal de Coimbra

O Município de Coimbra com 319,4 Km², 140.796 habitantes e uma densidade populacional de 440,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público, e encontra-se disperso por mais do que um edifício. Tem como unidade orgânica responsável: Departamento de Administração Geral (Arquivo Geral Municipal); Departamento de Cultura e Turismo (Arquivo Histórico).

Tem 7 gestores de informação: 4 técnicos superiores (1 é o responsável, com Mestrado em CI; 3 com Licenciatura em CI), sendo 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino; 2 assistentes técnicos (12.º ano), 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 1 assistente operacional, do sexo feminino. Nos últimos dois anos, realizaram-se ações de formação para os técnicos superiores e assistentes técnicos, sob os temas: classificação funcional, e avaliação de massas documentais acumuladas. O Município possui colaboradores com formação em CI, vertente Arquivo, que não exercem a função na área da sua qualificação. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 101-104).

4.3.4. Arquivo Municipal de Condeixa-a-Nova

O Município de Condeixa-a-Nova tem 138,7 Km², 16.735 habitantes e a densidade populacional de 120,7 hab./Km². O Arquivo Municipal não está aberto ao público, nem permite a consulta presencial da documentação. Tem como unidade orgânica responsável a Secção de Apoio Geral e Atendimento Público.

Tem 1 gestor de informação: técnico superior (Licenciatura/Bacharelato em CI, variante Arquivo), do sexo feminino, que é o responsável (Filipe, 2020, pp. 104-106). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.3.5. Arquivo Municipal de Figueira da Foz

O Município da Figueira da Foz tem 379,1 Km², 58.962 habitantes e uma densidade populacional de 155,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público nos dias úteis das 9:30h às 17:00h. Tem como unidade orgânica o Serviço de Biblioteca e Arquivo, que integra a Divisão de Cultura (que inclui, também, o Arquivo Fotográfico Municipal).

Tem 6 gestores de informação, todos do sexo feminino: 3 técnicos superiores, um responsável pelo arquivo (2 com Pós-Graduação em CI, e/ ou variante em Arquivo, e 1 com Licenciatura em CI; 3 assistentes técnicos (1 com Licenciatura em História e 2 com o 12.º ano). O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 106-107).

4.3.6. Arquivo Municipal de Góis

O Município de Góis tem 263,3 Km², 4.260 habitantes e uma densidade populacional de 16,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão de Administração e Gestão.

Tem 1 assistente técnica (Doutoramento em CI). O Município não efetuou candidatura ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 107-108).

4.3.7. Arquivo Municipal de Lousã

O Município da Lousã tem 138,4 Km², 17.604 habitantes e uma densidade populacional de 127,2 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal enquanto estrutura organizada e os serviços de arquivo surgem associados à Secção de Atendimento ao Município. Não tem recursos humanos afetos (Filipe, 2020, pp. 108-109). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.3.8. Arquivo Municipal de Mealhada

O Município da Mealhada tem 110,7 Km², 20.428 habitantes e uma densidade populacional corresponde a 184,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão de Turismo e Cultura.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior e responsável pelo arquivo (Pós-Graduação em CI); e 1 assistente técnico (12.º ano). Todos os elementos são do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM, tendo sido recrutado 1 técnico durante o processo (Filipe, 2020, pp. 109-111).

4.3.9. Arquivo Municipal de Mira

O Município de Mira tem 124 Km², 12.465 habitantes e uma densidade populacional a 100,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Licenciatura em CI), do sexo feminino, que é responsável pelo arquivo; e 1 assistente operacional (formação noutra área). O Município não efetuou candidatura ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 111-112).

4.3.10. Arquivo Municipal de Miranda do Corvo

O Município de Miranda do Corvo tem 126,4 Km², 13.098 habitantes e uma densidade populacional de 103,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Licenciatura/Bacharelato em CI, variante Arquivo ou equivalente), do sexo masculino, e é o responsável do arquivo; e 1 assistente técnico (formação noutra área), do sexo feminino. O Município não beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 112-114).

4.3.11. Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho

O Município de Montemor-o-Velho tem 229 Km², 26.171 habitantes e uma densidade populacional de 114,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal (reúne numa só estrutura o Arquivo Geral, Intermédio e Histórico), aberto ao público nos dias úteis, no horário das 9:00h às 13:00h. Tem como unidade orgânica responsável a Cultura, Turismo, Património Material e Imaterial.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior, que é responsável pelo arquivo (Licenciatura noutra área, 2 Pós-graduações, uma delas em CI; Mestrado noutra área do conhecimento), do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino; 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo masculino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 114-116).

4.3.12. Arquivo Municipal de Mortágua

O Município de Mortágua tem 251,2 Km², 9.607 habitantes e uma densidade populacional correspondente a 38,2 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal nem quaisquer recursos humanos afetos ao serviço (Filipe, 2020, pp. 116-117). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.3.13. Arquivo Municipal de Oliveira do Hospital

O Município de Oliveira do Hospital tem 234,5 Km², 19 421 habitantes, com uma densidade populacional de 82,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Unidade de Atendimento e Informação.

Tem 3 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Mestrado em CI 1 com formação noutra área), ambos do sexo feminino; e 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino. O responsável (Licenciatura/Bacharelato em CI), do sexo masculino, é indicado como o chefe de divisão. Existem mais 3 colaboradores com formação em CI (área de arquivo) a exercer funções na biblioteca. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 117-118).

4.3.14. Arquivo Municipal de Pampilhosa da Serra

O Município de Pampilhosa da Serra tem 396,5 Km², 4.083 habitantes e uma densidade populacional de 10,3 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal e não tem quaisquer recursos humanos afetos ao serviço (Filipe, 2020, pp. 118-119). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.3.15. Arquivo Municipal de Penacova

O Município de Penacova tem 216,7 Km², 13.119 habitantes e uma densidade populacional de 60,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão de Turismo e Cultura.

Tem 3 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Mestrado em área distinta da CI, 1 com Pós-Graduação em CI, variante Arquivo, ou equivalente que é o responsável pelo arquivo), ambos do sexo feminino; 1 assistente técnico (Licenciatura/Bacharelado em CI), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 119-120).

4.3.16. Arquivo Municipal de Penela

O Município de Penela tem 132,5 Km², 5.983 habitantes e uma densidade populacional de 45,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público, possibilitando marcação para consulta da documentação (das 10:00h às 17:00h). Tem como unidade orgânica responsável a Secção de Biblioteca e Arquivo, que se insere na Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude.

Tem 2 gestores de informação, mas só existe informação sobre 1 técnico superior (Licenciatura/Bacharelato e Pós-Graduação em CI), sendo o responsável pelo arquivo. São ambos do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 120-122).

4.3.17. Arquivo Municipal de Soure

O Município de Soure tem 263,9 Km², 17.261 habitantes e uma densidade populacional de 65,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Qualidade, Auditoria e Contencioso, na subunidade orgânica Arquivo e Documentação Municipal.

Tem 3 gestores de informação: 3 assistentes técnicos (12.º ano), do sexo feminino. O responsável do arquivo é licenciado noutra área que não a CI e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 122-123).

4.3.18. Arquivo Municipal de Tábua

O Município de Tábua tem 199,8 Km², 12.071 habitantes e uma densidade populacional de 60,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 4 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Licenciatura/Bacharelado em CI, variante em Arquivo ou equivalente e 1 com Licenciatura noutra área), um do sexo feminino e outro do sexo masculino; 2 assistentes técnicos (12.º ano e 9.º ano), ambos do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 124-125).

4.3.19. Arquivo Municipal de Vila Nova de Poiares

O Município de Vila Nova de Poiares tem 84,5 Km², 7.281 habitantes e uma densidade populacional de 86,2 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal, nem recursos humanos afetos ao mesmo (Filipe, 2020, p. 125). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

A sub-região Coimbra – NUTS III é constituída por 19 municípios sendo que 15 possuem Arquivo Municipal (80,0%), encontrando-se afetos 47 gestores de informação:

- 76,6% são do sexo feminino e 23,4% do sexo masculino, com destaque de diferença nas categorias de Técnico Superior (38,3% vs. 10,6%) e Assistente Técnico (34,0% vs. 8,5%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (42,9%) seguido da Licenciatura em CI (18,4%). Total de formação em CI: 40,8%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (38,3%), seguida da faixa entre os 51 e os 60 anos (29,8%);
- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberta ao público (80,0%), nem se candidatou ao PARAM (80,0%).

Tabela 11 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região COIMBRA – NUTS III. Fonte: Adaptado de Filipe (2020, pp. 96-125).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	5	18	4	16	1	0	1	2	11	36	47
Percentagem (/47)	10,6%	38,3%	8,5%	34,0%	2,1%	0,0%	2,1%	4,3%	23,4%	76,6%	100,00%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	1		3	2	7	1	9	5	16	2
Percentagem (/49)	2,0%	0,0%	6,1%	4,1%	14,3%	2,0%	18,4%	10,2%	32,7%	4,1%	6,1%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	3		6		18		14		6		
Percentagem (/47)	6,4%		12,8%		38,3%		29,8%		12,8%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	15	4	3	12	3	12					
Percentagem (/15)	78,9%	21,1%	20,0%	80,0%	20,0%	80,0%					

- a) Lousã, Mortágua, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares não possuem Arquivo Municipal.
b) Integrou 1 Técnico Superior durante o processo de candidatura ao PARAM (Mealhada).

4.4. REGIÃO DE LEIRIA (NUTS III)

A sub-região LEIRIA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós. Tem-2.449Km², 286.792 habitantes e uma densidade populacional de 118 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE LEIRIA (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Ana Lúcia Jesus Filipe, em 2020.

4.4.1. Arquivo Municipal de Alvaiázere

O Município de Alvaiázere tem 160,5 Km², 6.239 habitante e uma densidade populacional de 38,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto

ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em áreas distintas da CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo. Existem colaboradores formados em CI a exercer funções fora do arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 126-127).

4.4.2. Arquivo Municipal de Ansião

O Município de Ansião tem 176,1 Km², 11.645 habitantes e uma densidade populacional de 66,1 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público, nem quaisquer recursos humanos afetos ao serviço (Filipe, 2020, pp. 127-128). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.4.3. Arquivo Municipal de Batalha

O Município da Batalha tem 103,4 Km², 15.558 habitantes e uma densidade populacional de 150,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão da Educação, Cultura e Desporto.

Tem 1 gestor de informação: técnico superior (Pós-Graduação em CI, ou equivalente), do sexo feminino, que é a responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 128-129).

4.4.4. Arquivo Municipal de Castanheira de Pera

O Município de Castanheira de Pera tem 66,8 Km², 2.657 habitantes e uma densidade populacional de 39,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. Tem como unidade orgânica responsável a Secção da Administração Geral.

Tem 3 gestores de informação: 3 assistentes técnicos (12.º ano, 9.º ano e outra formação), 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino (que é o responsável do arquivo). O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 129-130).

4.4.5. Arquivo Municipal de Figueiró dos Vinhos

O Município de Figueiró dos Vinhos tem 173,4 Km², 5.281 habitantes e uma densidade populacional de 30,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público, embora disponibilize horário, para marcações prévias: das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes técnicos (12.º ano), do sexo feminino. O responsável pelo arquivo (12.º ano) é do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 130-131).

4.4.6. Arquivo Municipal de Leiria

O Município de Leiria tem 565 Km², 128.616 habitantes e uma densidade populacional de 227,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 14:00h. Tem como unidade orgânica responsável a Direção Municipal de Administração – Departamento Administrativo e Financeiro, Divisão Jurídica e Administrativa.

Tem 14 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Mestrado em CI, que é o responsável do arquivo, e 1 com Licenciatura noutra área), sendo um do sexo masculino e outro do sexo feminino; 9 assistentes técnicos (1 com Mestrado em CI, 2 com Licenciatura / Bacharelato noutra área, e 6 com o 12.º ano), sendo 3 do sexo masculino e 6 do sexo feminino; 3 assistentes operacionais (9.º ano), sendo 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. O Arquivo Municipal candidatou-se e beneficiou de apoio do PARAM em 1998 (Filipe, 2020, pp. 131-134).

4.4.7. Arquivo Municipal de Marinha Grande

O Município da Marinha Grande tem 187,3 Km², 39.032 habitantes e uma densidade populacional de 208,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão de Desenvolvimento da Cidadania.

Tem 5 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Pós-Graduação e 1 com Licenciatura, ambos em CI), do sexo masculino; 1 assistente técnico (Licenciatura em CI), do sexo feminino; 2 assistentes operacionais (12.º ano), do sexo masculino. O responsável pelo arquivo (Licenciatura / Bacharelado em CI) do sexo masculino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 134-135).

4.4.8. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande

O Município de Pedrógão Grande tem 129 Km², 3.391 habitantes e uma densidade populacional de 26,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. Tem como unidade orgânica responsável a Unidade Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior, que é o responsável pelo arquivo (Licenciada e Mestranda em CI), do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 135-137).

4.4.9. Arquivo Municipal de Pombal

O Município de Pombal tem 626 Km², 51 170 habitantes e uma densidade populacional de 81,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:00h.

Tem entre 7 e 9 gestores de informação: técnicos superiores (Pós-graduações em CI e outras áreas, e Licenciaturas / Bacharelados em outras áreas); assistentes técnicos

(12.º ano); assistentes operacionais (9.º ano). São todos do sexo feminino. O responsável tem Pós-Graduação em CI, com a variante em Biblioteca. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 137-139).

4.4.10. Arquivo Municipal de Porto de Mós

O Município de Porto de Mós tem 262 Km², 23.203 habitantes e uma densidade populacional de 88,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal constituído, mas permite a consulta de documentação, sujeita a marcação prévia, nos dias úteis, das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00. Tem como unidade orgânica responsável a Divisão da Cultura, Turismo e Desporto.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior, que é responsável pelo arquivo (Pós-Graduação em CI e Mestrado noutra área), e 1 assistente técnico (Licenciatura noutra área), ambos do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 139-141).

Tabela 12 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região LEIRIA – NUTS III. Fonte: Adaptado de Filipe (2020, pp. 126-141).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	3	7	3	16	3	4	0	2	9	29	38
Porcentagem (/38)	7,9%	18,4%	7,9%	42,1%	7,9%	10,5%	0,0%	5,3%	23,7%	76,3%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	0	0	2	1	4	2	3	6	14	6	1
Porcentagem (/38)	0,0%	0,0%	5,3%	2,6%	10,5%	5,3%	7,9%	15,8%	36,8%	15,8%	2,6%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		7		14		14		3		
Porcentagem (/38)	0,0%		18,4%		36,8%		36,8%		7,9%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	9	1	4	5	3	6					
Porcentagem (/10; /9)	90,0%	10,0%	44,4%	55,6%	33,3%	66,7%					

a) Ansião não possui Arquivo Municipal.

b) Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.

A sub-região Leiria – NUTS III é constituída por 10 municípios, sendo que 9 possuem Arquivo Municipal (90,0%), encontrando-se afetos 38 gestores de informação:

- 76,3% são do sexo feminino e 23,7% do sexo masculino, com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (42,1% vs. 7,9%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (55,2%) seguido da Pós-Graduação em CI (18,4%). Total de formação em CI: 23,7%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (36,8%), seguida da faixa entre os 51 e os 60 anos (36,8%);
- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberta ao público (55,6%) e não se candidatou ao PARAM (66,7%).

4.5. REGIÃO DE VISEU DÃO-LAFÕES (NUTS III)

A sub-região VISEU DÃO-LAFÕES abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Tem 3.238 Km², 252.793 habitantes e uma densidade populacional de 78 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE VISEU DÃO-LAFÕES (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Paula Alexandra Duarte Ramos de Almeida, em 2022.

4.5.1. Arquivo Municipal de Aguiar da Beira

O Município de Aguiar da Beira tem 206,8 Km², 5.231 habitantes e uma densidade populacional de 25,3 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 131). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.5.2. Arquivo Municipal de Carregal do Sal

O Município de Carregal do Sal tem 116,9 Km², 9.038 habitantes e uma densidade populacional de 77,3 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 131). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.5.3. Arquivo Municipal de Castro de Aire

O Município de Castro de Aire tem 379 Km², 13.736 habitantes e uma densidade populacional de 36,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal mas não está aberto ao público, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em outra área e uma Pós-Graduação em CI) responsável pelo arquivo, do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu 1 colaborador para digitalização dos processos de licenciamento das obras particulares. (Almeida, 2022, p. 131). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.5.4. Arquivo Municipal de Mangualde

O Município de Mangualde tem 219,3 Km², 19.880 habitantes e uma densidade populacional de 90,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, com horário de funcionamento das 9:00h às 17:00h, localizando-se em três polos. A unidade orgânica de que depende é a Cultura.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo masculino, que é responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (12.º ano), do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu um colaborador em regime contrato de emprego, do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 133-134).

4.5.5. Arquivo Municipal de Nelas

O Município de Nelas tem 125,7 Km², 13.121 habitantes e uma densidade populacional de 104,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, com horário de funcionamento das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h, localizando-se num polo. A unidade orgânica de que depende é a Educação, Cultura e Desporto.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CD), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 134-135).

4.5.6. Arquivo Municipal de Oliveira de Frades

O Município de Oliveira de Frades tem 147,5 Km², 9.506 habitantes e uma densidade populacional de 64,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em quatro polos. Depende da Unidade Orgânica Flexível, Administrativa e Financeira.

Tem 1 profissional da informação: 1 assistente técnico (12.º Ano e Curso Técnico Profissional BAD), do sexo feminino, que é responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 135-136).

4.5.7. Arquivo Municipal de Penalva do Castelo

O Município de Penalva do Castelo tem 134,3 Km², 7.333 habitantes e uma densidade populacional de 54,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto

ao público, localizando-se num polo. Depende da unidade orgânica de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em CI), do sexo masculino; 1 assistente técnico (Licenciatura em outra área), do sexo feminino. O responsável do arquivo tem o 12.º ano e é do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, mas durante o processo integrou 1 técnico superior (Almeida, 2022, pp. 136-137).

4.5.8. Arquivo Municipal de Santa Comba Dão

O Município de Santa Comba Dão tem 112 Km², 11.597 habitantes e uma densidade populacional de 103,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, com o horário de funcionamento das 9:00h às 16:00h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa, Económica e Financeira.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é a responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 137-138).

4.5.9. Arquivo Municipal de São Pedro do Sul

O Município de São Pedro do Sul tem 349 Km², 16.851 habitantes e uma densidade populacional de 48,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, com horário de funcionamento das 9:00h às 16:00h, localizando-se em dois polos.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino; 1 assistente operacional (12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 138-139).

4.5.10. Arquivo Municipal de Sátão

O Município de Sátão tem de 202 Km², 11.030 habitantes e uma densidade populacional de 54,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 140). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.5.11. Arquivo Municipal de Tondela

O Município de Tondela tem 371,2 Km², 25.914 habitantes e uma densidade populacional de 69,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 1997 e com horário de funcionamento, nos dias úteis, das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:30h (para os funcionários), e das 9:30h às 12:30h e das 14:30h às 17:00h (para o público), localizando-se num polo. A unidade orgânica de que depende é o Departamento de Administração Geral, Económica e Financeira, Contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo masculino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Mestrado em outra área, e é do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 140-141).

4.5.12. Arquivo Municipal de Vila Nova de Paiva

O Município de Vila Nova de Paiva tem 175,5 Km², 4.662 habitantes e uma densidade populacional de 26,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 141). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.5.13. Arquivo Municipal de Viseu

O Município de Viseu tem 507,1 Km², 99.561 habitantes e uma densidade populacional de 196,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2006, com horário de funcionamento das 14:00h às 16:00h (segundas e quintas) e das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 16:00h (terças, quartas e sextas). Salientamos que em 28 de fevereiro de 2023 foram inauguradas as novas instalações do Arquivo Municipal. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Atendimento ao Cidadão e Modernização Administrativa.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado e Licenciatura em outras áreas, Curso de Especialização em CI na variante Arquivo), do sexo feminino, que é a responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino; 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo masculino. O arquivo não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 141-142), tendo inaugurado novas instalações em 28 de fevereiro de 2023, permitindo a centralização a documentação.

4.5.14. Arquivo Municipal de Vouzela

O Município de Vouzela tem 193,7 Km², 10.564 habitantes e uma densidade populacional de 54,5 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 143). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

A sub-região Viseu Dão-Lafões – NUTS III é constituída por 14 municípios, possuindo 9 Arquivo Municipal (64,3%), encontrando-se afetos 19 gestores de informação:

- 57,9% são do sexo feminino e 42,1% do sexo masculino, com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (42,1% vs. 5,3%);
- Na formação académica salienta-se a preponderância do ensino não universitário (58,0%) seguido da Pós-Graduação em CI (31,6%). Total de formação em CI: 36,9%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (42,1%), e um valor significativo nas faixas entre os 51 e os 60 anos e ≥61 anos (31,6%);
- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberta ao público (66,7%) e não se candidatou ao PARAM (88,9%).

Tabela 13 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região VISEU DÃO-LAFÕES – NUTS III. Fonte: Adaptado de Almeida (2022, pp. 131-143).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	4	4	1	8	2	0	0	0	8	11	19
Porcentagem (/19)	21,1%	21,1%	5,3%	42,1%	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	42,1%	57,9%	100%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. outra área	Mestr. CI	Mestr. outra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. outra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. outra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	0	0	1	2	6	0	0	2	9	1	1
Porcentagem (/19)	0,0%	0,0%	5,3%	10,5%	31,6%	0,0%	0,0%	10,5%	47,4%	5,3%	5,3%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	2		3		8		4		2		
Porcentagem (/19)	10,5%		15,8%		42,1%		21,1%		10,5%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	9	5	3	6	1	8					
Porcentagem (/9)	64,3%	35,7%	33,3%	66,7%	11,1%	88,9%					

- a) Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Sátão, Vila Nova de Paiva e Vouzela não possuem Arquivo Municipal.
- b) Integrou 1 Técnico Superior (Penalva do Castelo).

4.6. REGIÃO DE BEIRA BAIXA (NUTS III)

A sub-região BEIRA BAIXA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão. Tem 4.614 Km², 80.775 habitantes e uma densidade populacional de 17 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE BEIRA BAIXA (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Ana Lúcia Jesus Filipe, em 2020.

4.6.1. Arquivo Municipal de Castelo Branco

O Município de Castelo Branco tem 1.438,2 Km², 52.291 habitantes e uma densidade populacional de 36,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h até 12:30h às e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em diversos espaços. A unidade orgânica de que depende é a Secção de Expediente e Arquivo do Departamento de Administração Geral.

Tem 5 gestores de informação: 1 técnico superior (Licenciatura em História e Mestrado em Ensino Educativo; 3 assistentes técnicos (1 com Licenciatura em Sociologia e Mestrado em Arquivo, 1 com Licenciatura em Recursos Humanos e Mestrado em Ciência Política, 1 com formação em BAD na vertente Arquivo que é o responsável pelo arquivo), todos do sexo feminino; e 1 assistente operacional, do sexo masculino. O município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 86-88).

4.6.2. Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova

O Município de Idanha-a-Nova tem 1.416,3 Km², 8.340 habitantes e uma densidade populacional de 5,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:00h. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto e Tempos Livres.

Tem de 4 a 6 gestores de informação, do sexo masculino, mas as informações não são conclusivas: não existem técnicos superiores; assistentes técnicos (12.º ano); assistentes operacionais (9.º ano). O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 88-89).

4.6.3. Arquivo Municipal de Oleiros

O Município de Oleiros tem 464,7 Km², 4.900 habitantes e uma densidade populacional de 10,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. A unidade orgânica de que depende é a Área de Expediente Geral e Arquivo, da Secção de Pessoal, Expediente Geral e Arquivo.

Tem 3 gestores de informação: assistentes técnicos (12.º ano), todos do sexo feminino. O Município possui 3 colaboradores com formação na área de CI e/ou na área de arquivo, mas não exercem funções no arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, p. 90).

4.6.4. Arquivo Municipal de Penamacor

O Município de Penamacor tem 563,7 Km², 4.764 habitantes e uma densidade populacional de 8,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público durante os dias úteis com horário das 9:00h às 17:30h. A unidade orgânica de que depende são os Serviços de Coordenação Administrativa – Arquivo e Gestão Documental – Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI, variante em arquivo), que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (12.º ano). Ambos são do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 91-92).

4.6.5. Arquivo Municipal de Proença-a-Nova

O Município de Proença-a-Nova tem 395,4 Km², 8.314 habitantes e uma densidade populacional de 21 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias, úteis das 09:00h às 12:30h e 13:30h às 17:00h. A unidade orgânica de que depende é o Setor Administrativo e de Arquivo da Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), que é o responsável pelo arquivo; e 1 assistente técnico (12.º ano). Ambos do sexo feminino. Existem 3 colaboradores com formação em CI, e/ou na área de arquivo, a exercer funções na Biblioteca (Filipe, 2020, pp. 92-93). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.6.6. Arquivo Municipal de Vila Velha de Ródão

O Município de Vila Velha de Ródão tem 329,9 Km², 3.287 habitantes e uma densidade populacional de 10 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira – Secção de Administração Geral e Expediente – Expediente Geral e Arquivo.

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes técnicos (12.º ano), do sexo feminino. O responsável pelo arquivo (Licenciatura / Bacharelato em CI e/ou variante arquivo) é do sexo feminino. Existem 3 colaboradores com formação em CI (variante em arquivo) a exercer funções administrativas. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 93-95).

A sub-região Beira Baixa – NUTS III é constituída por 6 municípios sendo que todos possuem Arquivo Municipal, encontrando-se afetos 18 gestores de informação:

- 72,2% são do sexo feminino e 27,8% do sexo masculino, com destaque de diferença na categoria de Assistente Técnico (55,6% vs. 11,1%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (66,7%) seguido da Licenciatura noutra área (16,7%). Total de formação em CI: 16,7%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da, faixa, entre os 51 e os 60 anos (37,5%) e ≥61 anos (12,5%), totalizando 50,0%;
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (66,7%) e não se candidatou ao PARAM (80,0%).

Tabela 14 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região BEIRA BAIXA – NUTS III. Fonte: Adaptado de Filipe (2020, pp. 86-95).

Quantidade, categoria e sexo											
	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	0	3	2	10	3	0	0	0	5	13	18
Percentagem (/18)	0,0%	16,7%	11,1%	55,6%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	27,8%	72,2%	100%
Quantidade e habilitações											
	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	1	2	2	0	0	3	9	2
Percentagem (/18)	0,0%	0,0%	5,6%	11,1%	11,1%	0,0%	0,0%	16,7%	50,0%	11,1%	5,6%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		3		5		6		2		
Percentagem (/16)	0,0%		18,8%		31,2%		37,5%		12,5%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: b), c)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	6	0	4	2	1	4					
Percentagem (/6)	100,0%	0,0%	66,7%	33,3%	20,0%	80,0%					

- a) O Arquivo Municipal de Castelo Branco não forneceu dados sobre as faixas etárias de 2 gestores de informação.
- b) O Arquivo Municipal de Proença-a-Nova não forneceu dados sobre a candidatura ao PARAM.
- c) Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.

4.7. REGIÃO DO MÉDIO TEJO (NUTS III)

A sub-região MÉDIO TEJO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha. Tem 2.283 Km², 228.604 habitantes e uma densidade populacional de 100 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DO MÉDIO TEJO (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Ana Lúcia Jesus Filipe, em 2020.

4.7.1. Arquivo Municipal de Abrantes

O Município de Abrantes tem 714,7 km², 34.351 habitantes e uma densidade populacional de 48,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 15:30h, e localiza-se num único edifício. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Sistemas de Informação.

Tem 22 gestores de informação afetos à Divisão de Sistemas de Informação: 9 técnicos superiores e 13 assistentes técnicos. O serviço próprio de Arquivo Municipal tem afetos 5 assistentes técnicos (12.º ano), sendo 3 elementos do sexo masculino e 2 são do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 159-161).

4.7.2. Arquivo Municipal de Alcanena

O Município de Alcanena tem 137,3 Km², 12.472 habitantes e uma densidade populacional de 90,8 hab./Km². Não tem serviço de Arquivo Municipal instituído e não possui recursos humanos afetos ao serviço nem com formação em CI (Filipe, 2020, pp. 161-162). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.7.3. Arquivo Municipal de Constância

O Município de Constância tem 80,4 Km², 4.056 habitantes e uma densidade populacional de 50,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 15:00h, sujeito a marcação prévia.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; e 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. Neste Município, existem colaboradores com formação em CI e/ou na área de arquivo a exercer funções na Biblioteca Municipal. O Município beneficiou do PARAM e integra o Diretório da BAD (Filipe, 2020, pp. 162-164).

4.7.4. Arquivo Municipal de Entroncamento

O Município do Entroncamento tem 13,7 Km², 20.206 habitantes e uma densidade populacional de 1.471,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público das 8:30h às 13:00h. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administração Geral.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (9.º ano), do sexo masculino; e 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 164-165).

4.7.5. Arquivo Municipal de Ferreira do Zêzere

O Município de Ferreira do Zêzere tem 190,4 Km², 8.619 habitantes e uma densidade populacional de 45,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Administração e Serviços Instrumentais.

O Município tem 5 colaboradores (1 coordenadora e 4 assistentes técnicos) com formação em CI, que estão vinculados à Biblioteca. O Município não se candidatou ao PARAM e integra o Diretório da BAD (Filipe, 2020, pp. 165-167).

4.7.6. Arquivo Municipal de Mação

O Município de Mação tem 400 Km², 7.338 habitantes e uma densidade populacional de 18,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. A unidade orgânica responsável é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI, variante Biblioteca), do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino. O responsável pelo arquivo tem Licenciatura / Bacharelado noutra área e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 167-168).

4.7.7. Arquivo Municipal de Ourém

O Município de Ourém tem 416,7 Km², 44.576 habitantes e uma densidade populacional de 107 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, mediante marcação, nos dias úteis das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h. A unidade orgânica responsável é a Divisão Sociocultural.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em outra área que não em CI, em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos); 1 assistente técnico identificado (12.º ano). Todos os elementos são do sexo feminino. O responsável pelo arquivo (Pós-Graduação em CI) é do sexo feminino. O Município beneficiou de apoio do PARAM (Filipe, 2020, pp. 169-170).

4.7.8. Arquivo Municipal de Sardoal

O Município de Sardoal tem 92,2 km², 3.939 habitantes e uma densidade populacional de 42,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, mas como não tem funcionário no local, requer marcação prévia. A unidade orgânica responsável é a Divisão Administrativa e Recursos Humanos.

Tem 2 gestores a informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (12.º ano), ambos do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 170-171).

4.7.9. Arquivo Municipal de Sertã

O Município da Sertã tem 453,1 Km², 14 748 habitantes e uma densidade populacional de 32,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h. A unidade orgânica responsável é o Departamento de Administração e Finanças.

Tem 6 gestores de informação: 1 técnico superior com Pós-Graduação em CI, do sexo feminino, que é responsável pelo arquivo; 3 assistentes técnicos (2 com 12.º ano e 1 com 9.º ano), 2 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 2 assistentes operacionais

(9.º ano), ambos do sexo masculino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 171-173).

4.7.10. Arquivo Municipal de Tomar

O Município de Tomar tem 351,2 Km², 36.414 habitantes e uma densidade populacional de 103,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público das 9:00h às 12:00h, exceto às quartas-feiras, que é das 14:00h às 17:00h, mas sempre por agendamento. A unidade orgânica responsável é a Divisão de Assuntos Administrativos.

Tem 6 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), que é o responsável do arquivo; 3 assistentes técnicos (12.º ano); 2 assistentes operacionais (9.º ano). São todos do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 173-174).

4.7.11. Arquivo Municipal de Torres Novas

O Município de Torres Novas tem 270 Km², 34.149 habitantes e uma densidade populacional de 126,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 10:00h às 16:00h. A unidade orgânica responsável é a Divisão de Educação, Cultura e Desporto.

Tem 7 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Licenciatura em CI e 1 com Licenciatura noutra área, que é o responsável pelo arquivo); 2 assistentes técnicos (12.º ano); 3 assistentes operacionais (12.º ano). São todos do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM e integra o Diretório da BAD (Filipe, 2020, pp. 174-176).

4.7.12. Arquivo Municipal de Vila de Rei

O Município de Vila de Rei tem 191,6 Km², 3.276 habitantes e uma densidade populacional 17,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não se encontra aberto ao público. A unidade orgânica responsável é a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e a Gestão Documental depende da Divisão de Desporto, Cultura e Turismo.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em outra área); 1 assistente técnico (12.º ano), que é o responsável pelo arquivo. São ambos do sexo feminino. Existem gestores de informação com formação em funções noutras áreas. O Município não se candidatou ao PARAM (Filipe, 2020, pp. 177-178).

4.7.13. Arquivo Municipal de Vila Nova da Barquinha

O Município de Vila Nova da Barquinha tem 49,5 Km², 7.322 habitantes e uma densidade populacional de 147,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 09:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. A unidade orgânica responsável é a Divisão Municipal de Desenvolvimento Social.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (Licenciatura / Bacharelato em CI), do sexo masculino; 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM (Filipe, 2020, pp. 178-179).

Tabela 15 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região MÉDIO TEJO – NUTS III. Fonte: Adaptado de Filipe (2020, pp. 159-179).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	1	10	8	12	2	7	0	0	11	29	40
Percentagem (/40)	2,5%	25,0%	20,0%	30,0%	5,0%	17,5%	0,0%	0,0%	27,5%	72,5%	100%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	0	0	2	1	5	1	2	1	20	8	0
Percentagem (/40)	0,0%	0,0%	5,0%	2,5%	12,5%	2,5%	5,0%	2,5%	50,0%	20,0%	0,0%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		6		18		14		2		
Percentagem (/40)	0,0%		15,0%		45,0%		35,0%		5,0%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Aplica PCIAAL; Certificado Qualidade; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b) c)	Possui Arq. Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	12	1	9	3	5	7					
Percentagem (/13; /12)	92,3%	7,7%	75,0%	25,0%	41,7%	58,3%					

- a) Alcanena não possui Arquivo Municipal.
 b) O Arquivo Municipal de Ferreira do Zêzere não possui gestores de informação afetos.
 c) Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.

A sub-região Médio Tejo – NUTS III é constituída por 13 municípios, sendo que 12 possuem Arquivo Municipal (92,3%), encontrando-se afetos 40 gestores de informação:

- 72,5% são do sexo feminino e 27,5% do sexo masculino com destaque de diferença na categoria de Técnico Superior (25,0% vs. 2,5%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (70,0%) seguido da Pós-Graduação em CI (12,5%). Total de formação em CI: 19,5%;

- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (45,0%) e entre os 51 e os 60 anos (35,0%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (75,0%) e não se candidatou ao PARAM (58,3%).

4.8. REGIÃO DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (NUTS III)

A sub-região BEIRAS E SERRA DA ESTRELA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso. Tem 6.305 Km², 210.633 habitantes e uma densidade populacional de 33 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Paula Alexandra Duarte Ramos de Almeida, em 2022.

4.8.1. Arquivo Municipal de Almeida

O Município de Almeida tem 518 Km², 5.882 habitantes e uma densidade populacional de 11,4 hab./Km². À data da realização do inquérito (dezembro de 2021) o Município estava a iniciar o processo de reorganização e constituição do seu Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 89). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.8.2. Arquivo Municipal de Belmonte

O Município de Belmonte tem 118,8 Km², 6.204 habitantes e uma densidade populacional de 52,2 hab./Km². Não possui arquivo municipal (Almeida, 2022, p. 89). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.8.3. Arquivo Municipal de Celorico da Beira

O Município de Celorico da Beira tem 247,2 Km², 7.693 habitantes e uma densidade populacional de 31,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal. A unidade orgânica responsável é a Divisão de Cultura e Turismo.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (Doutoramento em CI, Mestrado em Conservação e Restauro + Museologia, com formação na área BAD), do sexo feminino. O responsável do arquivo (Mestrado em outra área) é do sexo feminino. Para a caracterização deste arquivo foram utilizados os dados do questionário aplicado pela BAD (Almeida, 2022, p. 89). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.8.4. Arquivo Municipal de Covilhã

O município da Covilhã tem uma superfície de 555,6 Km², 46.457 habitantes e uma densidade populacional de 83,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2000, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se num único. A unidade orgânica responsável é a Divisão da Cultura.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em outra área), do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino. O responsável do arquivo possui Mestrado em CI, e é do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura, o arquivo possuía técnico superior tendo sido integrado outro durante o processo (Almeida, 2022, pp. 90-91).

4.8.5. Arquivo Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem 508,6 Km², 5.150 habitantes e uma densidade populacional de 10,1 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 17:30h, localizando-se em três polos. Depende dos Serviços Administrativos.

Tem 4 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Pós-Graduação em CI, responsável pelo arquivo, e 1 com Pós-Graduação em outras áreas), ambos do sexo masculino; 2 profissionais da informação (1 com Licenciatura em CI e 1 com Licenciatura em História), não tendo sido dada qualquer indicação de categoria profissional, sexo ou idade. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 91-92).

4.8.6. Arquivo Municipal de Fornos de Algodres

O Município de Fornos de Algodres tem 131,5 Km², 4.989 habitantes e uma densidade populacional de 38 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Administração Geral.

Não foi indicado nenhum profissional da Informação afeto ao mesmo. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu um colaborador com vista a reforçar os recursos humanos, que veio exercer funções a tempo inteiro. O responsável do arquivo (12.º ano), é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 92-93).

4.8.7. Arquivo Municipal de Fundão

O Município do Fundão tem 700,2 Km², 26.509 habitantes e uma densidade populacional de 37,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em três polos. A unidade orgânica de que depende é o Departamento de Administração e Finanças.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 2 coordenadores técnicos (12.º ano), um do sexo masculino e outro do sexo feminino; 1 assistente técnico (Curso Técnico Profissional BAD), do sexo masculino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura, o arquivo não possuía técnico superior, tendo integrado um durante o processo (Almeida, 2022, pp. 93-94).

4.8.8. Arquivo Municipal de Gouveia

O Município de Gouveia tem 300,6 Km², 14.046 habitantes e uma densidade populacional de 46,7 hab./Km². A unidade orgânica responsável é a Divisão de Cultura, Desporto, Turismo e Lazer, Empreendedorismo, Comunicação e Relações Exteriores.

Possui 6 gestores de informação: 2 técnicos superiores (Doutoramento em CI), um do sexo masculino e outro do sexo feminino; 2 assistentes técnicos (1 com 12.º ano e Curso Técnico Profissional BAD, e 1 com 9.º ano), ambos do sexo feminino; 1 assistente operacional (12.º ano e Curso Técnico Profissional BAD), do sexo feminino; 1 Assistente Técnico (9.º ano), do sexo feminino; 1 encarregado operacional (6.º ano) do sexo feminino. O responsável pelo arquivo possui Pós-Graduação e é do sexo feminino. Para a caracterização deste arquivo, foram utilizados os dados do questionário aplicado pela BAD (Almeida, 2022, pp. 94-95). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.8.9. Arquivo Municipal de Guarda

O Município da Guarda tem 712,1 Km², 40.126 habitantes e a densidade populacional de 56,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 1993, nos dias úteis, das 9:00h às 16:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Recursos Humanos.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em CI), do sexo feminino; 2 assistentes técnicos (12.º ano), um do sexo masculino e um do sexo feminino; 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo masculino. O responsável do arquivo possui Mestrado em CI (variante Arquivo), sendo do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 95-96).

4.8.10. Arquivo Municipal de Manteigas

O município de Manteigas tem 122 Km², 3.430 habitantes e uma densidade populacional de 28,1 hab./ Km². Possui Arquivo Municipal. A unidade orgânica responsável é a Divisão de Administração Geral.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é o responsável do arquivo. Para a caracterização deste arquivo, foram utilizados os dados do questionário aplicado pela BAD e que nos foram cedidos (Almeida, 2022, p. 96). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.8.11. Arquivo Municipal de Mêda

O Município de Mêda tem 286,1 Km², 5.202 habitantes e uma densidade populacional de 18,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2000, nos dias úteis, das 9:30h às 18:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Sociocultural.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (12.º ano), um do sexo masculino e um do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura, o arquivo não possuía técnico superior tendo integrado um durante o processo (Almeida, 2022, pp. 97-98).

4.8.12. Arquivo Municipal de Pinhel

O Município de Pinhel tem 484,5 Km², 9.627 habitantes e uma densidade populacional de 19,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2016, nos dias úteis, das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em mais do que um polo. A unidade orgânica de que depende é a Unidade Financeira e Administrativa.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Doutoramento, Pós-Graduação, Licenciatura, Curso de Especialização, todas em CI), do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Pós-Graduação em CI (variante Arquivo) e Licenciatura em outra área, e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 98-99).

4.8.13. Arquivo Municipal de Sabugal

O Município do Sabugal tem 822,7 Km², 12.544 habitantes e uma densidade populacional de 15,2 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 99). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

4.8.14. Arquivo Municipal de Seia

O Município de Seia tem 435,7 Km², 24.702 habitantes e uma densidade populacional de 56,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 1994, nos dias úteis das 9:00h às 12:00h e das 14:30h às 17:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Unidade de Arquivos, Bibliotecas e Museus.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Doutoramento em CI), do sexo feminino; 1 técnico superior (Licenciatura noutra área), do sexo masculino; 2 assistentes técnicos (12.º ano), do sexo masculino. O arquivo possui 1 assistente técnico com formação noutra área (Matemática). O responsável do arquivo (Doutoramento em CI, Mestrado noutra área, Pós-Graduação em CI e noutra área, e Licenciatura noutra área) é do sexo feminino. Beneficiou do PARAM. O arquivo já possuía técnico

superior antes da candidatura, não tendo integrado nenhum durante o processo (Almeida, 2022, pp. 99-100).

4.8.15. Arquivo Municipal de Trancoso

O Município de Trancoso tem 361,5 Km², 9.878 habitantes e uma densidade populacional de 27,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa – Serviço de Expediente Geral e Arquivo.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (12.º ano e o Curso Profissional BAD), do sexo feminino, que é responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 100-101).

Tabela 16 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região BEIRAS E SERRA DA ESTRELA – NUTS III. Fonte: Adaptado de Almeida (2022, pp. 162-166).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b) c) d)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	6	7	6	6	1	1	1	2	14	18	32
Percentagem (/32)	18,8%	21,9%	18,8%	18,8%	3,1%	3,1%	3,1%	6,3%	43,8%	56,3%	100%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b) c)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	5	0	1	1	4	1	1	2	10	4
Percentagem (/32)	15,6%	0,0%	3,1%	3,1%	12,5%	3,1%	3,1%	6,3%	31,3%	12,5%	9,4%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b) c) e)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	1		3		12		9		2		
Percentagem (/27)	3,7%		11,1%		44,4%		33,3%		7,4%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b) f)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	12	3	8	4	4	5					
Percentagem (/15; /12)	80,0%	20,0%	66,7%	33,3%	44,4%	55,5%					

- O Arquivo Municipal de Almeida encontra-se em reorganização.
- Belmonte e Sabugal não possuem Arquivo Municipal.
- O Arquivo de Fornos de Algodres não forneceu dados sobre gestores de informação.

- d) O Arquivo de Figueira de Castelo Rodrigo não forneceu dados sobre 2 gestores de informação.
- e) Os Arquivos Municipais de Figueira de Castelo Rodrigo e Fornos de Algodres não forneceram dados sobre as faixas etárias dos gestores de informação.
- f) Integrou 3 Técnicos Superiores (Covilhã, Fundão, Mêda).

A sub-região Beiras e Serra da Estrela – NUTS III é constituída por 15 municípios, sendo que 12 possuem Arquivo Municipal (80,0%), encontrando-se afetos 32 gestores de informação:

- 56,3% são do sexo feminino e 43,8% do sexo masculino;
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (53,2%) seguido do Doutoramento em CI (15,6%). Total de formação em CI: 34,3%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se a prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (44,4%), assim como nas faixas etárias \geq aos 51 anos (40,7%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (66,7%). A maioria não se candidatou ao PARAM (55,5%).

5. NORTE (NUTS II)

5.1. ALTO MINHO (NUTS III)

A sub-região ALTO MINHO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. Tem 2.219 Km², 231.293 habitantes e uma densidade populacional de 104 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos ao ALTO MINHO (NUTS III) foram obtidos através de contato por *e-mail* junto das instituições, das consultas ao Diretório da BAD e ao Relatório de avaliação do PARAM (Henriques, 2008), assim como aos *sites* de cada uma das Câmaras Municipais.

5.1.1. Arquivo Municipal de Arcos de Valdevez

O Município de Arcos de Valdevez tem 447,6 Km², 20.718 habitantes e uma densidade populacional de 46,3 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 2013. Tem como unidade orgânica a Divisão do Desenvolvimento Sociocultural.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI e formação BAD), que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (com o 12.º ano); e 1 coordenador técnico (com o 12.º ano). Todos os profissionais são do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.2. Arquivo Municipal de Caminha

O Município de Caminha tem 136,5 Km², 15.797 habitantes e uma densidade populacional de 115,7 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo desde 2005 e não está aberto ao público. Apesar de não referido no organograma camarário, deverá ter como unidade orgânica a Divisão de Coesão Social, Educação, Desporto, Cultura e Turismo.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é a responsável pelo arquivo; 1 assistente operacional (com o 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.3. Arquivo Municipal de Melgaço

O Município de Melgaço tem 238,3 Km², 7.773 habitantes e uma densidade populacional de 32,6 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 2001, nos dias úteis das 9:00h às 17:00h. Apesar de não referido no organograma camarário, deverá ter como unidade orgânica a Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI e formação BAD), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (com o 12.º ano), 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino; e 1 encarregado operacional (com o 6.º ano), do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.4. Arquivo Municipal de Monção

O Município de Melgaço tem 211,3 Km², 17.818 habitantes e uma densidade populacional de 84,3 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 2008, nos dias úteis das 9:00h às 17:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão da Ação Social, Cultura, Turismo e Desporto.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em CI e formação BAD), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; e 3 assistentes técnicos (com o 12.º ano), 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.5. Arquivo Municipal de Paredes de Coura

O Município de Melgaço tem 138,2 Km², 8.632 habitantes e uma densidade populacional de 62,5 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 2008, nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Educação, Cultura e Ação Social.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (com Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura, Licenciatura e Pós-Graduação em CI e formação BAD), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; e 3 assistentes operacionais (2 com o 12.º ano e 1 com o 9.º ano, todos com formação BAD), do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.6. Arquivo Municipal de Ponte da Barca

O Município de Ponte da Barca tem 182,1 Km², 11.044 habitantes e uma densidade populacional de 60,6 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Desenvolvimento Social.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em Ciências Históricas, Pós-Graduação em CI e formação BAD), que é o responsável pelo arquivo; e 1 administrativo (com Licenciatura noutra área). Ambos são do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.7. Arquivo Municipal de Ponte de Lima

O Município de Ponte de Lima tem 320,3 Km², 41.169 habitantes e uma densidade populacional de 128,6 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 2004, nos dias úteis das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 18:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Educação, Cultura.

Tem 7 gestores de informação: 2 técnicos superiores (2 com Mestrado em CI e formação BAD, sendo que um deles é o responsável pelo arquivo; 4 assistentes técnicos (4 com 12.º ano, sendo que 2 deles possuem formação BAD); e 1 assistente operacional (com o 12.º ano). Todos os profissionais são do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.8. Arquivo Municipal de Valença

O Município de Valença tem 117,1 Km², 13.625 habitantes e uma densidade populacional de 116,3 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 1997, nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h. Tem como unidade orgânica a Sector de Cultura, Turismo e Património.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; e 2 assistentes técnicos, do sexo feminino (com o 12.º ano). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.9. Arquivo Municipal de Viana do Castelo

O Município de Viana do Castelo tem 319 Km², 85.784 habitantes e uma densidade populacional de 286,9 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num

único polo e está aberto ao público desde 1985, nos dias úteis das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h. Tem como unidade orgânica o Departamento de Educação, Conhecimento, Cultura e Património.

Tem 23 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Mestrado em CI e 1 com Pós-Graduação em CI, ambos com formação BAD), 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino; 18 assistentes técnicos (3 com Licenciatura noutra área e 15 com 12.º ano, sendo que 8 deles possuem formação BAD), 14 do sexo feminino e 4 do sexo masculino; e 3 assistentes operacionais (com o 12.º ano), 1 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. O responsável pelo arquivo é o técnico superior feminino com Pós-Graduação em CI, acima referido. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.1.10. Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira

O Município de Viana do Castelo tem 108,5 Km², 8.923 habitantes e uma densidade populacional de 82,3 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 2009, nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão Sociocultural e Desportiva.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI e formação BAD) e é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (com 12.º ano). Todos os profissionais são do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

A sub-região Alto Minho – NUTS III é constituída por 10 municípios sendo que todos possuem Arquivo Municipal (100,0%), encontrando-se afetos 56 gestores de informação:

- 75,0% são do sexo feminino e 25,0% do sexo masculino;
- Na formação académica salienta-se a preponderância do ensino não universitário (51,3%) seguido do Pós-Graduação em CI (9,5%). Total de formação em CI: 17,7%;
- Quanto às faixas etárias verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (56,4%), assim como nas faixas etárias \geq aos 51 anos (23,7%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (90,0%) e candidatou-se ao PARAM (60,0%).

Tabela 17 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALTO MINHO – NUTS III. Fonte: Autores

Quantidade, categoria e sexo											
	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	4	8	5	25	5	8	0	1	14	42	56
Porcentagem (/56)	7,1%	14,3%	8,9%	44,6%	8,9%	14,3%	0,0%	1,8%	25,0%	75,0%	100,0%
Quantidade e habilitações											
	Dout. CI	Dout. outra área	Mestr. CI	Mestr. outra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. outra área	Li-cenc./Bach. CI	Li-cenc. nou-tra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	0	0	3	0	7	2	3	4	36	2	19
Porcentagem (/76)	0,0%	0,0%	3,9%	0,0%	9,2%	2,6%	3,9%	5,3%	47,4%	2,6%	25,0%
Quantidade e faixas etárias											
	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		11		31		9		4		
Porcentagem (/55)	0,0%		20,0%		56,4%		16,4%		7,3%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	10	0	9	1	6	4					
Porcentagem (/10)	100,0%	0,0%	90,0%	10,0%	60,0%	40,0%					

a) Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.

5.2. CÁVADO (NUTS III)

A sub-região CAVADO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde. Tem 1.246 Km², 416.652 habitantes e uma densidade populacional de 351 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos ao CÁVADO (NUTS III) foram obtidos através de contato por *e-mail* junto das instituições, das consultas ao Diretório da BAD e ao Relatório de avaliação do PARAM (Henriques, 2008), assim como aos *sites* de cada uma das Câmaras Municipais.

5.2.1. Arquivo Municipal de Amares

O Município de Amares tem 82,0 Km², 18.591 habitantes e uma densidade populacional de 226,9 hab./Km². Não foi possível aferir se está aberto ao público e o horário de funcionamento.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (com Mestrado em CI e formação BAD) e é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (com 12.º ano). Todos os profissionais são do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.2.2. Arquivo Municipal de Barcelos

O Município de Barcelos tem 378,9 Km², 116.777 habitantes e uma densidade populacional de 308,2 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público, nos dias úteis das 9:00h às 17:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura, Biblioteca e Arquivo.

Tem 5 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura noutra área), feminino, que é o responsável pelo arquivo; 4 assistentes técnicos (1 com 12.º ano e formação BAD, e 3 com o 9.º ano), sendo 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.2.3. Arquivo Municipal de Braga

O Município de Barcelos tem 183,4 Km², 193.324 habitantes e uma densidade populacional de 1.054,1 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público, nos dias úteis das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:30h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Cultura.

Tem 4 gestores de informação: 4 assistentes técnicos (4 com 12.º ano, sendo que 2 têm formação BAD), sendo 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. O responsável é técnico superior (Licenciatura em Sociologia das Organizações), do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.2.4. Arquivo Municipal de Esposende

O Município de Barcelos tem 95,4 Km², 35.138 habitantes e uma densidade populacional de 368,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal.

Tem 5 gestores de informação: 2 técnicos superiores (com Mestrado em CI), 1 do sexo feminino, que é a responsável pelo arquivo, e 1 do sexo masculino; 3 assistentes técnicos (com 12.º ano, sendo que 1 tem formação BAD), sendo 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.2.5. Arquivo Municipal de Terras de Bouro

O Município de Terras de Bouro tem 277,5 Km², 6.359 habitantes e uma densidade populacional de 22,9 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público desde 1999, nos dias úteis das 8:30h às 13:00h e

das 14:00h às 17:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Mestrado em CI e com formação BAD), que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (com 12.º ano), sendo ambos do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.2.6. Arquivo Municipal de Vila Verde

O Município de Terras de Bouro tem 228,7 Km², 46.444 habitantes e uma densidade populacional de 203,1 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público. Por se localizar no edifício da Biblioteca Municipal deverá ter o mesmo horário (dias úteis das 9:30h às 13:00h e das 14:30h às 18:30h) e ter como unidade orgânica a Divisão de Educação e Promoção Social, embora não surja a sua referência no organograma camarário.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI e com formação BAD), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 3 assistentes técnicos (com 12.º ano), todos do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

Tabela 18 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região CÁVADO – NUTS III. Fonte: Autores

Quantidade, categoria e sexo											
	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	2	4	5	10	0	3	0	0	7	17	24
Porcentagem (/24)	8,3%	16,7%	20,8%	41,7%	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%	29,2%	70,8%	100,0%
Quantidade e habilitações											
	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	0	0	4	0	1	0	0	1	13	3	7
Porcentagem (/22)	0,0%	0,0%	18,2%	0,0%	4,5%	0,0%	0,0%	4,5%	59,1%	13,6%	31,8%
Quantidade e faixas etárias											
	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	1		0		7		11		3		
Porcentagem (/22)	4,5%		0,0%		31,8%		50,0%		13,6%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b)	Possui Arq. Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	6	0	4	2	3	3					
Porcentagem (/6)	100,0%	0,0%	66,7%	33,3%	50,0%	50,0%					

- a) Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.
- b) Não foi possível obter informação sobre o Arquivo Municipal de Amares se está aberto ao público e o horário de funcionamento.

A sub-região Cávado – NUTS III é constituída por 6 municípios sendo todos possuem Arquivo Municipal (83,3%), encontrando-se afetos 24 gestores de informação:

- 70,8% são do sexo feminino e 29,2% do sexo masculino;
- Na formação académica salienta-se a preponderância do ensino não universitário (72,7%) seguido de outro tipo de formação, nomeadamente BAD, e seguidamente, Mestrado em CI (18,2%). Total de formação em CI: 22,7%;
- Quanto às faixas etárias verifica-se prevalência da faixa entre os 51 e os 60 anos (50,0%), com muito relevância quando consideradas as faixas etárias \geq aos 51 anos (63,6%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (66,7%). No que se refere à adesão ao PARAM, 50,0% dos Municípios candidataram-se.

5.3. AVE (NUTS III)

A sub-região AVE abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela. Tem 1.415 Km², 418.531 habitantes e uma densidade populacional de 288 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos a AVE (NUTS III) foram obtidos através de contato por *e-mail* junto das instituições, das consultas ao Diretório da BAD e ao Relatório de avaliação do PARAM (Henriques, 2008), assim como aos *sites* de cada uma das Câmaras Municipais.

5.3.1. Arquivo Municipal de Cabeceiras de Basto

O Município de Cabeceiras de Basto tem 241,8 Km², 16.064 habitantes e uma densidade populacional de 66,4 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público, nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Administração Geral e Atendimento.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI e com formação BAD), feminino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (com 9.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.3.2. Arquivo Municipal de Fafe

O Município de Fafe tem 219,1 Km², 48.497 habitantes e uma densidade populacional de 221,3 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado em 2 polos e está aberto ao público desde 2013. Não constam dados no *site* do Município sobre o horário de funcionamento e unidade.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI, Licenciatura noutra área e com formação BAD, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (com 12.º ano e curso de especialização tecnológica); 1 assistente operacional (com 9.º ano). Todos os profissionais são do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.3.3. Arquivo Municipal de Guimarães

O Município de Guimarães tem 241,0 Km², 156.849 habitantes e uma densidade populacional de 651 hab./Km². Possui Arquivo Municipal. Não constam dados no *site* do Município sobre se está aberto ao público, polos utilizados e o horário de funcionamento. Tem como unidade orgânica o Departamento de Cultura, Economia e Inovação.

Tem 18 gestores de informação: 4 técnicos superiores (1 com Mestrado em CI e com formação BAD, do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo, e 3 com Pós-Graduação em CDI e com formação BAD, do sexo masculino); 11 assistentes técnicos (com 12.º ano, 4 deles com formação BAD), sendo 4 do sexo feminino e 5 do sexo masculino; 3 assistente operacional (2 com 9.º ano e 1 com 4.º ano). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.3.4. Arquivo Municipal de Mondim de Basto

O Município de Mondim de Basto tem 172,1 Km², 6.410 habitantes e uma densidade populacional de 37,2 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público, nos dias úteis das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI, Licenciatura em História e com formação BAD), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.3.5. Arquivo Municipal de Póvoa de Lanhoso

O Município de Póvoa de Lanhoso tem 134,7 Km², 21.787 habitantes e uma densidade populacional de 161,8 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado em dois polos e está aberto ao público nos dias úteis das 09:00h às 18:00h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Educação Cultura e Ação Social.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura noutra área), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (com 12.º ano), um do sexo feminino e outro do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.3.6. Arquivo Municipal de Vieira do Minho

O Município de Vieira do Minho tem 218,1 Km², 12.997 habitantes e uma densidade populacional de 59,6 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado

num único polo e está aberto ao público nos dias úteis das 09:00h às 17:30h. Tem como unidade orgânica a Divisão de Administração.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em CI e formação BAD), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.3.7. Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Município de Vila Nova de Famalicão tem 201,6 Km², 133.534 habitantes e uma densidade populacional de 662,4 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público nos dias úteis das 09:00h às 17:30h. Tem como unidade orgânica a Departamento de Desenvolvimento Social.

Tem 14 gestores de informação: 3 técnicos superiores (1 com Doutoramento em CI e formação BAD, do sexo feminino, e 2 com Licenciatura noutra área, 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino); 9 assistentes técnicos (com o 12.º ano e 2 deles com formação BAD), sendo 6 do sexo feminino e 3 do sexo masculino; 1 coordenador técnico (com o 12.º ano), do sexo feminino; 1 assistente operacional (com o 6.º ano), do sexo feminino. O responsável pelo arquivo é técnico superior (com Licenciatura em História), do sexo masculino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.3.8. Arquivo Municipal de Vizela

O Município de Vizela tem 24,7 Km², 23.736 habitantes e uma densidade populacional de 961 hab./Km². O Arquivo Municipal encontra-se localizado num único polo e está aberto ao público. Tem como unidade orgânica a Divisão do Arquivo, Biblioteca e Educação.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI e formação BAD), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 3 assistentes técnicos (2 com o 12.º ano e formação BAD, e 1 com o 9.º ano), todos do sexo feminino. O responsável pelo arquivo é técnico superior (com Licenciatura em História), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

A sub-região Ave – NUTS III é constituída por 8 municípios sendo que todos possuem Arquivo Municipal (100,0%), encontrando-se afetos 39 gestores de informação:

- 63,4% são do sexo feminino e 36,6% do sexo masculino;
- Na formação académica salienta-se a preponderância do ensino não universitário (51,5%) seguido do Pós-Graduação em CI (15,6%). Total de formação em CI: 15,7%;
- Quanto às faixas etárias verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (46,5%), assim como nas faixas etárias \geq aos 51 anos (41,9%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (87,5%), não havendo informação sobre um deles. No que se refere à adesão ao PARAM, a maioria (75,0%) dos Municípios não se candidataram.

Tabela 19 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região AVE – NUTS III. Fonte: Autores.

Quantidade, categoria e sexo											
	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	5	7	9	15	1	3	0	1	15	26	41
Porcentagem (/41)	12,8%	17,9%	23,1%	38,5%	2,6%	7,7%	0,0%	2,6%	36,6%	63,4%	100,0%
Totais											
	Dout. CI	Dout. outra área	Mestr. CI	Mestr. outra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. outra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. outra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	1	0	1	0	7	0	1	3	26	7
Porcentagem (/64)	1,6%	0,0%	1,6%	0,0%	10,9%	0,0%	1,6%	4,7%	40,6%	10,9%	28,1%
Quantidade e faixas etárias											
	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
	Totais	1		4		20		12		6	
Porcentagem (/43)	2,3%		9,3%		46,5%		27,9%		14,0%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b) c)	Possui Arq. Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	8	0	7	-	2	6					
Porcentagem (/8)	100,0%	0,0%	87,5%	12,5%	25,0%	75,0%					

- Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.
- Não constam dados no *site* do Município sobre o horário de funcionamento e unidade orgânica no Arquivo Municipal de Fafe.
- Não foi possível obter informação sobre o Arquivo Municipal de Guimarães se está aberto ao público e o horário de funcionamento.

5.4. ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (NUTS III)

A sub-região ÁREA METROPOLITANA DO PORTO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa do Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. Tem 2.040 Km², 1.737.395 habitantes e uma densidade populacional de 844 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Paula Alexandra Duarte

Ramos de Almeida, em 2022. Foram, ainda, obtidos dados através de contato por *e-mail* junto das instituições, das consultas ao Diretório da BAD e ao Relatório de avaliação do PARAM (Henriques, 2008), assim como aos *sites* de cada uma das Câmaras Municipais.

5.4.1. Arquivo Municipal de Arouca

O Município de Arouca tem 329,1 Km², 21.146 habitantes e uma densidade populacional de 64,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2016, nos dias úteis das 9:00h às 17:30h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Desenvolvimento Social.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI, variante Arquivo), do sexo feminino, que é o responsável do arquivo; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. O Município não beneficiou do PARAM (Almeida, 2022, pp. 59-60).

5.4.2. Arquivo Municipal de Espinho

O Município de Espinho tem 21,1 Km², 31.786 habitantes e uma densidade populacional de 1.509,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo.

Tem 5 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (12.º ano, Curso Técnico Profissional da BAD), 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 2 assistentes operacionais (9.º ano), 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Existem 2 colaboradores com formação em CI, que não estão a exercer funções na área. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo já possuía técnico superior, tendo integrado outro durante o processo (Almeida, 2022, pp. 60-61).

5.4.3. Arquivo Municipal de Gondomar

O Município de Gondomar tem 131,9 Km², 164.255 habitantes e uma densidade populacional de 1.245,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em quatro polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Cultura.

Tem 9 gestores de informação: 1 dirigente intermédio de 3.º grau (Mestrado em CI, variante Arquivo), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 2 técnicos superiores (Mestrado em outras áreas), 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 3 assistentes técnicos (12.º ano), um do sexo masculino e dois do sexo feminino; 3 assistentes operacionais (9.º ano), do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu 6 colaboradores, que vieram reforçar os recursos humanos: três estagiários (Centro de Emprego); 1 técnico superior; 1 assistente técnico; 1 técnico operacional. Esta colaboração tem a duração de um ano. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 61-62).

5.4.4. Arquivo Municipal de Maia

O Município da Maia tem uma superfície de 83 Km², com uma população de 134.959 habitantes e uma densidade populacional de 1.626,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal. A unidade orgânica de que depende é o Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral.

Tem 13 gestores de informação: 4 técnicos superiores (1 com Mestrado em CI, 1 com Pós-Graduação em CI, 1 com Pós-Graduação em outra área de conhecimento, que é responsável pelo arquivo, com Especialização em Regime Jurídico de Pessoal das Autarquias Locais; Especialização em Informação Empresarial; Especialização em Gestão por Objetivos na Administração Local; CADAP – Curso de Alta Direção em Administração Pública; Terceiro Ciclo do Programa de Doutoramento em Documentação e Informação Científica; Especialização em Ciências Documentais – Opção Biblioteca, e 1 com Licenciatura em CI), 2 do sexo feminino e 2 do sexo masculino; 5 assistentes técnicos (com 12.º ano), todos do sexo feminino; 4 assistentes operacionais (3 com 12.º ano e 1 com 9.º ano), 3 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.4.5. Arquivo Municipal de Matosinhos

O Município de Matosinhos tem 62,4 Km², 172.669 habitantes e uma densidade populacional de 2.766,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2005, nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 14h às 16:45h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é o Departamento da Cultura.

Tem 6 gestores de informação: 3 técnicos superiores (1 com Mestrado em CI, 1 com Pós-Graduação em CI, 1 com Pós-Graduação em outra área de conhecimento e que é o responsável do arquivo), 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino; 3 técnicos profissionais (1 com o 12.º ano e 2 com o curso técnico profissional BAD), todos do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu 1 técnico superior por tempo indeterminado. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, tendo sido integrado um durante o processo (Almeida, 2022, pp. 63-64).

5.4.6. Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis

O Município de Oliveira de Azeméis tem 161,1 Km², 66.212 habitantes e uma densidade populacional de 411 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2009, nos dias úteis, das 9:30h às 12:00h e das 14:30h às 17:00h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Unidade Municipal de Desporto, Turismo, Cultura, Juventude e Tempos Livres.

Tem 11 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Pós-Graduação em CI, que é o responsável pelo arquivo, e 1 com Licenciatura em outra área), ambos do sexo feminino; 6 assistentes técnicos (1 com Pós-Graduação em CI, 1 com Licenciatura em CI, 1 com 12.º ano, todos com Curso Técnico Profissional BAD, e 3 com 12.º

ano), 4 do sexo feminino e 2 do sexo masculino; 3 assistentes operacionais (1 com 12.º ano e 2 com 9.º ano), 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. O arquivo possui 1 assistente operacional, do sexo masculino, com formação que não se enquadra nas opções anteriores. O Município beneficiou do PARAM (Almeida, 2022, pp. 64-65).

5.4.7. Arquivo Municipal de Paredes

O Município de Paredes tem 156,8 Km², 84.414 habitantes e uma densidade populacional de 538,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, com horário de funcionamento das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em cinco polos. A unidade orgânica de que depende é o Pelouro da Cultura.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico com o Curso Técnico Profissional BAD, do sexo masculino. O responsável do arquivo possui o 12.º ano e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 65-66).

5.4.8. Arquivo Municipal de Porto

O Município do Porto tem 41,4 Km², 231.962 habitantes e uma densidade populacional de 5.600,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 1980, nos dias úteis das 9:00h às 17:00h (DMAG) e das 9:00h às 17:30h (DMAH), localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Direção Municipal de Serviços ao Município – Departamento Municipal de Gestão Documental (Divisão Municipal de Arquivo Geral e Divisão Municipal de Arquivo Histórico-DMAH).

Tem 108 gestores de informação: 38 técnicos superiores (1 com Doutoramento em CI afeto ao DMAG, 1 com Doutoramento em outras áreas afeto ao DMAH, 1 com Mestrado em CI, 3 com Mestrado noutras áreas, 7 com Pós-Graduação em CI, 4 com Licenciatura em CI, 21 com Licenciatura noutras áreas); 55 assistentes técnicos (3 com Mestrado noutras áreas, 1 com Licenciatura em CI, 4 com Licenciatura noutras áreas, 30 com 12.º ano, 10 com o Curso Técnico Profissional BAD, 7 com o 9.º ano); 2 técnicos operacionais (Licenciatura noutras áreas); 13 assistentes operacionais (3 com o 12.º ano e 10 com o 9.º ano). O arquivo possui 3 assistentes técnicos e assistentes operacionais (com 4.º, 5.º, 6.º e 8.º ano). Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu 2 colaboradores em regime de estágios, com a duração de 400 horas. O responsável do arquivo possui Pós-Graduação em CI e é do sexo feminino. O arquivo não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 66-68).

5.4.9. Arquivo Municipal de Póvoa do Varzim

O Município da Póvoa do Varzim tem 82,2 Km², 64.320 habitantes e uma densidade populacional de 782,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2001, nos dias úteis das 9:30h às 12:30h e das 13:30h às 17:30h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Cultura.

Tem 4 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Doutoramento em outra área e Pós-Graduação em CI, e 1 com Licenciatura em outra áreas, ambos do

sexo feminino; 2 assistentes técnicos (12.º ano), um do sexo masculino e um do sexo feminino. O arquivo possui 1 auxiliar (cuja formação não se enquadra nas opções anteriores. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu três colaboradores, que vieram reforçar os recursos humanos em regime de estágios, não tendo sido indicada a duração dos mesmos. O responsável do arquivo possui Doutoramento em outra área e é do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, tendo integrado um durante o processo (Almeida, 2022, pp. 68-69).

5.4.10. Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira

O Município de Santa Maria da Feira tem 213,5 Km², 136.720 habitantes e uma densidade populacional de 640,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 1938 ou 1940, nos dias úteis das 9:00h às 19:00h, e localiza-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Bibliotecas e Arquivos.

Tem 2 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Mestrado e Licenciatura em outras áreas, e 1 com Mestrado noutra área), ambos do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu dois colaboradores que vieram reforçar os recursos humanos em regime de transferência temporária e de prestação de serviços. O responsável do arquivo possui Mestrado em outra Área e Licenciatura em CI, e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 70-71).

5.4.11. Arquivo Municipal de Santo Tirso

O Município de Santo Tirso tem 136,6 Km², 67.785 habitantes e uma densidade populacional de 496,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2000, nos dias úteis das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 19:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é o Departamento da Cultura e desenvolvimento Económico – Divisão de Bibliotecas e Arquivos.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (Licenciatura em CI), do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Pós-Graduação noutra área e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 71-72).

5.4.12. Arquivo Municipal de São João da Madeira

O Município de São João da Madeira tem 7,9 Km², 22.143 habitantes e uma densidade populacional de 2.788,8 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 72). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.4.13. Arquivo Municipal de Trofa

O Município da Trofa tem 72 Km², 38.999 habitantes e uma densidade populacional de 541,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 17:00h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Cultura, Turismo, Desporto e Juventude.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI, variante Arquivo), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (com Licenciatura em outra área de conhecimento), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 72-73).

5.4.14. Arquivo Municipal de Vale de Cambra

O Município de Vale de Cambra tem 137,4 Km², 21.279 habitantes e uma densidade populacional de 154,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2013, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Ação Social, Desporto, Ensino e Cultura.

Tem 4 gestores de informação: 2 Técnicos Superiores (1 com Pós-Graduação em CI, que é o responsável do arquivo, e 1 com Licenciatura em outra área), 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino; 2 assistentes técnicos (1 com 12.º ano e 1 com 9.º ano), ambos do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, tendo integrado 1 durante o processo (Almeida, 2022, pp. 73-74).

5.4.15. Arquivo Municipal de Valongo

O Município de Valongo tem 75,1 Km², 94.795 habitantes e uma densidade populacional de 1.261,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2001, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Cultura e Turismo.

Tem 3 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Pós-Graduação em CI, variante Arquivo, que é o responsável pelo arquivo, e 1 com Licenciatura / Bacharelato em CI, variante Arquivo), ambos do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino. Existem colaboradores com formação em CI / Arquivo, que estão a exercer outras funções. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo já possuía um técnico superior, tendo sido integrado outro durante o processo (Almeida, 2022, pp. 74-75).

5.4.16. Arquivo Municipal de Vila do Conde

O Município de Vila do Conde tem 149 Km², 80.921 habitantes e uma densidade populacional de 543 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h, localizando-se em três polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Cultura, Turismo e Comunicação.

Tem 11 gestores de informação: 6 técnicos superiores (1 com Mestrado em outra área, 3 com Pós-Graduação em CI, 2 com Licenciatura em outras áreas), 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino; 1 assistente técnico (Licenciatura em CI), do sexo feminino; 4 assistentes técnicos (3 com o 12.º ano e 1 com o 9.º ano), 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. O responsável do Arquivo possui Mestrado em outra área

e Pós-Graduação em CI, sendo do sexo feminino. Existe 1 assistente técnico com formação em CI, que não está a exercer funções na área. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo já possuía técnico superior, não tendo integrado mais nenhum durante o processo (Almeida, 2022, pp. 75-77).

5.4.17. Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia

O Município de Vila Nova de Gaia tem 168,5 Km², 304.149 habitantes e uma densidade populacional de 1.805,5 hab./ Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa, Atendimento e Arquivo.

Tem 19 gestores de informação: 18 Técnicos Superiores (1 com Mestrado noutra área, 4 com Pós-Graduação em CI, 1 com Pós-Graduação noutra área, 1 com Licenciatura em CI, 11 com Licenciatura em outras áreas), 12 do sexo feminino e 6 do sexo masculino; 1 assistente técnico (Curso Técnico Profissional BAD), do sexo masculino. O responsável do Arquivo possui Licenciatura em CI, e é do sexo masculino. Existem colaboradores com formação em CI a exercer funções em outras áreas. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo possuía técnico superior, não tendo integrado nenhum durante o processo (Almeida, 2022, pp. 77-78).

A sub-região Área Metropolitana do Porto – NUTS III é constituída por 17 municípios, em que 16 possuem Arquivo Municipal (94,1%), encontrando-se afetos 202 gestores de informação:

- 65,3% são do sexo feminino e 34,7% do sexo masculino. Salienta-se que não é possível aferir a categoria com mais preponderância porque não foram especificados os dados referentes ao Arquivo Municipal do Porto, que conta com 108 gestores de informação;
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (41,5%) seguido da Licenciatura noutra área (20,8%). Total de formação em CI: 19,4%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 41 e os 50 anos (54,5%) e acima dos 51 anos somam 33,6%. Salienta-se que é um valor que não contempla os dados referentes a 108 gestores de informação do Arquivo Municipal do Porto;
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (87,5%) e metade candidatou-se ao PARAM (50,0%).

Tabela 20 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ÁREA METROPOLITANA DO PORTO – NUTS III.

Fonte: Adaptado de Almeida (2022, pp. 59-78).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b) c) e)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	16	35	12	18	3	10	0	3	70	132	202
Percentagem (/97; /202)	16,5%	36,1%	12,4%	18,6%	3,1%	10,3%	0,0%	3,1%	34,7%	65,3%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b) e)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	1	2	4	14	25	3	11	44	55	33
Percentagem (/212)	0,5%	0,9%	1,9%	6,6%	11,8%	1,4%	5,2%	20,8%	25,9%	15,6%	9,4%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b) c) d)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	3		10		60		32		5		
Percentagem (/110)	2,7%		9,1%		54,5%		29,1%		4,5%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) b) f)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	16	1	14	2	8	8					
Percentagem (/17; /16)	94,1%	5,9%	87,5%	12,5%	50,0%	50,0%					

- São João da Madeira não possui Arquivo Municipal.
- O Arquivo Municipal do Porto não forneceu dados sobre a divisão por sexos dos 108 gestores de informação.
- O Arquivo Municipal do Porto não forneceu dados sobre as faixas etárias de 96 gestores de informação.
- O Arquivo Municipal de Matosinhos não forneceu dados sobre 2 gestores de informação.
- Integrou 5 Técnicos Superiores (Espinho, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Vale de Cambra, Valongo).

5.5. REGIÃO DE ALTO TÂMEGA (NUTS III)

A sub-região ALTO TÂMEGA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar. Tem 2.922 Km², 84.330 habitantes e uma densidade populacional de 28 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE ALTO TÂMEGA (NUTS III) foram obtidos através de con-

tato por *e-mail* junto das instituições, das consultas ao Diretório da BAD e ao Relatório de avaliação do PARAM (Henriques, 2008), assim como aos *sites* de cada uma das Câmaras Municipais.

5.5.1. Arquivo Municipal de Boticas

O Município de Boticas tem 322 Km², 5.750 habitantes e uma densidade populacional de 17,9 hab./Km². Não possui serviço de Arquivo Municipal formalizado, não está aberto ao público e não possui recursos humanos com formação especializada em Ciência da Informação. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.5.2. Arquivo Municipal de Chaves

O Município de Chaves tem 591,2 Km², 41.243 habitantes e uma densidade populacional de 69,8 hab./ Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Cultura e Turismo.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em História, Pós-Graduação em CI e formação BAD), que é o responsável pelo arquivo; 3 assistentes técnicos (1 com Pós-Graduação em CI e 2 com o 9.º ano). Todos os profissionais são do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.5.3. Arquivo Municipal de Montalegre

O Município de Montalegre tem 805,5 Km², 10.537 habitantes e uma densidade populacional de 13,9 hab./ Km². Não possui serviço de Arquivo Municipal apesar de já existirem instalações, nem recursos humanos com formação especializada em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.5.4. Arquivo Municipal de Ribeira de Pena

O Município de Ribeira de Pena tem 217,5 Km², 5.887 habitantes e uma densidade populacional de 27,1 hab./ Km². Possui Arquivo Municipal.

Tem 2 gestores de informação: 1 assistente técnico (com o 12.º ano), do sexo masculino; 1 coordenador técnico (com o 12.º ano) do sexo feminino. O responsável pelo arquivo tem Licenciatura em outra área de conhecimento que não CI e é do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.5.5. Arquivo Municipal de Valpaços

O Município de Valpaços tem 548,7 Km², 16.882 habitantes e uma densidade populacional de 30,8 hab./ Km². Não possui Arquivo Municipal nem recursos humanos afetos. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.5.6. Arquivo Municipal de Vila Pouca de Aguiar

O Município de Vila Pouca de Aguiar tem 437,1 Km², 11.813 habitantes e uma densidade populacional de 27 hab./ Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Administrativa e Jurídica.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (com 12.º ano e formação BAD), do sexo feminino. O responsável pelo arquivo tem Licenciatura em Direito, sendo do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

Tabela 21 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região ALTO TÂMEGA – NUTS III. Fonte: Autores

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	0	1	1	4	0	0	0	1	1	6	7
Percentagem (/7)	0,0%	14,3%	14,3%	57,1%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	14,3%	85,7%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	0	0	2	0	0	1	3	2
Percentagem (/9)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	22,2%	0,0%	0,0%	11,1%	33,3%	22,2%	11,1%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		1		1		4		0		
Percentagem (/6)	0,0%		25,0%		25,0%		50,0%		0,0%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a)	Possui Arq. Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	3	3	3	0	3	0					
Percentagem (/6; /3)	50,0%	50,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%					

- Boticas, Montalegre e Valpaços não possuem Arquivo Municipal.
- O Arquivo Municipal de Chaves não indica a faixa etária de um gestor de informação.
- Não foi possível recolher dados sobre a integração de Técnicos Superiores no âmbito do PARAM em todos os Municípios.

A sub-região Alto Tâmega – NUTS III é constituída por 6 municípios sendo que 3 possuem Arquivo Municipal (50,0%), encontrando-se afetos 7 gestores de informação:

- 85,70% são do sexo feminino e 14,3% do sexo masculino;
- Na formação académica salienta-se a preponderância do ensino não universitário (55,5%) seguido do Pós-Graduação em CI (22,2%). Total de formação em CI: 22,2%;
- Quanto às faixas etárias verifica-se prevalência da faixa entre os 51 e os 60 anos (50,0%);
- Metade dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (50,0%) e não se candidatou ao PARAM (50,0%).

5.6. REGIÃO DE TÂMEGA E SOUSA (NUTS III)

A sub-região BAIXO TÂMEGA E SOUSA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Bastos, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Tem 1.832 Km², 408.675 habitantes e uma densidade populacional de 223 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE BAIXO TÂMEGA E SOUSA (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Paula Alexandra Duarte Ramos de Almeida, em 2022.

5.6.1. Arquivo Municipal de Amarante

O Município de Amarante tem 301,3 Km², e 52.116 habitantes e uma densidade populacional de 173 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2005, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Cultura e Património Cultural.

Tem 8 gestores de informação: 4 técnicos superiores (1 com Doutoramento em CI, 1 com Mestrado em CI, 1 com Pós-Graduação em CI, 1 com Licenciatura em CI), 3 do sexo feminino e 1 do sexo masculino; 3 assistentes técnicos (1 com Doutoramento em CI, 1 com Mestrado em outra área, 1 com o Curso Técnico Profissional BAD), 2 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 1 assistente operacional (9.º ano). O responsável pelo Arquivo possui Licenciatura em CI e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 78-80).

5.6.2. Arquivo Municipal de Baião

O Município de Baião tem 174,5 Km², 17.534 habitantes e uma densidade populacional de 100,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2018, nos dias úteis das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h, localizando-se em dois

polos. Depende da unidade orgânica Serviços de Atendimento ao Município e Recursos Humanos / Serviços de Atendimento.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI e Licenciatura em outras área), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente operacional (12.º ano), do sexo feminino. Existem 3 colaboradores com formação em CI, que estão a exercer a função de Técnicos Bibliotecários. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 80-81).

5.6.3. Arquivo Municipal de Castelo de Paiva

O Município de Castelo de Paiva tem 115 Km², 15.586 habitantes e uma densidade populacional de 135,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.6.4. Arquivo Municipal de Celorico de Basto

O Município de Celorico de Basto tem 181,1 Km², 17.643 habitantes e uma densidade populacional de 97,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (9.º ano), do sexo feminino. A caracterização do Arquivo Municipal foi realizada utilizando os dados do questionário aplicado pela BAD (Almeida, 2022, p. 81). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.6.5. Arquivo Municipal de Cinfães

O Município de Cinfães tem 239,3 Km², 17.730 habitantes e uma densidade populacional de 74,1 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 82) ou histórico institucionalizado nem recursos humanos afetos ao serviço, com ou sem formação especializada em CI. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.6.6. Arquivo Municipal de Felgueiras

O Município de Felgueiras tem 115,7 Km², 58.065 habitantes e uma densidade populacional de 501,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:30h às 12:30h e das 14:30h às 17:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Cultura / Serviços de Biblioteca, Arquivo e Património Cultural.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (1 com 12.º ano e 1 com Curso Técnico Profissional BAD) e 1 assistente operacional (12.º ano), todos do sexo feminino. O arquivo possui 1 assistente técnico e 1 técnico de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos com formação que não se enquadra nas opções

anteriores, ambos do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 82-83).

5.6.7. Arquivo Municipal de Lousada

O município de Lousada tem 96,1 Km², 47.364 habitantes e uma densidade populacional de 492,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Recursos Humanos.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino; 1 assistente técnico (Curso Técnico Profissional BAD), do sexo feminino. O arquivo possui 1 assistente técnico com formação que não se enquadra nas anteriores, do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Pós-Graduação e Licenciatura em CI, sendo do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, tendo integrado 1 técnico superior durante o processo (Almeida, 2022, pp. 83-84).

5.6.8. Arquivo Municipal de Marco de Canaveses

O Município de Marco de Canaveses tem 201,9 Km², 49.541 habitantes e uma densidade populacional de 245,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Administração Geral e de Finanças.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Doutoramento em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (com 12.º ano). O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 84-85).

5.6.9. Arquivo Municipal de Paços de Ferreira

O Município de Paços de Ferreira tem 71 Km², 55.623 habitantes e uma densidade populacional de 783,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, abrindo internamente nos dias úteis das 9:00h às 17:00h. Localiza-se num único polo, e integra a divisão de Gestão Administrativa.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (1 com 12.º ano, e 1 com Curso Técnico Profissional BAD), 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 85-87).

5.6.10. Arquivo Municipal de Penafiel

O Município de Penafiel tem 212,2 Km², 69.687 habitantes e uma densidade populacional de 328,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2003, nos dias úteis das 9:30h às 13:00h e as 14:00h às 17:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Cultura e Turismo, e adota a designação de Arquivo Municipal de Penafiel.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (Doutoramento em outra área, Pós-Graduação em CI e Licenciatura em outra área), do sexo feminino; 2 assistentes técnicos (Curso Técnico Profissional BAD), do sexo feminino. O arquivo possui 1 assistente operacional (4.º ano), do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu dois colaboradores para reforçar os recursos humanos (não foi indicada a duração). Existem 3 colaboradores com formação em CI a exercerem funções no Museu Municipal (1), Loja do Cidadão (1) e Divisão do Ambiente (1). O Município beneficiou do PARAM (Almeida, 2022, pp. 87-88).

5.6.11. Arquivo Municipal de Resende

O Município de Resende tem 123,4 km², 10.051 habitantes e uma densidade populacional de 81,5 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal nem recursos humanos afetos ao serviço (Almeida, 2022, p. 88). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

Tabela 22 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região BAIXO TÂMEGA E SOUSA – NUTS III. Fonte: Adaptado de Almeida (2022, pp. 154-161).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	3	8	4	8	0	3	0	0	7	19	26
Percentagem (/26)	11,5%	30,8%	15,4%	30,8%	0,0%	11,5%	0,0%	0,0%	26,9%	73,1%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc./Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Totais	3	1	1	1	5	0	2	0	5	3	6
Percentagem (/27)	11,1%	3,7%	3,7%	3,7%	18,5%	0,0%	7,4%	0,0%	18,5%	11,1%	22,2%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) b) c)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		4		5		7		1		
Percentagem (/17)	0,0%		23,5%		29,4%		41,2%		5,9%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) d) e)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	9	2	5	4	2	7					
Percentagem (/11; /9)	81,8%	18,2%	55,6%	44,4%	22,2%	77,8%					

a) Cinfães e Resende não possuem Arquivo Municipal.

- b) Os Arquivos Municipais de Amarante e Lousada não forneceram dados sobre as faixas etárias.
- c) Os Arquivos Municipais de Castelo de Paiva e Celorico de Basto não forneceram dados sobre: Aberto ao público.
- d) Integrou 1 Técnico Superior (Lousada).

A sub-região Baixo Tâmega e Sousa – NUTS III é constituída por 11 municípios, sendo que 9 possuem Arquivo Municipal (81,8%), encontrando-se afetos ao mesmo 26 gestores de informação:

- 73,1% são do sexo feminino e 26,9% do sexo masculino, com destaque de diferença nas categorias de Técnico Superior (30,8% vs. 11,5%) e de Assistente Técnico (30,8% vs. 15,4%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (29,6%) seguido da Pós-Graduação (18,5%). Total de formação em CI: 40,7%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se a prevalência da faixa entre os 51 e os 60 anos (41,2%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (81,8%), e não se candidatou ao PARAM (77,8%).

5.7. REGIÃO DO DOURO (NUTS III)

A sub-região DOURO abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real. Tem 4.032 Km², 183.886 habitantes e uma densidade populacional de 46 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DO DOURO (NUTS III) foram extraídos da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elaborada por Paula Alexandra Duarte Ramos de Almeida, em 2022.

5.7.1. Arquivo Municipal de Alijó

O Município de Alijó tem 297,6 Km², 10.492 habitantes e uma densidade populacional de 35,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Unidade Orgânica e Flexível de Gestão.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (Pós-Graduação em CI e o Curso Técnico Profissional BAD), do sexo feminino, que é a responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 102-104).

5.7.2. Arquivo Municipal de Armamar

O Município de Armamar tem 117,2 Km², 5.678 habitantes e uma densidade populacional de 48,4 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 104). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.3. Arquivo Municipal de Carrazeda de Ansiães

O Município de Carrazeda de Ansiães tem 279,2 Km², 5.494 habitantes e uma densidade populacional de 19,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em quatro polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 4 gestores de informação: 1 Técnico Superior (Doutoramento em CI, Mestrado em outra área e Pós-Graduação em CI) do sexo feminino; 2 técnicos operacionais (1 com Doutoramento em CI, 1 com Doutoramento em CI e Doutoramento em outra área), ambos do sexo feminino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu 2 técnicos operacionais, mas não indicou a duração. O responsável do arquivo possui Doutoramento em outra área de formação e uma Pós-Graduação em CI, sendo do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 104-105).

5.7.4. Arquivo Municipal de Freixo de Espada à Cinta

O Município de Freixo de Espada à Cinta tem 244,1 Km², 3.215 habitantes e uma densidade populacional de 13,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Ação Social, Cultura, Desporto e Tempos Livres.

Tem 4 gestores de informação: 1 coordenador técnico (12.º ano), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (12.º ano), 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 1 encarregado operacional (9.º ano), do sexo masculino. A caracterização do Arquivo Municipal foi realizada utilizando os dados do questionário aplicado pela BAD (Almeida, 2022, pp. 105-106). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.5. Arquivo Municipal de Lamego

O Município de Lamego tem 165,4 Km², 24.315 habitantes e uma densidade populacional de 147 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 1989, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Biblioteca e Documentação.

Tem 2 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Mestrado em CI e 1 com Licenciatura em outra área), 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu 1 técnico superior (1.º CEB). O responsável do arquivo possui Licenciatura em outra área, e é do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 106-107).

5.7.6. Arquivo Municipal de Mesão Frio

O Município de Mesão Frio tem 26,7 Km², 4.433 habitantes e uma densidade populacional de 166,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Licenciatura em outra área), e é do sexo masculino; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Licenciatura, e é do sexo masculino. A caracterização do Arquivo Municipal foi realizada utilizando os dados do questionário aplicado pela BAD (Almeida, 2022, p. 107). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.7. Arquivo Municipal de Moimenta da Beira

O Município de Moimenta da Beira tem 220 Km², 10.201 habitantes e uma densidade populacional de 6,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não tem arquivista afeto ao mesmo (Almeida, 2022, pp. 107-108). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.8. Arquivo Municipal de Murça

O Município de Murça tem 189,4 Km², 5.245 habitantes e a densidade populacional de 27,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Financeira e Administração Geral. Não tem arquivista afeto ao mesmo (Almeida, 2022, p. 108). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.9. Arquivo Municipal de Penedono

O Município de Penedono tem 133,7 Km², 2.738 habitantes e uma densidade populacional de 20,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2005, nos dias úteis, das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h, localizando-se num único polo. Adota a designação de Arquivo Intermédio e Histórico.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente operacional (12.º ano), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 108-109).

5.7.10. Arquivo Municipal de Peso da Régua

O Município de Peso da Régua tem 94,9 Km², 14.553 habitantes e uma densidade populacional de 153,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis, das 9:00h às 16:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI); 1 assistente técnico (Curso Técnico Profissional BAD). São ambos do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Licenciatura em outra área e é do sexo masculino. Existem

colaboradores com formação em CI, que estão a exercer outras funções (responsável pelo setor de informática). O arquivo não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 109-110).

5.7.11. Arquivo Municipal de Sabrosa

O Município de Sabrosa tem 156,9 Km², 5.548 habitantes e uma densidade populacional de 35,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2009, nos dias úteis, das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, localizando-se em dois polos. Depende da unidade orgânica Flexível Administrativa, Financeira e Patrimonial.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (Licenciatura em CI), do sexo feminino, que é o responsável pelo arquivo; 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino. O arquivo possui 1 assistente técnico com formação que não se enquadra nas opções anteriores. O Município beneficiou do PARAM (Almeida, 2022, pp. 110-111).

5.7.12. Arquivo Municipal de Santa Marta de Penaguião

O Município de Santa Marta de Penaguião tem 69,3 Km², 6.100 habitantes e uma densidade populacional de 88 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, abrindo internamente nos dias úteis, das 9:00h às 17:00h. Localiza-se em dois polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos. Adota a designação de Arquivo (Municipal).

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes técnicos (1 com Doutoramento em CI, e 1 com 12.º ano, que é o responsável pelo arquivo), ambos do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 111-112).

5.7.13. Arquivo Municipal de São João da Pesqueira

O Município de São João da Pesqueira tem 266,1 Km², 6.775 habitantes e uma densidade populacional de 25,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se num único polo. Integra a Unidade de Serviços Municipais de Bibliotecas, Arquivos e Museus.

Tem 5 gestores da informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em outra área), do sexo feminino, que é a responsável pelo arquivo; 4 assistentes técnicos (12.º ano e o Curso Técnico Profissional BAD), dois do sexo masculino e dois do sexo feminino. O arquivo possui 1 técnico superior com formação que não se enquadra nas opções anteriores, e é do sexo masculino. O arquivo não se candidatou ao PARAM (Almeida, 2022, pp. 112-113).

5.7.14. Arquivo Municipal de Sernancelhe

O Município de Sernancelhe tem 228,6 Km², 5.692 habitantes e uma densidade populacional de 24,9 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 114). O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.15. Arquivo Municipal de Tabuaço

O Município de Tabuaço tem 133,9 Km², 5.034 habitantes e uma densidade populacional de 37,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal (Almeida, 2022, p. 114). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.16. Arquivo Municipal de Tarouca

O Município de Tarouca tem 100,1 Km², 7.363 habitantes e uma densidade populacional de 73,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, aberto ao público desde 2021, nos dias úteis, das 9:00h às 17:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é da Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores da informação: 1 com Licenciatura em outra área, que é o responsável pelo arquivo, e 1 com o 12.º ano, não indicando a categoria profissional nem o sexo. Existem colaboradores com formação em CI, que estão a exercer funções em outras áreas. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, tendo integrado um durante o processo (Almeida, 2022, pp. 114-115).

5.7.17. Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo

O Município de Torre de Moncorvo tem de 531,6 Km², 6.826 habitantes e uma densidade populacional de 12,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, desde 1999, nos dias úteis, das 10:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h, localizando-se em três polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão da Cultura, Educação e Desporto.

Tem 4 gestores da informação: 2 Técnicos Superiores (1 com Mestrado e Licenciatura em outras áreas, e 1 com Pós-Graduação em CI – variante Arquivo, que é o responsável pelo arquivo), um do sexo masculino e outro do sexo feminino; 2 assistentes operacionais (12.º ano), um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Nos últimos dois anos, o arquivo recebeu dois colaboradores com vista a reforçar os recursos humanos. Existem colaboradores com formação em CI, que estão a exercer outras funções (um como Bibliotecário e outro como Chefe de Divisão). O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, tendo integrado um durante o processo (Almeida, 2022, pp. 115-117).

5.7.18. Arquivo Municipal de Vila Nova de Foz Côa

O Município de Vila Nova de Foz Côa tem 398,2 Km², 6.304 habitantes e uma densidade populacional de 15,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não tem arquivista afeto ao mesmo (Almeida, 2022, p. 117). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.7.19. Arquivo Municipal de Vila Real

O Município de Vila Real tem 378,8 Km², 49.574 habitantes e uma densidade populacional de 130,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 2004, nos dias úteis das 9:00h às 17:30h, localizando-se em três polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Serviços de Cultura.

Tem 8 gestores da informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI), do sexo masculino; 1 assistente operacional (Mestrado em outra área), do sexo masculino; 4 assistentes técnicos (3 com 12.º ano e 1 com Licenciatura em CI), do sexo feminino; 2 assistentes (cursos de formação MARÉS e SEMA), do sexo feminino. O responsável do arquivo possui Mestrado em CI, e é do sexo feminino. O Município beneficiou do PARAM. Antes da candidatura o arquivo não possuía técnico superior, tendo integrado um durante o processo (Almeida, 2022, pp. 117-118).

Tabela 23 – Gestores da informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região DOURO – NUTS III. Fonte: Adaptado de Almeida (2022, pp. 171-180).

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	4	6	6	11	3	5	0	1	13	23	36
Percentagem (/36)	11,1%	16,7%	16,7%	30,6%	8,3%	13,9%	0,0%	2,8%	36,1%	63,9%	100%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) c)	Dout. CI	Dout. Outra área	Mestr. CI	Mestr. Outra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. Outra área	Licenc. /Bach CI	Licenc. Outra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	4	0	1	2	4	1	1	3	13	1
Percentagem (/37)	10,8%	0,0%	2,7%	5,4%	10,8%	2,7%	2,7%	8,1%	35,1%	2,7%	18,9%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a) d)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	1		8		11		10		1		
Percentagem (/31)	3,2%		25,8%		35,5%		32,3%		3,2%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) e)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	16	3	7	9	6	10					
Percentagem (/19; /16)	84,2%	15,8%	43,8%	56,3%	37,5%	62,5%					

- Armamar, Sernancelhe e Tabuaço não possuem Arquivo Municipal.
- Os Arquivos Municipais de Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Tarouca e Vila Nova de Foz Côa não forneceram dados sobre categoria e sexo
- Os Arquivos Municipais de Moimenta da Beira, Murça e Vila Nova de Foz Côa não forneceram dados sobre habilitações.

- d) Os Arquivos Municipais de Moimenta da Beira, Murça, Penedono, São João da Pesqueira, Tarouca e Vila Nova de Foz Côa não forneceram dados sobre as faixas etárias.
- e) Integrou 3 Técnicos Superiores (Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Real).

A sub-região Douro – NUTS III é constituída por 19 municípios, dos quais 16 possuem Arquivo Municipal (84,2%), encontrando-se afetos aos mesmos 36 gestores da informação. Os dados abaixo considerados não representam a globalidade da sub-região porque diversos municípios não forneceram toda a informação solicitada:

- 63,9% são do sexo feminino e 36,1% do sexo masculino, com destaque de diferença nas categorias de Assistente Técnico (30,6% vs. 16,7%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (56,7%) seguido de Doutoramento e Pós-Graduação (ambas com 10,8%). Total de formação em CI: 27,0%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se a prevalência das faixas entre os 41 e os 60 anos (67,8%);
- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberta ao público (56,3%), e não se candidatou ao PARAM (62,5%).

5.8. TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (NUTS III)

A sub-região TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Tem 5.544 Km², 107.293 habitantes e uma densidade populacional de 19 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO DE TERRAS DE TRÁS OS MONTES (NUTS III) foram obtidos através de contato por *e-mail* junto das instituições, das consultas ao Diretório da BAD e ao Relatório de avaliação do PARAM (Henriques, 2008), assim como aos *sites* de cada uma das Câmaras Municipais.

5.8.1. Arquivo Municipal de Alfândega da Fé

O Município de Alfândega da Fé tem 322 Km², 4.324 habitantes e uma densidade populacional de 13,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Jurídica, Administrativa e de Recursos Humanos.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (com o 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.2. Arquivo Municipal de Bragança

O Município de Bragança tem 1.173, 6 Km², 34.582 habitantes e uma densidade populacional de 29,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal que está aberto ao público nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Administração Geral.

Tem 4 gestores de informação: 3 técnicos superiores (com Pós-Graduação em CI), do sexo feminino; 1 assistente técnico (com o 12.º ano), do sexo feminino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.3. Arquivo Municipal de Macedo de Cavaleiros

O Município de Macedo de Cavaleiros tem 699,1 Km², 14.251 habitantes e uma densidade populacional de 20,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Educação e Desporto.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI), do sexo feminino. O responsável pelo arquivo tem Pós-Graduação em outra área de conhecimento e é do sexo masculino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.4. Arquivo Municipal de Miranda do Douro

O Município de Miranda do Douro tem 487,2 Km², 6.466 habitantes e uma densidade populacional de 13,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, que está aberto ao público nos dias úteis das 9:00h às 17:00h e localiza-se num só polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Sociocultural.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI), do sexo masculino, que é o responsável pelo arquivo; 1 técnico profissional (com Pós-Graduação em outra área do conhecimento), do sexo feminino; 1 assistente técnico (com Licenciatura em outra área do conhecimento), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.5. Arquivo Municipal de Mirandela

O Município de Mirandela tem 659,0 Km², 21.384 habitantes e uma densidade populacional de 32,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, que está aberto ao público nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Administração Geral.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI), do sexo feminino; 1 assistente operacional (com o 4.º ano), do sexo masculino. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.6. Arquivo Municipal de Mogadouro

O Município de Mogadouro tem 760,6 Km², 8.304 habitantes e uma densidade populacional de 10,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, que está aberto ao público nos dias úteis das 09:00h às 17:00h (horário com uma hora de intervalo para refeição). A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI, variante Arquivo), do sexo feminino, que é responsável pelo arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.7. Arquivo Municipal de Vila Flor

O Município de Vila Flor tem 265,8 Km², 6.050 habitantes e uma densidade populacional de 22,8 hab./Km². Não possui serviço de Arquivo Municipal nem recursos humanos afetos. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.8. Arquivo Municipal de Vimioso

O Município de Vimioso tem 481,6 Km², 4.149 habitantes e uma densidade populacional de 8,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, que está aberto ao público nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Económico-social e Cultural.

Tem 3 gestores de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em CI), do sexo feminino, que é responsável pelo arquivo; 2 assistentes técnicos (1 com o 12.º ano, do sexo masculino, e 1 com o 9.º ano, do sexo feminino). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

5.8.9. Arquivo Municipal de Vinhais

O Município de Vimioso tem 694,8 Km², 7.768 habitantes e uma densidade populacional de 11,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, que está aberto ao público nos dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h. A unidade orgânica de que depende é a Unidade de Administração Geral.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Pós-Graduação em outra área do conhecimento), do sexo feminino, que é responsável pelo arquivo. O Município candidatou-se ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

A sub-região Terras de Trás-os-Montes – NUTS III é constituída por 9 municípios sendo que 8 possuem Arquivo Municipal (88,9%), encontrando-se afetos 16 gestores da informação:

- 75,0% são do sexo feminino e 25,0% do sexo masculino com destaque de diferença nas categorias de Técnico Superior (50,6% vs. 6,3%);
- Na formação académica salienta-se a preponderância da Pós-Graduação em CI (50,0%), seguida do ensino não universitário (31,4%). Total de formação em CI: 50,0%;
- Quanto às faixas etárias verifica-se prevalência das faixas acima dos 51 – 60 anos (56,3%);
- A maioria dos Arquivos Municipais encontra-se aberta ao público (75,0%), e não se candidatou ao PARAM (62,5%).

Tabela 24 – Gestores da informação nos Arquivos Municipais da Sub-Região TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – NUTS III. Fonte: Autores.

Quantidade, categoria e sexo											
	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	1	8	2	4	1	0	0	0	4	12	16
Porcentagem (/16)	6,3%	50,0%	12,5%	25,0%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	75,0%	100,0%
Quantidade e habilitações											
	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc./Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	0	0	8	2	0	1	3	1
Porcentagem (/16)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	12,5%	0,0%	6,3%	18,8%	6,3%	6,3%
Quantidade e faixas etárias											
	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
	Totais	0		1		6		6		3	
Porcentagem (/16)	0,0%		6,3%		37,5%		37,5%		18,8%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	8	1	6	2	3	5					
Porcentagem (/9; /8)	88,9%	11,1%	75,0%	25,0%	37,5%	62,5%					

6. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (NUTS II)

6.1. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (NUTS III)

A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Angra do Heroísmo, Calheta, Horta, Lagoa, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Praia da Vitória, Ribeira Grande, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Velas, Vila do Corvo, Vila do Porto e Vila Franca do Campo. Tem 2.322 Km², 236.413 habitantes e uma densidade populacional de 106 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores da informação dos Arquivos Municipais relativos à REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (NUTS III) foram levantados por L. S. Ascensão de Macedo, que aplicou um inquérito no Arquipélago, entre 17 de janeiro e 02 de fevereiro de 2023.

6.1.1. Arquivo Municipal de Angra do Heroísmo

O Município de Angra do Heroísmo tem 239 Km², 33.771 habitantes e uma densidade populacional de 141,3 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. A unidade orgânica de que depende é a Unidade de Serviços Integrados.

Tem 8 gestores de informação: 1 coordenador técnico (com 12.º ano); 1 assistente técnico (com 12.º ano); 6 assistentes operacionais (com 9.º ano). Todos os gestores de informação são do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.2. Arquivo Municipal de Calheta

O Município da Calheta tem 111,5 Km², 3.437 habitantes e uma densidade populacional de 27,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em 3 polos. A unidade orgânica de que depende é a Secção de Cultura, Turismo e Ação Social.

Tem 1 gestor de informação: 1 estagiário (com 12.º ano e formação BAD), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.3. Arquivo Municipal da Horta

O Município da Horta tem 172,4 Km², 14.356 habitantes e uma densidade populacional de 82,8 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público. A unidade orgânica de que depende é a Direção Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em Património Cultural e Documentação), do sexo feminino; 1 assistente técnico (com 12.º ano e formação BAD), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.4. Arquivo Municipal de Lagoa

O Município da Lagoa tem 45,6 Km², 14.189 habitantes e uma densidade populacional de 311,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, de acordo com o Regulamento n.º 497/2022, de 23 de maio (*Diário da República* n.º 99/2022, Série II de 2022-05-23, pp. 335-338), funcionando junto da Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Ação Sociocultural.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em Património Cultural), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.5. Arquivo Municipal de Lajes das Flores

O Município de Lajes das Flores tem 69,6 Km², 1.408 habitantes e uma densidade populacional de 20,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao

público, localizando-se em 4 polos. A unidade orgânica de que depende é a Direção Administrativa e Financeira.

Tem 4 gestores de informação: 4 coordenadores técnicos (com 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.6. Arquivo Municipal de Lajes do Pico

O Município de Lajes das Flores tem 154,4 Km², 4.340 habitantes e uma densidade populacional de 27,9 hab./Km². No *site* do Município não existe qualquer referência sobre o Arquivo Municipal.

Não foram rececionados dados sobre os gestores de informação afetos ao arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.7. Arquivo Municipal de Madalena

O Município de Madalena tem 149,1 Km², 6.319 habitantes e uma densidade populacional de 43,0 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em 2 polos. A unidade orgânica de que depende é a Direção Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes operacionais (com 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.8. Arquivo Municipal de Nordeste

O Município de Nordeste tem 101,5 Km², 4.368 habitantes e uma densidade populacional de 43 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Direção Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 1 coordenador técnico (com 12.º ano), do sexo feminino; 1 assistente técnico (com 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.9. Arquivo Municipal de Ponta Delgada

O Município de Ponta Delgada tem 231,9 Km², 67.229 habitantes e uma densidade populacional de 288,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis das 8:30h às 12:30h e das 13:30h às 16:30h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Cultura Turismo e Animação.

Tem 6 gestores de informação: 2 técnicos superiores (1 com Licenciatura noutra área de conhecimento e Pós-Graduação em CI; 1 com Licenciatura em CI), ambos do sexo feminino; 3 assistentes técnicos do sexo feminino (1 com o 9.º ano e Curso de 2 anos da Universidade dos Açores em Biblioteca, Arquivo e Documentos; 1 com o 11.º ano; 1 com o 12.º ano); 1 assistente técnico do sexo masculino (com o 12.º ano e curso Técnico Profissional de Arquivo). O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.10. Arquivo Municipal de Povoação

O Município de Povoação tem 110,3 Km², 5.791 habitantes e uma densidade populacional de 54,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes operacionais (com 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.11. Arquivo Municipal de Vila da Praia da Vitória

O Município de Vila da Praia da Vitória tem 162,3 Km², 19.463 habitantes e uma densidade populacional de 120,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, conforme Aviso n.º 2092/2019 (*Diário da República* n.º 26/2019, Série II de 2019-02-06), mas não está aberto ao público, localizando-se em 2 polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Jurídica.

Tem 4 gestores de informação: 1 coordenador técnico (com 12.º ano), do sexo feminino; 2 assistentes administrativos (com o 12.º ano), ambos do sexo feminino; 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.12. Arquivo Municipal de Ribeira Grande

O Município de Ribeira Grande tem 180,2 Km², 31.388 habitantes e uma densidade populacional de 174,2 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público desde 2006, nos dias úteis das 9:00h às 17:00h, localizando-se em 2 polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Cultura, Juventude e Desporto.

Tem 5 gestores de informação: 1 técnico superior (com Licenciatura em CI); 4 assistentes técnicos (com 12.º ano). Todos os profissionais são do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.13. Arquivo Municipal de Santa Cruz da Graciosa

O Município de Santa Cruz da Graciosa tem 60,9 Km², 4.095 habitantes e uma densidade populacional de 67,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em 2 polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (com 12.º ano), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.14. Arquivo Municipal de Santa Cruz das Flores

O Município de Santa Cruz das Flores tem 72,1 Km², 2.020 habitantes e uma densidade populacional de 28,5 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, localizando-se em 3 polos. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Administração Geral.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (com 12.º ano), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.15. Arquivo Municipal de São Roque do Pico

O Município de São Roque do Pico tem 144,3 Km², 3.220 habitantes e uma densidade populacional de 22,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público.

Tem 1 gestor de informação: 1 técnico superior (com formação em CI, mas sem identificar o grau de habilitações), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.16. Arquivo Municipal de Velas

O Município de Velas tem 119,1 Km², 4.936 habitantes e uma densidade populacional de 41,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis das 9:00h às 17:00h, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Administração Geral.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (com 12.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.17. Arquivo Municipal de Vila do Corvo

O Município de Vila do Corvo tem 17,1 Km², 384 habitantes e uma densidade populacional de 22,4 hab./Km². No *site* do Município não existe referência sobre o Arquivo Municipal.

Não foram rececionados dados sobre os gestores de informação afetos ao arquivo. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.18. Arquivo Municipal de Vila do Porto

O Município de Vila do Porto tem 26 Km², 5.406 habitantes e uma densidade populacional de 55,8 115,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal, mas não está aberto ao público, funcionando junto da Biblioteca Municipal. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Financeira.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (com 12.º ano), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

6.1.19. Arquivo Municipal de Vila Franca do Campo

O Município de Vila Franca do Campo tem 78 Km², 10.323 habitantes e uma densidade populacional de 132,4 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, nos dias úteis das 8:30h às 19:00h, localizando-se num único polo, junto da Biblioteca Municipal. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa e Operacional.

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes técnicos (com o 12.º ano), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

Tabela 25 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – NUTS III. Fonte: Autores.

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	0	6	4	15	5	6	4	3	13	31	44
Percentagem (/44)	0,0%	13,6%	9,1%	34,1%	11,4%	13,6%	9,1%	6,8%	29,5%	70,5%	100,0%
Quantidade e habilitações											
Notas: a)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	0	0	1	0	3	3	28	9
Percentagem (/44)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	0,0%	6,8%	6,8%	63,6%	20,5%	9,1%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
	Totais	0		23		8		10		2	
Percentagem (/43)	0,0%		53,5%		18,6%		23,3%		4,70%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a)	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	17	2	4	13	0	19					
Percentagem (/19, /17)	89,5%	10,5%	23,5%	76,5%	0,0%	100,0%					

a) Não foram obtidos dados sobre os Arquivos Municipais da Lajes do Pico e Vila do Corvo.

A sub-Região Autónoma dos Açores – NUTS III é constituída por 19 municípios, 17 possuindo Arquivo Municipal (89,5%), encontrando-se afetos a este serviço 44 profissionais de informação:

- 70,5% são do sexo feminino e 29,5% do sexo masculino. O sexo feminino sobressai nas categorias de Técnico Superior (13,6% vs. 0,0%) e Assistente Técnico (34,1% vs. 9,1%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (79,5%). Total de formação em CI: 9,1%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se prevalência da faixa entre os 31 e os 40 anos (53,5%);
- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberta ao público (76,5%) e a totalidade não se candidatou ao PARAM (100,0%).

7. REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (NUTS II)

7.1. REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (NUTS III)

A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA abrange o território da NUTS III constituído pelos municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente. Tem 801 Km², 250.744 habitantes e uma densidade populacional de 313 hab./Km².

Os dados apresentados sobre os gestores de informação dos Arquivos Municipais relativos às REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (NUTS III) foram levantados por L. S. Ascensão de Macedo, que aplicou um inquérito no Arquipélago, entre 11 de fevereiro de 2022 e 3 de março de 2022.

7.1.1. Arquivo Municipal de Calheta

O Município da Calheta tem 111,5 Km², 10.915 habitantes e uma densidade populacional de 97,9 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público. Os serviços de informação funcionam no horário geral de expediente, por agendamento prévio. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Educação, Ação Social e Cultura.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente operacional (auxiliar técnico de BAD) integrado na Secção de Cultura, Turismo e Ação Social, não sendo claro se este trabalhador/a se encontra afeto ao serviço da Biblioteca ou do Arquivo Municipal. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.2. Arquivo Municipal de Câmara de Lobos

O Município de Câmara de Lobos tem 52,2 Km², 32.162 habitantes e uma densidade populacional de 616,5 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público. Os serviços de informação funcionam no horário geral de expediente, por agendamento prévio. A unidade orgânica de que depende é a Administração Geral da Divisão de Gestão Administrativa.

Não possui gestores de informação. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.3. Arquivo Municipal de Funchal

O Município do Funchal tem 76,2 Km², 105.782 habitantes e uma densidade populacional de 1.387,9 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público, desde 1931, no horário geral de expediente, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Atendimento e Administração.

Tem 4 gestores de informação: 1 técnico superior (Pós-Graduação em CI, variante Arquivo), do sexo feminino e na faixa etária 51-60 anos; 3 assistentes operacionais

(9.º ano), dois do sexo feminino e 1 do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.4. Arquivo Municipal de Machico

O Município de Machico tem 68,3 Km², 19.593 habitantes, e uma densidade populacional de 287,1 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público. Os serviços de informação funcionam no horário geral de expediente, por agendamento prévio e por correio eletrónico. A unidade orgânica de que depende é a Secretaria Geral da Divisão Administrativa.

Não tem gestores de informação. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.5. Arquivo Municipal de Ponta do Sol

O Município de Ponta do Sol tem 46,2 Km², 8.860 habitantes, e uma densidade populacional de 180,7 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público. A unidade orgânica de que depende é a Divisão de Gestão de Recursos. Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.6. Arquivo Municipal de Porto Moniz

O Município de Porto Moniz tem 82,9 Km², 2.517 habitantes, e uma densidade populacional de 30,4 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público. Os serviços de informação funcionam no horário geral de expediente por agendamento prévio. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Financeira.

Tem 3 gestores de informação: 2 assistentes técnicos (12.º ano), 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; 1 assistente operacional (9.º ano), do sexo masculino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.7. Arquivo Municipal de Porto Santo

O Município de Porto Santo tem 42,5 km², 5.149 habitantes e uma densidade populacional de 120,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público. Os serviços de informação funcionam no horário geral de expediente por agendamento prévio.

Tem 2 gestores de informação: 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo masculino; 1 assistente operacional (cuja formação não é indicada), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.8. Arquivo Municipal de Ribeira Brava

O Município de Ribeira Brava tem 65,4 Km², 12.680 habitantes e uma densidade populacional de 193,7 hab./Km². Possui Arquivo Municipal mas não está aberto ao público. Os serviços de informação funcionam no horário geral de expediente, por

agendamento prévio. A unidade orgânica de que depende é a Secção de Expediente e Arquivo da Divisão de Gestão e Planeamento.

Tem 1 gestor de informação: 1 assistente técnico (12.º ano), do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.9. Arquivo Municipal de Santa Cruz

O Município de Santa Cruz tem 81,5 Km², 42.168 habitantes e uma densidade populacional de 518,6 hab./Km². Possui Arquivo Municipal aberto ao público no horário geral de expediente, localizando-se num único polo. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa. Está, desde 2019, em processo de aprovação o Regulamento do Arquivo Municipal de Santa Cruz.

Tem 2 gestores de informação: 2 assistentes técnicos (12.º ano), ambas do sexo feminino. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.10. Arquivo Municipal de Santana

O Município de Santana tem 95,6 Km², 6.553 habitantes e uma densidade populacional de 68,6 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público. Os serviços de informação funcionam no horário geral de expediente por agendamento prévio. A unidade orgânica de que depende é a Divisão Administrativa, Jurídica e Financeira.

Não tem gestores de informação. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

7.1.11. Arquivo Municipal de São Vicente

O Município de São Vicente tem 78,8 km², 4.865 habitantes e uma densidade populacional de 61,7 hab./Km². Não possui Arquivo Municipal aberto ao público.

Tem 2 colaboradores (Licenciatura em CI) a desenvolver funções não afetas a arquivo. O Município tem técnicos superiores (Licenciaturas em Comunicação, Cultura e Organizações, e Ciências da Cultura) na Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos. O Município não se candidatou ao PARAM (Henriques, 2008, pp. 72-74).

A sub-Região Autónoma da Madeira – NUTS III é constituída por 11 municípios, possuindo 2 deles Arquivo Municipal (18,2%), com 12 profissionais de informação afetos. Os dados abaixo considerados não representam a globalidade da sub-região porque diversos municípios não forneceram toda a informação solicitada:

- 66,7% são do sexo feminino e 33,3% do sexo masculino, com destaque de diferença nas categorias de Assistente Técnico (33,3% vs. 16,7%);
- Na formação académica, salienta-se a preponderância do ensino não universitário (80,0%) seguido da Pós-Graduação (10,0%). Total de formação em CI: 10,0%;
- Quanto às faixas etárias, verifica-se uma prevalência das faixas com mais de 51 anos (69,3%);

- A maioria dos Arquivos Municipais não se encontra aberta ao público (81,8%) e a totalidade não se candidatou ao PARAM (100,0%).

Tabela 26 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais da REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – NUTS III. Fonte: Autores.

Quantidade, categoria e sexo											
Notas: a) b)	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Totais	0	1	2	4	2	3	0	0	4	8	12
Porcentagem (/12)	0,0%	8,3%	16,7%	33,3%	16,7%	25,0%	0,0%	0,0%	33,3%	66,7%	100%
Quantidade e habilitações											
Notas: a) b)	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
	Totais	0	0	0	0	1	0	0	0	4	4
Porcentagem (/10)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%	40,0%	40,0%	10,0%
Quantidade e faixas etárias											
Notas: a)	21 – 30 Anos		31 – 40 Anos		41 – 50 Anos		51 – 60 Anos		≥ 61 Anos		
Totais	0		3		1		4		5		
Porcentagem (/13)	0,0%		23,1%		7,7%		30,8%		38,5%		
Possui Arquivo Municipal; Aberto ao público; Candidatura ao PARAM											
Notas: a) c)	Possui Arq. Municipal		Aberto ao público		Candidatura ao PARAM						
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não					
Totais	2	9	2	9	0	11					
Porcentagem (/11)	18,2%	81,8%	18,2%	81,8%	0,0%	100,0%					

- No Arquipélago da Madeira, 2 Municípios possuem Arquivo Municipal, enquanto outros 9 não possuem.
- Os Arquivos Municipais de Câmara de Lobos, Machico, Santana e São Vicente não forneceram dados sobre categoria, sexo e habilitações.
- Não foram obtidos dados sobre a integração de Técnicos Superiores.

B. ANÁLISE DOS DADOS DAS SUB-REGIÕES – NUTS III

1. GESTORES DE INFORMAÇÃO

Tabela 27 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais das Sub-Regiões NUTS III: quantidade por sub-região, categoria ($n=1043$) e sexo ($n=1218$). Fonte: Autores.

	Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Coordenador Técnico		Subtotais		Totais
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Algarve	11	14	10	32	4	6	1	2	25	56	81
Alentejo Litoral	3	6	3	16	1	3	0	0	7	25	32
Baixo Alentejo	3	6	4	13	2	3	0	0	9	22	31
Lezíria do Tejo	3	4	1	10	1	3	0	0	5	17	23
Alto Alentejo	6	10	2	13	3	2	0	0	11	25	36
Alentejo Central	1	10	4	6	0	2	0	0	5	19	29
Área Metropolitana de Lisboa	26	72	19	63	11	17	5	4	92	190	298
Oeste	3	1	4	7	0	3	2	1	9	12	21
Aveiro	6	5	3	10	3	4	0	0	12	19	31
Coimbra	5	18	4	16	1	0	1	2	11	36	47
Leiria	3	7	3	16	3	4	0	2	9	29	38
Viseu Dão-Lafões	4	4	1	8	2	0	0	0	8	11	19
Beira Baixa	0	3	2	10	3	0	0	0	5	13	18
Médio Tejo	1	10	8	12	2	7	0	0	11	29	40
Beiras e Serra da Estrela	6	7	6	6	1	1	1	2	14	18	32
Alto Minho	4	8	5	25	5	8	0	1	14	42	56
Cávado	2	4	5	10	0	3	0	0	7	17	24
Ave	5	7	9	15	1	3	0	1	15	26	41
Área Metropolitana do Porto	16	35	12	18	3	10	0	3	70	132	202
Alto Tâmega	0	1	1	4	0	0	0	1	1	6	7
Baixo Tâmega e Sousa	3	8	4	8	0	3	0	0	7	19	26
Douro	4	6	6	11	3	5	0	1	13	23	36
Terras de Trás-os-Montes	1	8	2	4	1	0	0	0	4	12	16
Açores	0	6	4	15	5	6	4	3	13	31	44
Madeira	0	1	2	4	2	3	0	0	4	8	12
Totais parcelares	116	261	124	352	57	96	14	23	381	837	1240
Totais	377		476		153		37		1218		
Percentagem (/1043; /1218)	11,1%	25,0%	11,9%	33,7%	5,5%	9,2%	1,3%	2,2%	31,3%	68,7%	100,0%

Considerando que nem todos os Arquivos Municipais forneceram os dados solicitados ou não foram suficientemente esclarecedores, a tabela não contempla a totalidade dos gestores de informação no que se refere à imputação por sexo nas diversas categorias profissionais, ou seja, 1043 num total de respostas obtidas de 1218 gestores de informação (salientando-se os Arquivos Municipais de Lisboa e Porto dada a quantidade de colaboradores). No entanto, é possível ter em consideração a globalidade do

universo masculino e feminino (381 do sexo masculino: 31,3%; 837 do sexo feminino: 68,7% em 1218 gestores de informação) para um estudo de paridade na profissão.

Em termos de categorias profissionais (1043 gestores de informação), a prevalência de gestores de informação femininos é mais acentuada nos Assistentes Técnicos (33,7% vs. 11,9%) e nos Técnicos Superiores (25,0% vs. 11,1%).

Da análise ao total obtido por sexo (1218 gestores de informação), verifica-se que se trata de uma profissão com acentuada prevalência feminina (68,7% vs. 31,3%).

Tabela 28 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais das Sub-Regiões NUTS III: quantidade por sub-regiões e habilitações (n=1121).
Fonte: Autores.

	Dout. CI	Dout. noutra área	Mestr. CI	Mestr. noutra área	Pós-Grad. CI	Pós-Grad. noutra área	Licenc. /Bach. CI	Licenc. noutra área	12.º Ano	9.º Ano	Outra formação
Algarve	1	1	3	1	12	4	1	8	34	8	8
Alentejo Litoral	1	1	2	0	3	0	0	0	21	2	2
Baixo Alentejo	0	0	0	1	5	2	1	2	15	4	1
Lezíria do Tejo	0	0	2	0	3	0	2	2	8	5	1
Alto Alentejo	0	1	3	4	2	0	3	9	19	1	15
Alentejo Central	0	0	3	2	5	1	1	3	10	2	0
Área Metropolitana de Lisboa	0	1	10	1	38	38	1	19	82	24	18
Oeste	0	0	2	1	1	0	1	4	6	3	0
Aveiro	1	0	2	3	2	0	6	3	8	3	3
Coimbra	1	0	3	2	7	1	9	5	16	2	3
Leiria	0	0	2	1	4	2	3	6	14	6	1
Viseu Dão-Lafões	0	0	1	2	6	0	0	2	9	1	1
Beira Baixa	0	0	1	2	2	0	0	3	9	2	1
Médio Tejo	0	0	2	1	5	1	2	1	20	8	0
Beiras e Serra da Estrela	5	0	1	1	4	1	1	2	10	4	3
Alto Minho	0	0	3	0	7	2	3	4	36	2	19
Cávado	0	0	4	0	1	0	0	1	13	3	7
Ave	1	0	1	0	7	0	1	3	26	7	18
Área Metropolitana do Porto	1	2	4	14	25	3	11	44	55	33	20
Alto Tâmega	0	0	0	0	2	0	0	1	3	2	1
Baixo Tâmega e Sousa	3	1	1	1	5	0	2	0	5	3	6
Douro	4	0	1	2	4	1	1	3	13	1	7
Terras de Trás-os-Montes	0	0	0	0	8	2	0	1	3	1	1
Açores	0	0	0	0	1	0	3	3	28	9	4
Madeira	0	0	0	0	1	0	0	0	4	4	1
Totais parcelares	18	7	51	39	160	58	52	129	467	140	139
Percentagem (/1121)	1,6%	0,6%	4,5%	3,5%	14,3%	5,2%	4,6%	11,5%	41,7%	12,5%	12,5%

Considerando que nem todos os Arquivos Municipais forneceram os dados solicitados ou não foram suficientemente esclarecedores, a tabela não contempla a totalidade dos gestores de informação no que se refere à imputação por habilitações, ou

seja, 1121 num total de 1240 gestores de informação (não foram considerados os valores referentes à categoria “Outra formação”, pois a mesma resulta na sua totalidade de cursos realizados pela BAD e cujos titulares já se encontram incluídos nas restantes categorias).

Da análise ao total obtido (1121 gestores de informação), verifica-se uma prevalência dos profissionais que não possuem formação de ensino superior (607 gestores = 54,2%): 12.º Ano (467 gestores = 41,7%); 9.º Ano (140 gestores = 12,5%).

Em termos de formação superior, salientam-se as habilitações de Pós-Graduação em CI (160 gestores = 14,3%) e de Licenciatura em outras áreas que não CI (129 gestores = 11,5%). Verifica-se pouca prevalência de colaboradores com formação superior em CI: Doutoramento – 18 gestores (1,6%); Mestrado – 51 gestores (4,5%); Pós-Graduação – 160 gestores (14,3%); Licenciatura – 52 gestores (4,6%).

Os valores totalizam 281 profissionais com formação em CI, o que corresponde a 25,1% do universo dos gestores de informação, demonstrando um significativo défice de gestores de informação detentores de formação superior em CI em exercício de funções nos Arquivos Municipais.

Tabela 29 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais das Sub-Regiões NUTS III: quantidade por sub-regiões e faixas etárias ($n=982$). Fonte: Autores.

	21 – 30 anos	31 – 40 anos	41 – 50 anos	51 – 60 anos	≥ 61 anos
Algarve	2	12	29	24	14
Alentejo Litoral	0	6	13	6	2
Baixo Alentejo	1	4	13	8	3
Lezíria do Tejo	1	1	6	10	4
Alto Alentejo	1	7	12	15	1
Alentejo Central	1	2	11	5	4
Área Metropolitana de Lisboa	3	26	67	78	13
Oeste	1	5	9	2	1
Aveiro	1	4	10	7	2
Coimbra	3	6	18	14	6
Leiria	0	7	14	14	3
Viseu Dão-Lafões	2	3	8	4	2
Beira Baixa	0	3	5	6	2
Médio Tejo	0	6	18	14	2
Beiras e Serra da Estrela	1	3	12	9	2
Alto Minho	0	11	31	9	4
Cávado	1	0	7	11	3
Ave	1	4	20	12	6
Área Metropolitana do Porto	3	10	60	32	5
Alto Tâmega	0	1	1	4	0
Baixo Tâmega e Sousa	0	4	5	7	1
Douro	1	8	11	10	1
Terras de Trás-os-Montes	0	1	6	6	3
Açores	0	23	8	10	2
Madeira	0	3	1	4	5
Totais parcelares	23	160	395	321	91
Percentagem (/990)	2,3%	16,2%	39,9%	32,4%	9,2%

Considerando que nem todos os Arquivos Municipais forneceram os dados solicitados ou não foram suficientemente esclarecedores, a tabela não contempla a totalidade dos gestores de informação no que se refere à imputação por faixas etárias, ou seja, 990 num total de 1240 gestores de informação.

Da análise ao total obtido (990 gestores de informação), verifica-se uma prevalência na faixa etária entre os 41 e 50 anos com 395 gestores (39,9%), seguido dos colaboradores que se inserem na faixa etária entre 51 e 60 anos com 321 gestores (32,4%). Considerando que os colaboradores: com mais de 41 anos perfazem 81,5% (807 gestores); com mais de 51 anos situam-se nos 41,6% (412 gestores) e que os colaboradores com menos de 40 anos totalizam 18,5% (183 gestores), poder-se-á concluir que se trata de uma profissão pouco rejuvenescida.

Tabela 30 – Gestores de informação nos Arquivos Municipais das Sub-Regiões NUTS III: Possui Arquivo Municipal ($n=308$); Aberto ao público ($n=268$); Candidatura ao PARAM ($n=258$); Integração de Técnico Superior com o PARAM ($n=31$). Fonte: Autores.

	Possui Arquivo Municipal		Aberto ao público		Adesão ao PARAM		Integração de Técnico Superior durante o PARAM
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Algarve	14	2	10	4	6	8	6
Alentejo Litoral	5	0	5	0	2	3	2
Baixo Alentejo	13	0	8	5	6	7	2
Lezíria do Tejo	11	0	4	7	2	9	-
Alto Alentejo	10	5	5	10	7	8	-
Alentejo Central	10	4	7	3	4	6	2
Área Metropolitana de Lisboa	17	1	16	1	6	11	4
Oeste	10	2	5	5	2	8	-
Aveiro	9	2	5	4	4	5	1
Coimbra	15	4	3	12	3	12	1
Leiria	9	1	4	5	3	6	-
Viseu Dão-Lafões	9	5	3	5	1	8	1
Beira Baixa	6	0	4	2	1	4	-
Médio Tejo	12	1	9	3	5	7	-
Beiras e Serra da Estrela	12	3	8	4	4	5	3
Alto Minho	10	0	9	1	6	4	-
Cávado	6	0	4	2	3	3	-
Ave	8	0	7	-	2	6	-
Área Metropolitana do Porto	16	1	14	2	8	8	5
Alto Tâmega	3	3	3	0	3	0	-
Baixo Tâmega e Sousa	9	2	5	4	2	7	1
Douro	16	3	7	9	6	10	3
Terras de Trás-os-Montes	8	1	6	2	3	5	8
Açores	17	2	4	13	0	19	-
Madeira	2	9	2	9	0	11	-
Totais parcelares	265	43	159	109	89	169	31
Totais (n)	308		268		258		
Percentagem (/308, /268, /258, /87)	86,0%	14,0%	58,4%	41,6%	34,5%	65,5%	35,6%

Considerando que nem todos os Arquivos Municipais forneceram os dados solicitados ou não foram suficientemente esclarecedores, a tabela não contempla a totalidade dos dados referentes à caracterização de cada um dos Arquivos Municipais, que constituem cada uma das NUTS III.

Da análise dos 308 municípios analisados, verifica-se uma acentuada prevalência dos que possuem Arquivo Municipal que totalizam 265 (86,0%).

No que se refere aos Municípios que possuem Arquivo Municipal, das 268 respostas obtidas verifica-se que 159 (58,4%) informaram ter arquivo aberto ao público, quantidade que reflete a necessidade de uma política arquivística nacional para os arquivos, e em particular para os Arquivos Municipais, que promova o acesso à informação aos cidadãos. De igual modo, para que permita às entidades da Administração Pública Local serem instituições de promoção da transparência ativa e da Integridade pública, bem como da justiça social, como definida no âmbito do ODS 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Dos Municípios que responderam ao inquérito, verifica-se que somente 87 informam ter beneficiado de apoio no âmbito da adesão ao programa PARAM, de um total de 114 candidaturas aprovadas entre 1998 e 2008, conforme consta no *Relatório de Avaliação do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais*, elaborado por Cecília Henriques em 2008. Deste universo, somente 27 Arquivos Municipais afirmam ter integrado técnicos superiores, num total de 31 gestores de informação (à data da realização do *Relatório*, e de acordo com o mesmo, existiam 86 municípios com processos de intenção de participar). No entanto, salientamos que muitos arquivos não foram esclarecedores acerca deste assunto.

Considerando que se candidataram ao programa PARAM somente 114 Municípios de 308 existentes, verifica-se que a quantidade de arquivos que aderiram é relativamente baixa face às mais-valias que o Programa poderia introduzir na dinamização de um arquivo, quer em termos estruturais quer em termos logísticos ou, ainda, de recursos humanos. Assim, e de acordo com o referido *Relatório*, registaram-se 114 (37,0%) adesões enquanto 194 municípios (63,0%) não se candidataram.

O PARAM pressupunha a existência, ou a integração, de colaborador/es na categoria profissional Técnico Superior no Arquivo Municipal durante o processo de adesão e concretização do projeto apresentado por cada Município. Dos 87 Arquivos Municipais de que obtivemos resposta afirmativa de que tinham aderido ao PARAM, verifica-se que:

- 31 Técnicos Superiores foram integrados nos seguintes Arquivos Municipais: Albergaria-a-Velha, Barreiro, Covilhã, Espinho, Ferreira do Alentejo, Lagoa, Fundão, Loulé, Lousada, Matosinhos, Mealhada, Mêda, Montemor-o-Novo, Penalva do Castelo, Póvoa do Varzim, Santiago do Cacém, Serpa, Sesimbra, Silves, Sines, Tarouca, Tavira, Torre do Moncorvo, Vale de Cambra, Valongo, Vila Real, Vila Real de Santo António;

- 15 Arquivos Municipais não integraram Técnico Superior por já possuírem colaborador/es nessa categoria: Águeda, Almada, Anadia, Aveiro, Mértola, Monsaraz, Montijo, Moura, Palmela, Redondo, Seixal, Torres Vedras, Vendas Novas, Vidigueira, Vila Nova da Gaia.

2. MAPAS NACIONAIS

Após a elaboração das tabelas nacionais, e no sentido de permitir uma leitura ilustrada, considera-se como oportuno apresentar dois mapas que refletem diversos dados referentes à distribuição no território nacional dos arquivos municipais e, dentro destes, dos recursos humanos (gestores de informação).

Assim, no Mapa 1 apresenta-se a distribuição, a nível nacional, dos arquivos municipais, abertos e fechados ao público, bem como dos municípios sem arquivo municipal.

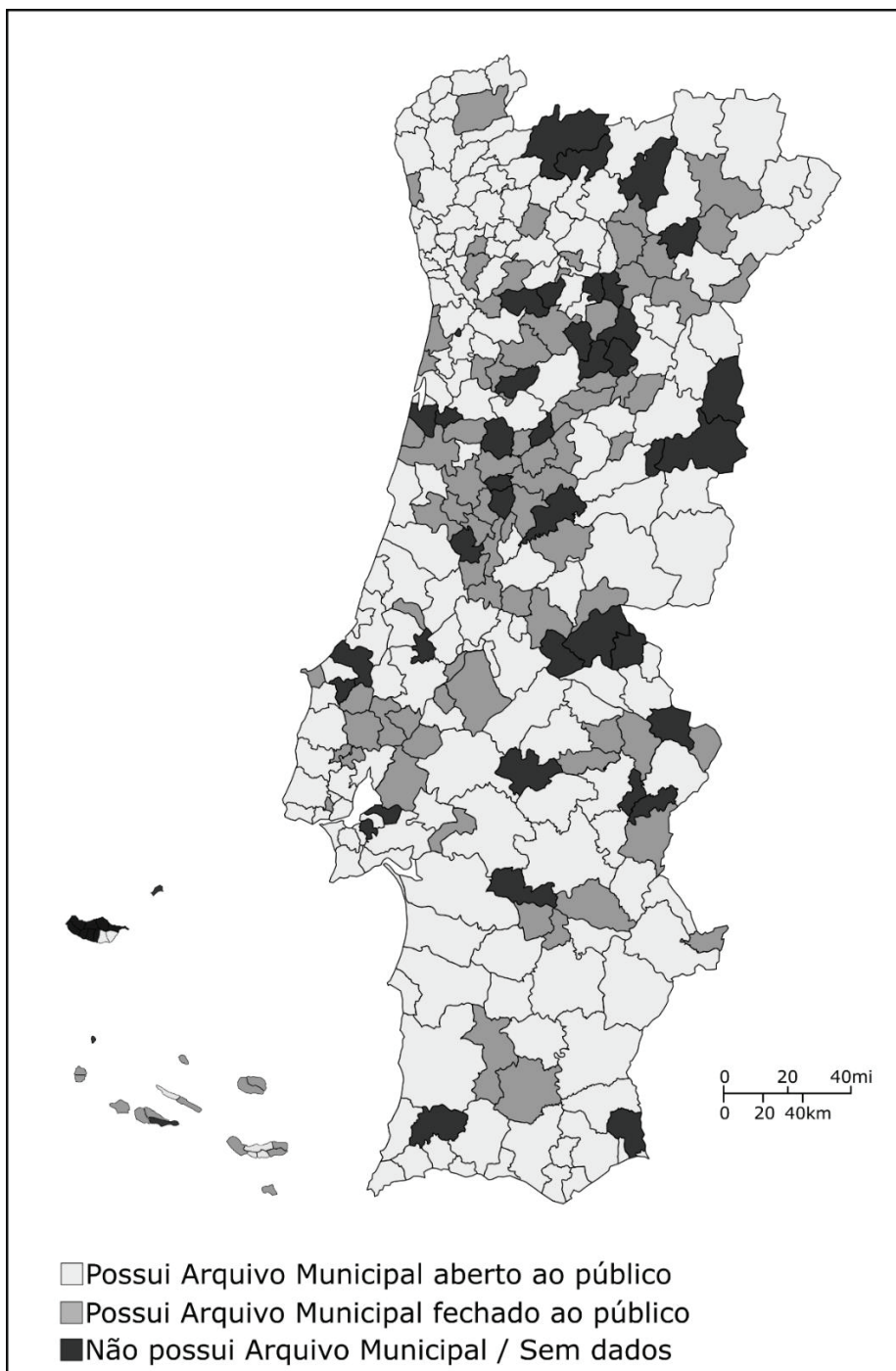
No Mapa 2 apresenta-se a distribuição geográfica, por Município, dos gestores de informação, de acordo com a sua formação em CI, refletindo deste modo o contexto nacional.

Considerando que nem todos os Arquivos Municipais forneceram os dados solicitados, a tabela não contempla a totalidade dos responsáveis de arquivos no que se refere à imputação por categoria profissional, faixas etárias e sexo, permitindo, no entanto, obter uma tendência.

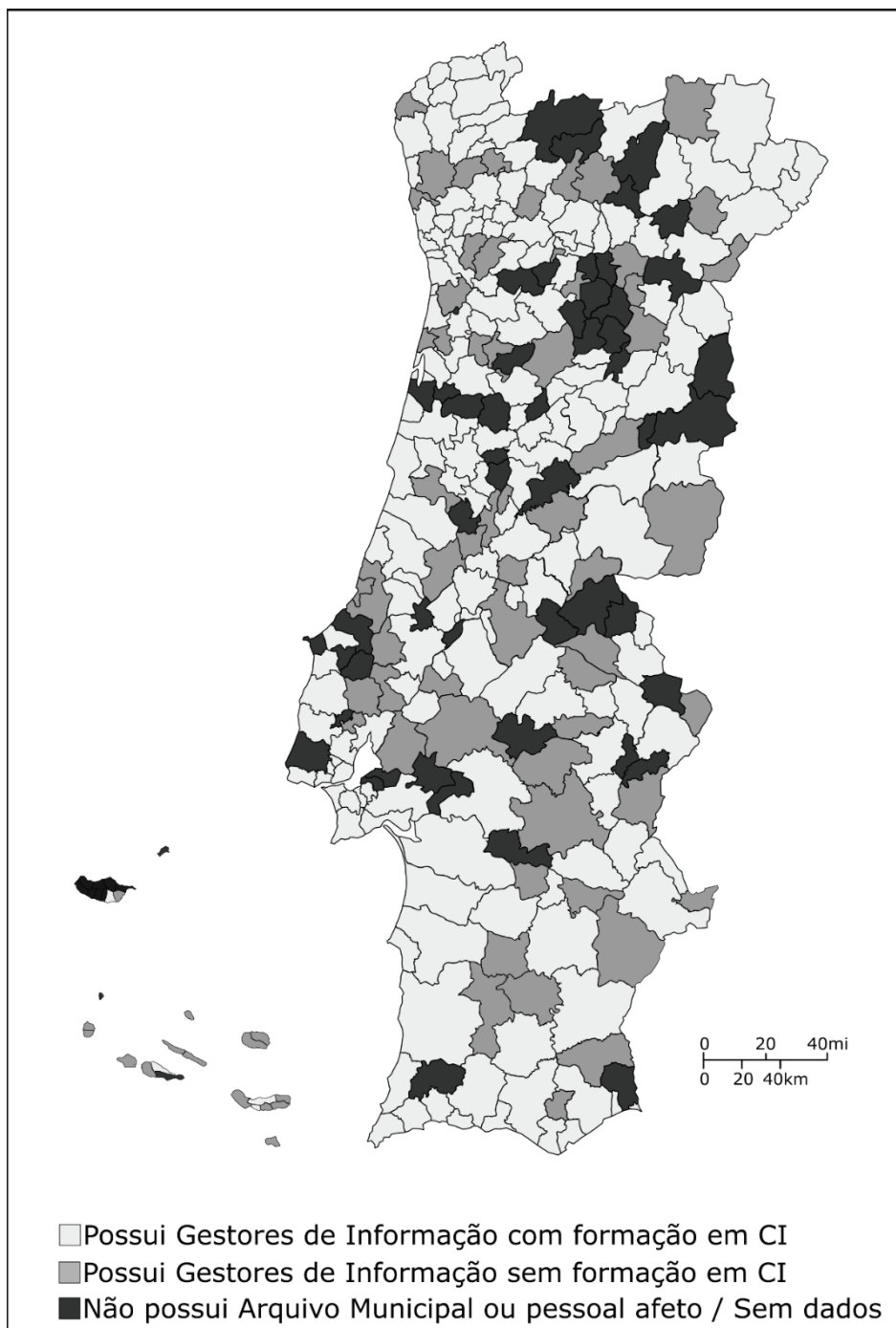
Nos dados recolhidos, são indicados 151 responsáveis dos arquivos, verificando-se que a categoria profissional com maior quantidade de profissionais é a de Técnico Superior com 138 (91,4%), registando-se ainda 13 responsáveis na categoria de Assistentes Técnicos (8,6%).

Nos dados recolhidos, no que se refere às faixas etárias dos 178 responsáveis dos arquivos, a maior quantidade de profissionais é a faixa dos 41 a 50 anos (99 = 55,6%), seguida da faixa dos 51 a 60 anos (41 = 23,0%). Saliente-se que as três faixas com idades mais elevadas somam 147 profissionais (82,6%), enquanto se regista uma diminuta quantidade das faixas etárias mais baixas (31 = 17,4%), representando um envelhecimento dos profissionais no exercício da função de responsáveis pelos Arquivos Municipais.

No que se refere aos dados recolhidos referentes ao sexo dos 178 responsáveis pelos arquivos, registam-se 112 profissionais do sexo feminino e 66 do sexo masculino, verificando-se também a prevalência feminina (62,9% vs. 37,1%) na coordenação do serviço, em sintonia com a feminização da profissão, tendência que remonta, pelo menos, à década de 80 do século XX.



Mapa 1 – Distribuição, a nível nacional, dos arquivos municipais, abertos e fechados ao público, bem como dos municípios sem arquivo municipal.
 Elaborado por: André Melícias.



Mapa 2 – Distribuição, a nível nacional, dos arquivos municipais detentores de profissionais de informação, com e sem formação em Ciência da Informação.

Elaborado por: André Melícias.

4. RESPONSÁVEIS DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

Tabela 31 – Responsáveis de Arquivos Municipais das Sub-Regiões NUTS III: quantidade por categoria profissional ($n=151$), faixas etárias ($n=178$) e sexo ($n=178$). Fonte: Autores.

	Categoria profissional					Faixas etárias e sexo									
	Técnico Superior	Assistente Técnico	S/ Arquivo Municipi-	S/ Recursos Humana-	S/ Informação	21 – 30		31 – 40		41 – 50		51 – 60		≥ 61	
						M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Algarve	2	0	0	2	12	0	1	1	0	4	7	0	0	0	1
Alentejo Litoral	0	0	0	0	5	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0
Baixo Alentejo	Sem informação					0	1	1	1	4	4	1	1	1	0
Lezíria do Tejo	5	2	0	1	1	1	0	1	0	1	1	2	2	1	0
Alto Alentejo	9	1	0	0	8	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Alentejo Central	2	0	1	2	0	0	0	0	3	2	3	0	2	0	0
Área Metropolitana de Lisboa	9	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	4	0	0
Oeste	4	0	2	3	0	0	0	0	1	3	2	1	0	0	0
Aveiro	5	2	2	0	0	0	0	1	0	2	1	2	3	0	0
Coimbra	11	0	1	3	0	0	0	1	2	1	5	1	4	0	0
Leiria	7	1	0	1	0	0	0	1	0	1	4	1	1	0	0
Viseu Dão-Lafões	6	1	5	0	0	0	0	1	1	2	4	0	0	1	0
Beira Baixa	3	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0
Médio Tejo	7	1	0	2	1	0	0	0	4	1	5	0	0	0	0
Beiras e Serra da Estrela	8	1	3	0	0	0	0	0	0	4	4	0	2	0	1
Alto Minho	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Cávado	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Ave	5	0	0	0	0	Sem informação									
Área Metropolitana do Porto	15	1	1	0	1	0	0	0	1	1	9	1	4	0	0
Alto Tâmega	2	0	3	3	0	Sem informação									
Baixo Tâmega e Sousa	9	0	2	1	1	0	0	1	2	2	3	0	1	0	0
Douro	7	3	3	3	0	0	0	1	1	1	4	0	3	1	1
Terras de Trás-os-Montes	4		1	1	2	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
Açores	Sem informação					Sem informação									
Madeira	Sem informação					Sem informação									
Totais	138	13	25	22	33	1	2	9	19	35	64	11	30	4	3
						3 (1,7%)		28 (15,7%)		99 (55,6%)		41 (23,0%)		7 (3,9%)	
	151					Masculino: 66 = 37,1%					Feminino: 112 = 62,9%				
Percentagem (/151; /178)	91,4 %	8,6 %				0,6 %	1,1 %	5,1 %	10,7 %	19,7 %	36,0 %	6,2 %	16,9 %	2,2 %	1,7 %

Tabela 32 – Responsáveis de Arquivos Municipais das Sub-Regiões NUTS III: quantidade por habilitações ($n=210$). Fonte: Autores.

	Habilitações										
	Doutoramento CI	Doutoramento noutra Área	Mestrado CI	Mestrado noutra Área	Pós- Graduação CI	Pós-Graduação noutra Área	Licenciatura CI	Licenciatura noutra Área	12.º Ano	Curso Técnico Profissional BAD	9.º Ano
Algarve	1	0	3	2	4	1	1	1	1	0	0
Alentejo Litoral	0	0	2	0	1	0	0	1	0	0	0
Baixo Alentejo	0	1	0	2	4	2	1	1	2	0	1
Lezíria do Tejo	0	0	2	0	1	0	2	2	2	0	0
Alto Alentejo	1	0	1	0	1	1	2	3	1	0	0
Alentejo Central	0	0	4	1	3	1	0	0	1	0	0
Área Metropolitana de Lisboa	0	1	1	0	6	0	1	0	0	0	0
Oeste	0	0	1	3	1	0	0	2	0	0	0
Aveiro	0	0	1	1	2	0	2	0	2	1	1
Coimbra	1	0	2	0	5	0	4	1	0	0	0
Leiria	0	0	2	0	3	1	1	0	1	0	1
Viseu Dão-Lafões	0	0	0	3	4	0	0	0	2	1	0
Beira Baixa	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0
Médio Tejo	0	0	2	0	5	0	0	2	1	0	0
Beiras e Serra da Estrela	1	0	2	1	5	1	0	0	2	0	0
Alto Minho	0	0	1	0	6	0	1	0	0	0	0
Cávado	0	0	2	0	2	0	0	2	0	0	0
Ave	0	0	1	0	4	0	1	2	0	0	0
Área Metropolitana do Porto	0	1	1	2	8	2	1	0	0	1	0
Alto Tâmega	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Baixo Tâmega e Sousa	1	0	0	0	4	0	3	1	0	0	0
Douro	0	1	1	0	2	1	1	4	3	0	0
Terras de Trás-os-Montes	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0
Açores	Sem informação										
Madeira	Sem informação										
Totais	5	4	29	15	77	11	22	23	18	3	3
Percentagem (/210)	2,4%	1,9%	13,8%	7,1%	36,7%	5,2%	10,5%	11,0%	8,6%	1,4%	1,4%

Considerando que nem todos os Arquivos Municipais forneceram os dados solicitados, a tabela não contempla a totalidade dos responsáveis de arquivos no que se refere à imputação por habilitações.

Refira-se que nos dados abaixo apresentados diversos responsáveis pelos arquivos possuem mais de que uma formação superior.

Analisando os dados recolhidos de 210 responsáveis dos arquivos verifica-se que a habilitação académica que se destaca é a Pós-Graduação em CI (77 = 36,7%), seguida pelo Mestrado em CI (29 = 13,8%) e, por fim, pela Licenciatura noutra área de conhecimento que não CI (23 = 11,0%). Verifica-se que os responsáveis com habilitações em CI totalizam 133 gestores de informação (63,3%), o que representa uma percentagem com fraca expressão no cômputo geral. São ainda referidos 18 responsáveis com o 12.º ano de escolaridade (8,6%), percentagem algo significativa.

CONCLUSÃO

Este estudo debruça-se sobre a caracterização dos profissionais gestores de informação que exercem a sua atividade nos Arquivos Municipais nas Câmaras Municipais de Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Para a concretização dessa caracterização foram analisadas diversas variáveis: a categoria profissional, as habilitações académicas, as faixas etárias e o sexo. Para o efeito, colocou-se como pergunta de partida: *Qual o perfil do Profissional Gestor de Informação nos Arquivos Municipais Portugueses no Continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores?*

Paralelamente apresenta informação sobre os arquivos enquanto instituições, designadamente no que se refere à sua existência e à sua abertura ao público, assim como a sua adesão ao PARAM, uma vez que a atividade dos profissionais de informação está diretamente relacionada com as condições da sua existência, do cumprimento da sua missão, impossível de concretizar quando encerrados ao público. Para além disso, a informação relativa ao PARAM é relevante quando este contribuiu para a integração de técnicos superiores nos Arquivos Municipais, apesar de algumas exceções menos positivas.

A sua realização assenta em trabalhos de investigação sobre os Arquivos Municipais e os seus profissionais de informação ou gestores de informação, desenvolvidos no âmbito de dissertações de mestrado apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Também na recolha de dados efetuada pela equipa de *Information Science* do Centro de Estudos Clássicos, designadamente por Carlos Guardado da Silva e L. S. Ascensão de Macedo. E, ainda, pela Área da Profissão da BAD, designadamente por Luísa Alvim.

De natureza qualitativa, o estudo assentou na recolha de dados através da aplicação de inquérito por questionário aos Arquivos Municipais e na posterior análise desses mesmos dados, a qual possibilitará aferir as características dos profissionais a nível nacional, assim como os responsáveis pelos arquivos que, por vezes, não estão diretamente a desempenhar funções no serviço de arquivo.

Obtivemos resposta dos 308 municípios, independentemente de terem serviço de arquivo municipal ou histórico institucionalizado. Em alguns casos, as respostas não são totalmente esclarecedoras ou os inquiridos não responderam à totalidade do questionário. No entanto, é possível extrair relevantes ilações sobre as características predominantes dos profissionais de informação, bem como o lugar dos arquivos no seu enquadramento na estrutura das Câmaras Municipais.

Observando os resultados obtidos, verifica-se que, apesar de os arquivos municipais desenvolverem atividades essenciais de promoção do acesso à informação, de

mediação entre a informação e os cidadãos, de produção de conhecimento sobre o território, a história e a identidade locais, bem como de preservação da memória, designadamente no que se refere à custódia da informação e à disponibilização do acesso à mesma, é uma área que apresenta fragilidades e carências que deverão ser avaliadas e colmatadas.

De acordo com as informações disponibilizadas nas respostas aos questionários, que integram as dissertações de mestrado mencionadas, as fragilidades refletem-se em diversos fatores, muitos deles transversais à quase totalidade dos arquivos que responderam ao inquérito, entre os quais salientam-se as deficitárias infraestruturas para o acondicionamento, a conservação e a preservação da documentação, as desadequadas condições materiais disponibilizadas, a carestia ao nível do financiamento do sector (tendencialmente mais visível no domínio da cultura do que noutros setores), as limitações colocadas ao acesso à documentação, a dispersão de regulamentos e, por fim, a carência de recursos humanos, fator que se agudiza quando nos focamos em profissionais com formação em ciência da informação, conforme exposto nas referidas dissertações. Almeida apresenta na sua conclusão que «os fatores de carência de recursos humanos e recursos económicos para a melhoria das infraestruturas e acondicionamento de documentos, sendo necessário a aplicação das políticas públicas nos municípios, aliviando custos» (2022, p. 202). Centenico considera igualmente que «os aspetos mencionados [condicionantes no acesso à documentação / informação] relacionam-se entre si, pois se não existem infraestruturas adequadas, a conservação e preservação da documentação será conseqüentemente afetada [...]» (2021, p. 127). Por sua vez, Filipe conclui que «as principais limitações mencionadas no acesso à informação/documentação estão relacionadas especialmente com a ausência de recursos humanos, e especialmente recursos humanos específicos, assim como infraestruturas inapropriadas em que se encontra a documentação e o seu conseqüente incorreto armazenamento» (2020, p. 251). Gabriel, na sua análise sobre os obstáculos que impedem ou limitam o acesso à informação/documentação, considera que «organizando a informação em função da média das respostas, chegamos à conclusão de que a falta de recursos humanos e materiais, assim como a deficiente conservação e preservação da informação/documentação foram os obstáculos considerados mais relevantes» (2017, p. 146).

Salienta-se também o facto de muitos Municípios não possuírem Arquivo Municipal ($n=43$, i.e. 14,0%), assim como de outros possuírem o serviço, mas não se encontrando aberto ao público ($n=109$, i.e. 41,6%).

Analisando os resultados obtidos nas respostas às variáveis consideradas no estudo no que se refere aos recursos humanos, podemos concluir que muito trabalho se apresenta para permitir integrar nos Arquivos Municipais os gestores de informação adequados às competências necessárias, funções e responsabilidades inerentes aos mesmos.

No que respeita à distribuição dos profissionais pela variável *Sexo*, verifica-se que se trata de uma atividade profissional com acentuada prevalência de gestores de informação do sexo feminino (68,7% vs. 31,3%), nomeadamente nas categorias de Assistentes Técnicos (33,7% vs. 11,9%) e de Técnicos Superiores (25,0% vs. 11,1%).

Esta característica verifica-se igualmente quando analisamos os colaboradores responsáveis pelos arquivos (62,9% vs. 37,1%), com valores aproximados.

Quanto à análise pela variável *Faixas etárias*, verifica-se que se trata de uma atividade profissional pouco rejuvenescida e com acentuada tendência para o envelhecimento, tendo em consideração que a totalidade dos colaboradores com mais de 41 anos perfaz 81,5% (dos quais 41,6% \geq 51 anos), e que os colaboradores com menos de 40 anos totalizam 18,5% (dos quais somente 2,3% \leq 30 anos). Regista-se, igualmente, algum envelhecimento na área dos responsáveis dos arquivos, pois existe prevalência da faixa etária entre 41 e 50 anos (55,6%), seguida da faixa entre 51 e 60 anos (23,0%), sendo a soma das faixas etárias acima dos 41 anos de 82,5% enquanto abaixo dos 40 anos se regista 17,4% de profissionais (1,7% entre 21 e 30 anos e 15,7% entre 31 e 40 anos). É possível inferir que esta tendência em termos de idade notada nos responsáveis pelos arquivos municipais está relacionada com a sua entrada nos municípios, quando do PARAM, que exigia que durante o processo fosse integrado um técnico superior com formação especializada em Ciência da Informação.

Analisando a variável *Categoria profissional*, verifica-se que se trata de uma atividade na qual se impõe aumentar a quantidade de Técnicos Superiores (situa-se em 36,1%). Esta alteração de paradigma implica que os Municípios realizem investimentos na contratação de profissionais dessa categoria ou disponibilizem aos seus recursos humanos condições para realizarem formação superior, valorizando deste modo a qualidade e o desempenho dos serviços dos arquivos. No que se refere aos responsáveis pelos arquivos, verifica-se que a categoria profissional com maior quantidade de profissionais é a de Técnico Superior com 91,4%, o que demonstra a valorização desta categoria profissional em contexto de arquivo.

Por último, avaliando os resultados obtidos na variável *Habilitações*, verifica-se que se trata de uma atividade deficitária de profissionais com formação superior especializada, nomeadamente na área da Ciência de Informação. Da análise aos resultados obtidos, verifica-se uma prevalência dos colaboradores que não possuem formação de ensino superior (54,2%), salientando-se os profissionais com o 12.º ano de escolaridade (41,7%). Em termos de formação superior, os gestores de informação formados em CI totalizam somente 25,0%, evidenciando-se a Pós-Graduação em CI (14,3%), o que denota um longo percurso ainda por percorrer na qualificação dos profissionais de informação e, conseqüentemente, das próprias instituições de informação e memória de âmbito local como são os arquivos municipais. Em termos de responsáveis pelos arquivos, os profissionais com formação em CI totalizam 63,4% (a Pós-Graduação em CI prevalece, igualmente, com 36,7%). Existem 10,0% de responsáveis sem formação superior, percentagem algo significativa.

Os valores em causa requerem uma análise que permita identificar as motivações para tão fracos valores de gestores de informação com formação em CI, e a formulação de planos de investimento para aumentar a preponderância no panorama arquivístico de gestores de informação com as habilitações adequadas às funções desempenhadas, pois não faz qualquer sentido que tenhamos situações em que doutorados em

Ciência da Informação se encontrem na dependência de recursos humanos com formação ao nível do 12.º ano. Por outro lado, também não se compreende a existência de profissionais de informação com Licenciatura e Pós-Graduação em Ciência da Informação na carreira de assistente técnico, impondo-se a sua valorização.

Deste modo, respondendo à questão de investigação, o perfil do profissional da informação, que atua nos arquivos municipais, é o seguinte: maioritariamente do sexo feminino, com tendência para o envelhecimento (maior nas categorias de assistente operacional e assistente técnico) e, por vezes, pouco valorizado; quando na categoria de técnico superior, a maior parte não possui formação em Ciência da Informação (Doutoramento – 18 gestores (1,6%); Mestrado – 51 gestores (4,6%); Pós-Graduação – 160 gestores (14,3%); Licenciatura – 52 gestores (4,6%), totalizando 281 profissionais, o que corresponde a 25,02%); dos gestores de informação que detêm formação especializada, esta é ainda muito devedora da Pós-Graduação em Ciência da Informação, ainda na tónica das Ciências Documentais, necessitando de atualização científica.

No que se refere à existência de Arquivos Municipais, verifica-se uma acentuada prevalência dos que possuem arquivo (86,0%), mas apenas 58,4% desse universo têm o arquivo aberto ao público, quantidade que reflete a necessidade de uma efetiva política arquivística nacional, e em particular para os Arquivos Municipais, que promova o acesso à informação aos cidadãos.

Quanto à adesão dos Municípios ao programa PARAM, a qual pressupunha a existência ou, na sua ausência, a integração no Arquivo Municipal de gestores de informação na categoria profissional de Técnico Superior durante o processo, concretizou-se a integração de 31 profissionais. Refira-se, no entanto, que os 114 Municípios que se candidataram representam uma percentagem baixa (34,0% de 308 Municípios) face às oportunidades de apoio ao investimento e à valorização, ou até à criação, dos Arquivos Municipais. Uma nota indispensável a ser feita consiste na condição específica dos municípios das regiões ultraperiféricas insulares (Madeira e Açores), os quais necessitam de apoio tanto dos respetivos governos regionais como das administração central do Estado, atendendo que estes não foram beneficiados pelo programa PARAM, ausentes também nas políticas de financiamento no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência.

A análise da globalidade dos dados obtidos permite-nos concluir que existe uma urgência premente dos Municípios realizarem investimentos no setor da Gestão da Informação, dotando-se de arquivos municipais com recursos humanos especializados para o seu funcionamento, desempenhando a sua missão de gestão da informação e de preservação da memória local. Caberá à gestão de topo, bem como aos profissionais que atuam nos arquivos municipais fazerem deste serviços efetivos centros de informação, memória e conhecimento sobre cada território e as comunidades que os habitam, promovendo uma relação de proximidade entre si e a comunidade, no sentido da transparência ativa, da integridade pública e da justiça social, como definida no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Urge implementar medidas que dotem os arquivos de profissionais com habilitações académicas na área da ciência de informação, tornando a profissão mais atrativa para captar novos interessados no exercício de funções para as quais dispõem de competências, permitindo, deste modo, o rejuvenescimento dos gestores de informação.

Importa apostar, com a participação ativa de profissionais de área nessas tomadas de decisão, de medidas que fomentem a aplicação de tecnologias de informação, a digitalização da informação, dos documentos, dos processos e dos serviços, e a apresentação de novos serviços que disponibilizem conteúdos de informação, de cultura e de conhecimento *online*.

A elaboração de legislação e a normalização adequadas à promoção da atividade são fatores fundamentais que permitirão atribuir a este setor de atividade o rigor e a coerência só viabilizados pela regulamentação, de que são exemplos a ausência de uma lei nacional da informação, de uma lei para as bibliotecas públicas em Portugal, bem como a necessidade de atualização do *Euro-referencial I-D* – volume 1 – competências e aptidões dos profissionais europeus de informação-documentação, e volume 2 – Níveis de qualificação dos profissionais europeus de informação-documentação. 2.^a ed. rev. Lisboa. A este propósito, sente-se que os municípios portugueses percecionam o arquivo de forma distinta, bem como as competências dos seus profissionais, e, consequentemente, do valor acrescentado que a existência de um gestor da informação poderá aportar numa organização. De igual forma, importa enquadrar os serviços de arquivo a estruturas orgânico-funcionais claras nos mapas de pessoal e documentos previsionais e de prestação de contas. Acresce a isto a necessidade de clarificar-se o estado do financiamento no sector dos arquivos municipais, atendendo que a informação disponível nas estatísticas do sector se encontra circunscrita ao domínio da cultura, obscurecendo outros âmbitos funcionais em que os arquivos municipais dão também relevante contribuição (u. g., modernização administrativa, transição digital, transparência e integridade, gestão geral).

Mas, fundamentalmente, impõe-se implementar políticas que promovam a formação de profissionais gestores de informação, enquanto forma de valorização da carreira profissional e do seu papel social, mormente para uma sociedade, que se pretende definir como digital, no âmbito de um processo, quer em termos europeus, quer em termos nacionais, se definiu como de transformação ou de transição digital.

Este estudo, que nos oferece uma radiografia bem clara da situação dos arquivos e dos profissionais da informação 308 municípios do território nacional, continental e insular, como os demais estudos, não está isento de limitações. A primeira decorre da aplicação não uniforme do inquérito, tendo os dados sido obtidos em distintos momentos e por distintas pessoas, apesar do uso de procedimentos metodológicos similares, exceto na recolha de informação de dezasseis municípios pela BAD, em que o inquérito era ligeiramente distinto do aplicado por nós. Porém, justifica-se, quando a utilização de dois instrumentos de recolha de dados em momentos próximos dificultou a obtenção de resultados. Uma segunda limitação resulta da dificuldade de distinguir nas autarquias locais serviços de Arquivo Municipal e/ou Histórico da unidade orgânica de Expediente Geral e Arquivo, quando esta se limita, na maioria dos casos à

operação do expediente. Em terceiro lugar, a ausência de resposta a algumas questões e respostas menos esclarecedoras e/ou incompletas, que poderão refletir algum afastamento e/ou desinteresse das instituições pelos arquivos, neste caso os Arquivos Municipais, bem como algum desconhecimento sobre o que são e o seu papel.

Deixámos algumas informações pontuais relativas a profissionais da informação com formação em Ciência da Informação a exercerem funções na Biblioteca Pública, o que é natural, ora quando o Arquivo Municipal depende da Biblioteca Pública, não os contabilizando, no entanto, porque, como é do conhecimento geral, quase todos os municípios têm, por regra, gestores de informação a exercer funções nas Bibliotecas Públicas de âmbito municipal.

Em termos positivos, encontram-se, também, casos de valorização profissional em que temos gestores de informação a ocupar cargos de chefia ou direção intermédia e de topo. A opção por expressar as quantidades em algarismos revelou-se a de mais fácil e imediata apreensão de modo a facilitar a sua leitura.

Por último, importa refletir sobre a condição dos municípios das regiões ultraperiféricas, que permanecem na margem das políticas públicas nacionais e que o presente estudo os integra para colmatar décadas de desconhecimento sobre a condição dos serviços de arquivo nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Propostas políticas

Na sequência do presente estudo, impõem-se as seguintes propostas, dirigidas em primeiro lugar ao Governo, e de modo particular ao Ministério responsável pela área da Cultura, bem como ao Ministério com as pastas da Modernização do Estado e da Administração Pública, à Secretaria de Estado das Autarquias Locais, bem como às entidades de tutela da política arquivística nacional e da modernização administrativa, respetivamente a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, e a Agência para a Modernização Administrativa. Estendemos a mesma recomendação política para a mesmas áreas funcionais às entidades legislativas e executivas das administrações regionais autónomas dos Açores e da Madeira.

Essas propostas interessam igualmente aos deputados dos distintos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, a quem compete legislar sobre as matérias em discussão, a quem cabe criar condições formais para a sua melhoria e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sendo este o desígnio de qualquer política, quer seja de ordem geral, quer seja de natureza setorial:

1. Explicitação e diferenciação da carreira profissional, incluindo a sua valorização salarial, enumerando competências, habilitações, conhecimentos. Isto inclui também a sua inclusão no âmbito da identificação das atividades económicas, assim como na Classificação Portuguesa de Profissões e ainda no Quadro Nacional de Qualificações, de modo semelhante ao que acontece em outras atividades profissionais de que são exemplos as dos Técnicos de Informática e dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC), considerando a criticidade da informação que gerem e os atos que praticam sobre essa informação.

2. Determinar, normalizar, estabilizar à luz da legislação (p.ex. Código do Procedimento Administrativo), para a generalidade da Administração Pública, enquadramentos orgânicos-tipo, em que se identifiquem as competências necessárias para cada unidade orgânica; ou enquadramentos funcionais, que identifiquem as competências necessárias à tramitação dos processos de negócio neles incluídos (portfolios ou *clusters* de competências específicas).

3. Regular acerca das competências fundamentais obrigatórias nos processos de recrutamento para funções dedicadas à gestão de informação.

4. A existência de um novo *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais* (PARAM), quando o anterior permitiu a qualificação de um elevado número de arquivos municipais, em termos de equipamentos e recursos, incluindo os recursos humanos, materiais e financeiros, traduzindo-se em mais um instrumento de modernização administrativa nas autarquias locais. Apesar disso, o mesmo não conseguiu contribuir para a criação de uma rede de arquivos municipais, que não existe.

5. Em termos legislativos, a elaboração de uma lei nacional de informação, e de uma lei para as bibliotecas públicas (de âmbito municipal) em Portugal, reclamada desde os anos 80, que apesar de não responder diretamente aos arquivos municipais, permite definir as suas competências e conteúdos funcionais, distinguindo-os das especificidades daqueles serviços.

6. A atualização do *Euro-referencial I-D* (ECIA, 2005) de competências e aptidões dos profissionais europeus de informação-documentação (Vol. 1), bem como de definição dos *Níveis de qualificação dos profissionais europeus de informação-documentação* (Vol. 2) (2.^a ed. rev. Lisboa: INCITE).

7. A exigência da criação de um ‘arquivo geral’ nas organizações, que enquadre a gestão da informação de forma sistémica, integrada, independentemente da sua dependência na estrutura formal das entidades, da idade dos documentos e do suporte, incluindo a informação armazenada em repositórios e bases de dados. Este ‘arquivo geral’ não pode ser dissociado da unidade orgânica da informática (Tecnologias da Informação e Comunicação), atendendo que esta função tende, por vezes, a absorver, quando não a ignorar, a função de gestão de informação, tradicionalmente considerada como arquivística, porém sem o *know-how* e as preocupações necessárias à sua gestão. Naturalmente, tendo presente a emergência de redes regionais, também dependerá da capacidade de serviços intermunicipais partilharem meios e recursos, designadamente para fazer face ao subfinanciamento do sector.

8. A revalorização da carreira profissional dos técnicos superiores-Gestores de Informação, com formação em Ciência da Informação, quer pela definição dos seus conteúdos profissionais, quer pela via da carreira e da respetiva remuneração, de modo que um técnico superior com o grau de Mestre ou de Doutor não entre na carreira de técnico superior na mesma posição remuneratória que um técnico superior com o grau de licenciatura. Naturalmente, reconhece-se a recente valorização dos detentores do título de Doutor. Mas exige-se também que os detentores de um Mestrado, no âmbito

das funções que exercem, deveriam poder ‘saltar’ uma posição remuneratória sem a perda de pontos acumulados.

9. Que a gestão da informação é uma função altamente especializada, que não pode ser entregue a qualquer um, sem se ter em conta a sua formação, e que os serviços de informação/memória, de que são exemplos os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de documentação/informação e os sistemas de informação organizacionais, requerem técnicos com formação também altamente especializada, não podendo ser ocupados por quem não tem nada para fazer em outro serviço ou lugar para o cumprimento de um ‘castigo’.

10. A exigência da abertura de procedimentos concursais externos para recrutamento e seleção de gestores de informação, de modo a terminar com a interminável sucessão de concursos de mobilidade interna, quando os gestores de informação escasseiam na administração pública, carecem de formação e de atualização de competências e se encontram envelhecidos e, quando acaba de sair a Portaria 112/2023, de 27 de abril, que *Aprova o Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local*, e cerca de metade dos Municípios Portugueses não dispõe de um arquivista/gestor de Informação nos seus quadros e, conseqüentemente, de recursos humanos que dominem o seu conteúdo.

11. Por último, que o mapeamento da condição dos arquivos municipais do ponto de vista dos recursos humanos deixe de ser um processo pontual, devendo ser desenvolvidos novos esforços no sentido da recolha de dados estatísticos junto do organismo coordenador da política estatística nacional, que não se debruça sobre o setor, ou do organismo de tutela da política arquivística nacional, com vista à melhoria dos resultados, para que este não seja um tópico pontualmente recuperado no tempo. Importa incluir nos índices de transparência municipal os arquivos municipais, como principais fontes de verificação da boa governança municipal.

Quando estas medidas forem tomadas, a Administração Pública, e em particular a Administração Local, tornar-se-á mais exigente, mais profissional, valorizando-se o lugar do arquivo no âmbito da gestão quotidiana dos processos, bem como o papel fulcral da informação na estratégia organizacional. Nesse momento, as organizações e os seus dirigentes de topo compreenderão o valor estratégico da informação para a gestão organizacional, gerida por profissionais especializados na área – os gestores de informação, e o quanto a informação é relevante no apoio à tomada de decisão. Nesse mesmo momento, ainda, será possível constatar que os arquivos – locais, de âmbito municipal ou não –, têm menos a ver com o Passado e muito mais a ver com o Futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, P. A. D. R. (2022). *Os Gestores da informação nos Arquivos Municipais na Área Metropolitana do Porto, Baixo Tâmega e Sousa, Beiras e Serra da Estrela, Douro, Região de Aveiro, Viseu Dão e Lafões*. [Dissertação de mestrado não-publicada em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].
- Alves, I. et al. (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. ISBN: 9789725651469.
- Área Metropolitana de Lisboa – Site da Área Metropolitana de Lisboa [Em linha]. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa, 2017, atual. 2017. Disponível em <https://www.aml.pt/>
- Baiget, T. (2001). Archivos y cultura: manual de dinamización. *El Profesional de la Información*, 10(9), 46–48. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/28157489_Archivos_y_cultura_Manual_de_dinamizacion.
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. 5.^a edição. Gradiva. ISBN 9789726625247.
- Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. ISBN 9789896169299.
- Cé, G., Pedrazzi, F. (2011). Estudo de usuários como recurso para a difusão de um arquivo: o caso da universidade federal de ciências da saúde de porto alegre. *BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, vol. 25, n.º 2, pp. 75-90. [Disponível em <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23920>].
- Centenico, A. I. J. (2021). *Os Profissionais da Informação nos Arquivos Municipais do Sul de Portugal*. [Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da FLUL. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50545>.
- Comissão Europeia (1995). *Os arquivos na União Europeia: relatório do grupo de peritos sobre os problemas de coordenação em matéria de arquivos*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Coutinho, C. P. (2020). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.^a edição). Almedina. ISBN 9789724051376.
- Direção-Geral de Arquivos (2011). *Declaração Universal sobre os Arquivos*. Boletim n.º 19 (out.-dez.). Disponível em URL:<http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/DGARqBolt-19.pdf>.
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2022). *Rede Portuguesa de Arquivos*. Disponível em <http://arquivos.pt/>.
- Fernandes, P. S. (2016). De espaços de memórias a arquivos de e para todos: o caso do Arquivo Municipal de Penafiel. *Jornadas de Arquivos Municipais Ibero-Americanas – Reinventando os Arquivos no Séc. XXI* (junho). [Disponível em <https://silو.tips/download/paula-sofia-fernandes-arquivo-municipal-de-penafiel-archivo-municipal-de-penafiel>].
- Filipe, A. L. J. (2020). *Os Gestores de Informação nos Arquivos Municipais entre o rio Mondego e a Área Metropolitana de Lisboa*. [Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da FLUL. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/49795>.

- Fundação Francisco Manuel dos Santos (2021). *O que são NUTS?* PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e a Europa. Disponível em <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>.
- Gabriel, G. G. P. (2017). *A Comunicação nos Arquivos Municipais da Área Metropolitana de Lisboa*. [Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da FLUL. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/30437>.
- Henriques, C. (2008). *PARAM-Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais – Relatório de avaliação*. Versão 1.0 (junho). Direção Geral de Arquivos-DGARQ. Disponível em http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param_relatorio_avalicao_2008.pdf.
- Herrera, A. H. (1982). *Manual de instrumentos de descripción documental*. Sevilla: Diputación Provincial. ISBN: 84-500-5412-8.
- Instituto Nacional de Estatística (2015). *NUTS 2013: as novas unidades territoriais para fins estatísticos*. Lisboa: INE. Disponível em url:<https://www.ine.pt/xurl/pub/230205992>.
- Instituto Nacional de Estatística (2022). Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=65586079&PUBLICACOESmodo=2
- Jardim, J. M. (2006). Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro. Vol. 5, n.º 2. Disponível em <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51586>.
- Lima, M. J. P. (1992). Os arquivistas, a formação, a profissão. *Cadernos BAD*, n.º 2. Disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/issue/view/111>. eISSN: 1645-2895.
- Município de Loulé [Em linha]. Loulé: Câmara Municipal, 2021, atual. 2021. [Consult. 28 mai. 2021]. Disponível em <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/220/arquivo.aspx>.
- Navarro, N. (2001). Casa de la memoria y centro de información. In Alberch i Fugueras, Ramón et al. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Trea.
- Norma Portuguesa NP 4041 (2005). *Informação e Documentação – Terminologia Arquivística: Conceitos básicos*. Instituto Português da Qualidade.
- Nougaret, C. (1999). *Les instruments de recherche dans les archives*. Direction des Archives de France. [Disponível em <https://francearchives.fr/fr/article/129253569>].
- Peixoto, A. M. (1997). Os Arquivos Municipais e a Administração: Perspectivas e Desafios. *IV Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/issue/view/7>.
- Peixoto, A. M. (2002). Arquivos Municipais: Evolução e Afirmação. *Cadernos BAD*, n.º 2. Disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/869/868>.
- Peixoto, A. M. (2019). Os arquivos municipais na consolidação da nossa democracia. *Actas 13.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Disponível em <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1970/1779>.
- Peixoto, A. M. (Coord.), Temudo, A. P., Pereira, C. P., Sabóia, J., & França, P. C. V. (2000). Arquivos Municipais – Situação Informação recolhida entre Abril de 1998 e Março de 2000, GTAM / BAD Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais. *Atas Encontro Nacional de Arquivos Municipais, N.º 5 (2000): 5.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/issue/view/6>.
- Peixoto, A. M., Rodrigues, F., & Sabóia, J. (2011). Arquivos Municipais: nótulas ao 3.º Inquérito. *Atas Encontro Nacional de Arquivos Municipais, N.º 10 (2000): 10.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Disponível em <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/5/146>.

- Pereira, M. H. (2003). O direito à informação e os arquivos públicos. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. *Arquivos Nacionais, Boletim n.º 5 (julho-Setembro)*. Disponível em.
- Petrucchi, A. (1999). Escritura de la memòria i Memòries de L'escrit. De l'ordre dels objectes escrits al desordre de l'escritura virtual. *Publicacions del seminari internacional d'estudis sobre la cultura escrita*. Universitat de València. ISBN: 978-8437039329.
- PORDATA (2021). Disponível em <https://www.pordata.pt/municipios/>.
- Quivy, R.; Campenhoudt, L.V. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. 3.ª ed. Lisboa: Gradiva, 2003. ISBN 9789726622758.
- Real, M. L. (2004). A Rede Nacional de Arquivos. *Cadernos BAD*, n.º 1. Disponível em <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.837>.
- Rego, A. (2013). *Comunicação Pessoal e Organizacional: Teoria e Prática*. 3.ª edição. Sílabo. ISBN: 978-989-561-235-2.
- Rego, F. G. T. (1986). *Comunicação empresarial/ comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas*. 5.ª edição. Summus Editorial. ISBN: 978-8532302403.
- Ribeiro, C. F. A. (1995). Os Arquivos municipais portugueses: considerações em torno de um inquérito. *Cadernos de Estudos Municipais*, 2/3.
- Ribeiro, F. A. (1998). *O acesso à informação nos arquivos*. Dissertação de Doutoramento em Arquivística, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>.
- Ribeiro, F. A. (2003). *O acesso à informação nos arquivos*. Vol. 2. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. ISBN: 972-31-1017-2.
- Ribeiro, F. A. (2005). O Perfil do Arquivista na Sociedade de Informação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. 45 (1-2). ISSN: 0304-243X.
- Rousseau, J.-Y.; Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. D. Quixote. EAN: 9789722014281.
- Silva, A. M. (1998). Recensões. *Cadernos de Estudos Municipais*. (junho), 9, 121-128. Disponível em <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>.
- Silva, C. G. da (2006). Os Arquivos Municipais e a Modernização Administrativa. *VII Encontro de Arquivos Municipais*, 1-19. Disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/82> Disponível em <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/viewFile/82/54>
- Silva, C. G. da (2019a). *Investigação em Ciência da Informação*. Colibri. ISBN: 9789896898359.
- Silva, C. G. da (2019b). O lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas governamentais em Portugal: 1976-2018. In: Rodrigues, A. C. [et al.] (org.). *Seminário Arquivos Fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. p. 27-48. ISBN 978-85-93253-01-0. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50958>.
- Silva, C. G. da (2021). Investigação Documental. In: Gonçalves, S. P., Gonçalves, J. P., & Marques, C. G. (Coords.) *Manual de Investigação Qualitativa – Conceção, Análise e Aplicações*. Pactor. ISBN 9789896931148.
- Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2011). *Declaração Universal sobre os Arquivos*. Disponível em <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/DGArqBolt-19.pdf>.
- Zazo, J. L. B. (2009). La descripción archivística en sistemas automatizados: la visualización de la información. *I Seminario Internacional: Archivos y documentos electrónicos*, pp. 195-223.

Colecção CI – Ciências da Informação

Direcção: Carlos Guardado da Silva

Títulos publicados:

- 1 **A Organização Arquivística – O Fundo Administração do Concelho de Torres Vedras**
Suzete Lemos Marques
- 2 **O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa**
– Estudo orgânico-funcional (1910-2014)
Susana Rodrigues
- 3 **Modernização Administrativa e Gestão da Qualidade**
João Filipe Leitão
- 4 **Da Reforma Administrativa ao e-Government**
– e-services nos Municípios do Oeste
Júlio Cardoso
- 5 **A Leitura na Biblioteca Escolar**
– Atouguia da Baleia
Carla Maria Gomes de Andrade
- 6 **Investigação em Ciência da Informação**
Carlos Guardado da Silva
- 7 **Sistemas de Informação Locais – Sines 1655-1855**
Sandra Patrício
- 8 **Empregabilidade em Ciência da Informação**
Cláudia M. Pinto
- 9 **A comunicação nos Arquivos Municipais – Área Metropolitana de Lisboa**
Gisela Garcia Gabriel
- 10 **A livraria do Convento da Arrábida – 1542-1834**
Aurelia Ionel
- 11 **O papel das bibliotecas na investigação científica**
Jorge Revez
- 12 **Rede de Bibliotecas de Lisboa**
Gabriel Filipe Casimiro
- 13 **Encadernação dos Forais Manuelinos – Modelo de Análise.**
Foral de Monte Agraço (1518)
Guilherme Canhão
- 14 **Avaliação da informação arquivística – Governos Civis**
Maria João Rodrigues

- 15 **Introdução aos repositórios digitais**
Luís Corujo
- 16 **Arquivos Digitais** – Metadados e Autenticidade
André Pacheco
- 17 **Informação e comunicação** – Sistemas, tecnologias e ferramentas
Daniel Corujo
- 18 **Identidade e Design Editorial** – Edições Colibri
Raquel Gil Ferreira
- 19 **Mediatecas** – São Tomé e Príncipe
Joaquim P. Gonçalves
- 20 **Arquivos Deslocados** – Arquipélago da Madeira
L. S. Ascensão de Macedo
- 21 **Avaliação Arquivística de Informação Eletrónica**
Luís Corujo

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

Rua Major João Luís de Moura, Famões Park
– ARMAZEM AB – 1685 - 650 Famões
TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**
www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



PROGRAMA EM
Ciências da Documentação
e Informação



associação portuguesa de
bibliotecários, arquivistas,
profissionais da informação
e documentação